

DOUGLAS BIAGIO PUGLIA

**ADESG: ELITES LOCAIS CIVIS E PROJETO
POLÍTICO**

**FRANCA
2006**

DOUGLAS BIAGIO PUGLIA

**ADESG: ELITES LOCAIS CIVIS E PROJETO
POLÍTICO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, em cumprimento às exigências para a obtenção do título de Mestre em História, sob a orientação da Prof. Dr. Samuel Alves Soares.

**FRANCA
2006**

RESUMO	9
INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I.....	19
DOUTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL E PARTICIPAÇÃO CIVIL	19
MILITARISMO: UMA BREVE DISCUSSÃO	20
A DOUTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL	33
ELITES CIVIS NA DOUTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL	46
CAPÍTULO II.....	52
POSTOS AVANÇADOS: ADESG E UMA MISSÃO A CUMPRIR.....	52
HISTÓRICO DA ADESG.....	53
A FORÇA DA NAÇÃO: REGIONALISMO E PODER NACIONAL	58
O PRESENTE E O FUTURO: FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO	69
A AMEAÇA VERMELHA: O COMUNISMO E A SEGURANÇA NACIONAL	79
O CIDADÃO DA PÁTRIA: MANUTENÇÃO DA ORDEM E ELEVAÇÃO DO MORAL NACIONAL	82
ADESG: ENTRE A SEGURANÇA E O DESENVOLVIMENTO.....	95
CAPÍTULO III	105
A PÁTRIA EM “NOSSAS MÃOS”: O PAPEL DAS ELITES CIVIS LOCAIS NO	
DESENVOLVIMENTO NACIONAL.....	105
ATUAÇÃO POLÍTICA EM TEMPOS DE SEGURANÇA NACIONAL	106
O FARDIO DA PÁTRIA: ELITE CIVIL E A COMPREENSÃO DAS ASPIRAÇÕES NACIONAIS.....	120
OS ELEITOS, MAS NÃO PELO POVO: O PERFIL DOS PARTICIPANTES DOS CURSOS DA ADESG.	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS	141
FONTES UTILIZADAS	147
BIBLIOGRAFIA	150

RESUMO

A presente dissertação, através das monografias e textos relativos a Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, representação de Ribeirão Preto, produzidos na década de 70 do século passado, discute o papel desempenhado pela ADESG para a disseminação da Doutrina de Segurança Nacional e dos projetos ligados a Escola Superior de Guerra. O objetivo principal era discutir o projeto político para as elites políticas locais e em que ele consistia. Sendo assim, tal pesquisa buscou analisar como as elites políticas locais deveriam se portar e como elas participariam de um projeto maior, que enquadraria toda a sociedade.

ABSTRACT

The present dissertation, through the use of the *Associação dos Diplomados da escola Superior de Guerra's* monographies, representation of Ribeirão Preto, wrote in seventies of the last century, discuss the role attended by the *ADESG*, to divulge the *Doutrina de Segurança Nacional* and the projects linked to the *Escola Superior de Guerra*. The mainly objective was discuss the politic project for the local politics elites and what for. Hence, this search analysed how the local politcs elites have to behavior e how they could contribute in a bigger project for the society.

INTRODUÇÃO

A Escola Superior de Guerra foi fundada com o objetivo de ser uma escola de altos estudos políticos e sociais para buscar uma maior compreensão sobre a sociedade brasileira, da mesma forma também, buscava formular projetos para a solução do que era considerado como entrave para o desenvolvimento brasileiro. O projeto de lei de sua fundação diz o seguinte: “A Escola Superior de Guerra (ESG) é um instituto de altos estudos destinados a desenvolver conhecimentos necessários para o exercício de funções de direção e para o planejamento da Segurança Nacional.”¹

De forma mais específica, a ESG também destaca-se como uma escola formadora de quadros, tendo em vista sempre a preparação de uma elite civil e militar capaz de conduzir a nação de forma apropriada e correta, ou seja, capaz de captar os anseios e necessidades da sociedade e transformá-los em realidade.

Com isso, a ESG adquire a função de escola formadora de quadros no melhor sentido das escolas jesuíticas da época da Contra-Reforma, ou de qualquer escola de partido (legal ou funcional), aspirante à hegemonia, buscando realizar o domínio indireto da ESG sobre o governo e a sociedade.²

Um dos pontos cruciais na origem da ESG e de muita influência nas suas idéias e concepções diz respeito à própria conjuntura em que ela foi criada, ou seja, no período pós-guerra, mais especificamente, no início da Guerra Fria. Mas alguns outros pontos são de grande importância para entendermos as opções políticas da ESG, principalmente, a uma pretensa vocação modernizadora.

¹ Artigo primeiro da lei 785 de 20 de Agosto de 1949.

² FERREIRA, Oliveiros. *A Escola Superior de Guerra no quadro do pensamento político brasileiro*. In: CRIPPA, Adolpho (org.) . *As idéias políticas no Brasil*. São Paulo: Convívio. 1979. v II. p 252.

O primeiro ponto a ser analisado é a visita da Missão Militar Francesa ao Brasil. Sua importância deve-se ao fato de que, naquele momento, os militares brasileiros passaram a perceber o quão atrasados estavam em relação a outros países: material bélico obsoleto e em funcionamento precário, poucas perspectivas de possíveis melhoras e técnicas de combate também ultrapassadas. E tal atraso mostrava-se na própria Instituição brasileira em que o quesito profissionalismo também passava ao largo. As promoções extremamente ligadas a critérios políticos e não meritocráticos, o que favorecia a constituição de lideranças, não, necessariamente, hierárquicas, e sim, lideranças políticas. Além disto, o quadro de oficiais, principalmente, os de alta patente, mostrava-se despreparado para suas funções. Nas palavras do General Octávio Costa:

O início do século XX no Brasil foi um momento de decadência militar. Procurávamos ter novos conhecimentos, receber novas influências. (...) Do meu ponto de vista, os franceses chegaram aqui e fizeram um diagnóstico em profundidade do nosso Exército, concluindo que, de capitão e major para cima, não tinha salvação, mas de capitão para baixo, ainda podia haver esperança. Isto era razoável sob dois aspectos: a decadência militar era terrível, e havia também um pouco de malícia francesa.³

Outro ponto importante para a Instituição militar brasileira no sentido de perceber o seu atraso e, conseqüentemente, de criar um sentimento no qual havia a necessidade da modernização e desenvolvimento da sociedade brasileira foi durante a Segunda Grande Guerra, mais precisamente, na participação brasileira no conflito, na figura da Força Expedicionária Brasileira, e o seu contato com outros exércitos dos mais variados países. A diferença e o enorme abismo que se formavam entre o Exército Brasileiro e os de outros países eram gritantes. Por mais gloriosa que possa ter sido a participação brasileira na guerra, vários pontos da precariedade das Forças Armadas brasileiras continuavam sendo expostos, principalmente, nas questões materiais. O atraso tornou-se por demais perceptível, porém, já,

³ CASTRO, Celso; D'Araujo, Maria Celina; Soares, Gláucio Ary Dillon. *Visões do Golpe. A memória militar de 1964*. Rio de Janeiro: Ediouro. 2004. p. 75.

sob um outro prisma, não mais uma expedição estrangeira mostrava-lhe a necessidade de modernização e as melhoras que se faziam imprescindíveis. Naquele determinado momento, vivenciavam exatamente isto; era nítido o atraso dos corpos militares. A necessidade de mudança mostrava-se visível aos pracinhas brasileiros, devido ao seu contato com os países estrangeiros e também com as Forças Armadas desses. Perceberam a urgência de um projeto desenvolvimentista para o Brasil como um todo. Ainda nas palavras do General Octávio Costa: “Quando voltamos da guerra, a FEB trouxe o equipamento, então, moderno, com que lutara na Europa. E o resto do Exército ainda estava no lombo do burro, do tempo do francês. Esse foi o primeiro choque.”⁴

Alguns dos militares que trabalharam junto à Missão Militar Francesa e que fizeram parte da FEB estavam presentes nos quadros iniciais e organizadores da ESG, fazendo com que essa visão de que se necessitava desenvolver, não só as Forças Armadas, mas o país como um todo estivesse presente.

Um terceiro ponto que pode ser considerado como influente na mudança de perspectiva por parte de alguns militares brasileiros foi que logo após a segunda guerra mundial, o Brasil passou a ter grande contato com os EUA e suas idéias de guerra e as novas necessidades que surgiam naquele determinado momento. A principal ligação com os EUA, em termos militares, deu-se através do *National War College*, onde militares brasileiros tiveram contato com outras formas de pensamento e, principalmente, com as novas modalidades de guerra e com a necessidade de se prepararem para os novos desafios que se apresentavam.

Nesse sentido, importa analisar a organização do *National War College* e quais as propostas dessa escola para os militares. Efetivamente, era uma escola de estudos para o aperfeiçoamento das Forças Armadas norte-americanas, lugar onde se discutiam possíveis

⁴ Idem p. 75 – 76.

melhoras para o aparato militar e também a conjuntura internacional. Os militares brasileiros que realizaram cursos nessa Instituição perceberam a necessidade da criação de uma escola no Brasil que também fosse capaz de discutir tais problemas com relação ao desenvolvimento do Exército e a própria análise do Brasil frente à conjuntura internacional. Retornaram com a idéia de que a criação de uma escola de altos estudos era imprescindível. Mas dentro da realidade brasileira, tal escola deveria ter em mente o posicionamento do Brasil no cenário internacional e o grau de desenvolvimento da sociedade brasileira,

adivinhou, portanto, que na nova Escola de Guerra brasileira, as funções da Escola Industrial das Forças Armadas dos EUA e da Escola Nacional de Guerra fossem combinadas e, além disso, que a ênfase sobre aspectos internos do desenvolvimento e da segurança fosse maior que na escola similar dos Estados Unidos.⁵

Ao analisar as influências e fatos que marcaram não só a origem da Escola Superior de Guerra, mas também, de certa forma, a instituição militar como um todo, podia-se perceber que, em parte da oficialidade brasileira, surgia uma vocação para o desenvolvimentismo, para que o Brasil deixasse de figurar entre os países subdesenvolvidos e passasse a ser um país desenvolvido, independente e capaz de seguir seu próprio caminho sem maiores interferências de outras nações. A modernização não só dos aspectos militares mas também dos sociais, políticos, econômicos e tantos outros fazia-se necessária. Para que as Forças Armadas progredissem, a sociedade que ela protege e guarda também deveria se desenvolver. A necessidade de modernização da sociedade mostrava-se presente para alguns militares que queriam buscar uma solução para tal situação:

um pequeno número de oficiais dentro das Forças Armadas constituía uma outra categoria que, após a Segunda Guerra Mundial, havia se tornado um grupo modernizante-conservador dentro do processo de desenvolvimento. Algumas das figuras de destaque desse grupo podem ser traçadas historicamente a partir de sua experiência ideológica e militar comum durante a campanha na Itália, experiência

⁵ STEPAN, Alfred. *Os militares na política*. Trad. Ítalo tronca. Rio de Janeiro: Artenova. 1975. p. 129.

que mais tarde foi reforçada pela participação em cursos de instrução e treinamentos nos Estados Unidos.⁶

O grande ideal do desenvolvimento que culminou, pelo menos em se tratando da ESG, no projeto do Brasil Potência pode ter suas raízes traçadas em várias questões e fatos ligados às Forças Militares brasileiras, e essas influências tornaram-se importantes para o fortalecimento da ESG, principalmente, no quesito de que para se ter um Exército forte deveria ter uma sociedade forte. A criação de uma Escola de guerra que discutisse apenas aspectos internos dos militares enquanto a sociedade permanecesse atrasada e deficitária seria um contra-senso, uma contradição. No caso brasileiro, a ESG deveria atuar nas variadas frentes. O desenvolvimento de forma geral deveria estar compreendido, e dessa feita “a fundação da ESG veio propiciar às condições necessárias para que fosse gestada não apenas essa doutrina própria dos militares, como também que ela fosse colocada em prática visando a um fim: fazer do país uma grande potência.”⁷

A ESG, então, tinha como uma de suas principais premissas a organização da sociedade de modo que ela pudesse desenvolver-se e alcançar o patamar de potência mundial, mas como era pregado pela própria ESG, o desenvolvimento só poderia ocorrer se, em primeiro lugar, levasse em consideração a questão da Segurança Nacional, aliás, o desenvolvimento era parte do projeto de segurança e de se manter a ordem na sociedade: “segurança não é material militar, embora este possa ser incluído no conceito, não é força militar, embora possa ser abrangida, não é atividade militar profissional, embora possa envolvê-la. É desenvolvimento, e sem desenvolvimento não pode haver segurança.”⁸

Na verdade, a ESG surge com o intuito de formular uma Doutrina de Segurança Nacional, não uma doutrina de desenvolvimento nacional, como exposto anteriormente, o

⁶ DREIFUSS, René Armand. 1964: *A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes. 1981. p. 77-78.

⁷ MYIAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e Poder no Brasil*. Papirus: Campinas. 1995. p. 92.

⁸ GURGEL, José Alfredo Amaral. *Segurança e Democracia*. Rio de Janeiro: Bibliex. 1975. p. 57.

desenvolvimento era integrante da questão da Segurança Nacional. Para que houvesse uma sociedade mais segura deveria cada vez mais buscar o seu desenvolvimento e destaque no cenário internacional. Nesse ponto, a conjuntura histórica em que a Escola Superior de Guerra foi criada, responde pela grande preocupação com Segurança Nacional e com os vários aspectos que essa segurança pode representar.

Quando da criação da ESG, apenas quatro anos após o término da Segunda Grande Guerra, era um momento em que o mundo encontrava-se praticamente bipolarizado entre as duas maiores potências da época: EUA e a extinta União Soviética. Desta forma, dois pontos apareceram como propiciadores desta grande preocupação que surgiu em torno do que seria Segurança Nacional e que medidas deveriam ser tomadas para que ela fosse mantida: as novas maneiras de se encarar a guerra que surgiram com a Guerra Fria e a possibilidade de um novo confronto e, uma outra vertente da Guerra Fria, que significava entre outras coisas, o iminente perigo que o comunismo passava a representar para qualquer nação que não fosse afeita às suas idéias.

Devido ao fato da Segunda Grande Guerra ter sido levada até as últimas conseqüências, ou seja, muitas das nações envolvidas se exauriram completamente no conflito, praticamente sem quaisquer condições mas continuavam batalhando. Um conceito de guerra mais abrangente surgiu e teve seu desenvolvimento durante a Guerra Fria que significava entre outras coisas a preocupação com os setores da sociedade como participantes de um todo conhecido como Segurança Nacional. Não apenas o poderio bélico deveria ser levado em consideração mas todo o aparato social deveria ser encarado como um ponto a ser desenvolvido: “a guerra fria é uma guerra permanente, trava-se em todos os planos – militar, político, econômico, psicológico - , porém evita o confronto armado. A Segurança Nacional é exatamente uma resposta a este tipo de guerra.”⁹

⁹ COMBLIN, Pe. Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional. O poder militar na América Latina*. Trad. A. Veiga Fialho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1978. p. 39.

Com relação ao perigo comunista que era apregoado naquele determinado momento, vale lembrar que a tradição brasileira anticomunista vem de longa data e que, de certa maneira, já se encontra bastante presente o imaginário popular da população e, principalmente, no imaginário do Exército brasileiro.¹⁰ Devido ao fato da, então, União Soviética ter se tornado uma grande potência, novamente se relembra o perigo que o comunismo poderia representar, e a ESG, através de sua Doutrina de Segurança Nacional, passou a se preocupar cada vez mais com a presença do comunismo no Brasil até que se tornou nas décadas de 1960 e 1970 uma das suas principais preocupações. A possibilidade de uma infiltração comunista e de seus possíveis efeitos eram claros e temidos na doutrina da ESG: “Poucos assuntos têm merecido, nestas últimas décadas, tanta atenção quanto a chamada guerra revolucionária, em sua versão moderna: a Guerra Revolucionária Comunista.”¹¹

Ainda sobre o assunto:

Importante é ressaltar que o problema da Guerra Revolucionária Comunista não é apenas militar, interessando igualmente às demais Expressões do Poder Nacional. É sobretudo humano, e falhará inapelavelmente qualquer ação resposta que não pondere, adequadamente, esse fator.¹²

Desta maneira, o binômio Segurança e Desenvolvimento forma-se na ESG. Por um lado a necessidade de se construir uma sociedade segura e longe das mais possíveis ameaças, uma grande preocupação com o que poderia acontecer com a Pátria brasileira caso tais medidas de segurança não fossem tomadas. Da mesma forma, a questão do desenvolvimento mostrando-se como algo urgente e extremamente necessário para própria segurança da Pátria, apenas um país desenvolvido poderia ser considerado seguro e capaz de se projetar no cenário internacional.

¹⁰ Estas afirmações se referem à Intentona Comunista de 1935 e as suas repercussões tanto na sociedade quanto no Exército. A partir daquele momento em especial o comunismo passou a ser visto com maus olhos no Brasil, sendo relacionado aos mais variados sinônimos de maldade e traição. Sobre o assunto ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*. São Paulo: Perspectiva. 2002.

¹¹ Escola Superior de Guerra. Doutrina Básica. 1979. p. 217.

¹² Idem p. 224.

Mas como expandir este modo de pensar e fazer com que as propostas da ESG fixassem raízes em todo território nacional? Pela própria maneira de trabalho da ESG e de participação em seus cursos, muito restrita, se deveria criar alguma possibilidade ou algum tipo de projeto que fosse capaz de vascularizar os preceitos pregados pela ESG através da Doutrina de Segurança Nacional. Os projetos pretendidos pela ESG eram, em sua maioria nacionais, sendo assim, dever-se-ia fazer com que a sua Doutrina também fosse nacional e que estivesse presente nas mais variadas regiões.

Com isso, a Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), passou a ter outras incumbências, não só uma associação para reuniões de ex-estagiários da ESG, como também passaria a desenvolver um papel de disseminar as premissas da Doutrina de Segurança Nacional.

Desta feita, a ADESG passa a ter algumas características da própria ESG enquanto organização, porém em menor escala, tratando especificamente do regional; como que trabalhando um pequeno espaço do todo e dessa maneira dando a sua parcela de contribuição para o engrandecimento geral da Pátria brasileira. A ADESG, portanto, procuraria repassar a forma de pensamento da ESG para os mais variados lugares.

Nesse sentido, um outro ponto destaca-se ao se pensar na ESG como uma instituição doutrinadora, preocupada com a formação de quadros, também se deveria relacionar estas características com a ADESG. A ESG ao considerar as elites políticas civis despreparadas, procurava implementar, através de seus cursos, uma nova metodologia e forma de se gerir e encarar a política. A ADESG, então, também atuaria neste sentido. Mas como seria esta atuação? O que entenderia por elite local e qual o papel que esta elite deveria desempenhar na sociedade? Qual o perfil desta elite? Em que segmentos sociais buscariam as pessoas consideradas “aptas” para a administração política? Sendo assim, o presente trabalho procurou delinear qual o papel que ADESG desenvolveu como propagadora do pensamento

da ESG, principalmente, no que diz respeito ao tratamento com as elites locais civis, quem elas seriam e se havia ou não um projeto político específico para essas elites.

No primeiro capítulo, foram tratadas algumas questões sobre o militarismo no Brasil e as suas interpretações, buscando analisar o relacionamento do pensamento militar com o mundo político. Além disto, também analisou-se alguns preceitos da Doutrina de Segurança Nacional e do pensamento da ESG, a forma de se encarar a presença de civis em seus quadros e todas as implicações deste fato e a maneira peculiar de se encarar a política.

Já, no segundo capítulo, o principal foco de análise é com relação ao papel que a ADESG cumpria na disseminação do pensamento da ESG, ou seja, a forma como a Doutrina de Segurança Nacional era interpretada e utilizada pela ADESG. Também buscou delinear os principais temas dos trabalhos e como eles eram desenvolvidos, enfim, analisar a maneira como a Doutrina de Segurança Nacional era utilizada de forma regionalizada.

No terceiro e último capítulo, analisou-se justamente, qual seria o projeto político para as elites locais civis e qual seria o perfil desta elite. O que se esperava destas elites, o modo como elas deveriam encarar as questões políticas, a maneira como deveria ser desenvolvida a administração pública e qual seria a responsabilidade de se gerir qualquer tipo de cargo público. E da mesma forma, que tipo de pessoas seriam consideradas como aptas e capazes de cumprir o projeto político delineado: profissões, faixa etária, escolaridade, ou seja, delinear um modelo de quem, normalmente, era convidado para participar da ADESG.

CAPÍTULO I

DOUTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL E PARTICIPAÇÃO CIVIL

Neste capítulo o principal foco de análise diz respeito a Doutrina de Segurança Nacional e os seus principais conceitos, a forma como deveriam ser interpretados e aplicados segundo a sua teoria, também se fez um breve discussão sobre as formas como a política era interpretada segundo esta doutrina.

A primeira parte deste capítulo procurou realizar uma breve discussão sobre o militarismo no Brasil e como a DSN se ligaria a este militarismo. Questões como participação política e social dos militares, papel na sociedade e identidade foram discutidos.

Em um segundo momento se apresentou as principais idéias da DSN e a intrínseca relação entre os mais variados conceitos e a sua aplicabilidade. Também se procurou realizar um debate em torno das opções políticas adotadas pela DSN.

O terceiro tema a ser tratado por este capítulo colocou em questão a participação de civis na elaboração da DSN e os significados desta participação. Logo o papel desempenhado por estes civis, o que representava a sua participação, a discussão em torno de uma instituição que seria militar, civil ou híbrida, enfim, como a presença de civis faz com que a ESG e suas proposições tomem contornos diferentes com relação a outras escolas militares.

MILITARISMO: UMA BREVE DISCUSSÃO

Ao se trabalhar e analisar a Doutrina de Segurança Nacional, que foi desenvolvida e disseminada pela Escola Superior de Guerra (ESG), algumas dúvidas e questionamentos surgem durante este processo. A Doutrina de Segurança Nacional não pode ser analisada como um fato isolado dentro da História militar brasileira ou do estudo de um militarismo desenvolvido no Brasil. Ela pertence a um todo, a um certo tipo de desenvolvimento deste militarismo. Ao se analisar a formação do Exército brasileiro em suas mais variadas vertentes, a Doutrina de Segurança Nacional assume um determinado lugar e posicionamento em seu desenrolar.

Ao se tratar, diretamente, da doutrina de Segurança Nacional e a sua ligação com as interpretações sobre o militarismo brasileiro, um primeiro obstáculo apresenta-se. A escola militar responsável pela elaboração dos conceitos presentes na Doutrina de Segurança Nacional trata-se da ESG, que por sua vez apresenta uma série de peculiaridades com relação as outras Instituições de ensino do Exército, como por exemplo, a participação de civis em seus quadros, não caracterizando portanto uma instituição militar tradicional. Porém, um dos pontos mais importantes para esta pesquisa é com relação a identidade desenvolvida e o papel que o Exército buscava desempenhar na sociedade, com isso, a importância da Doutrina de Segurança Nacional cresce pois ela buscava definir um papel e um modo de ação social para o Exército.

Dentro dos estudos sobre a ação do Exército na sociedade brasileira, o desenvolvimento de uma identidade e papel que deveriam ser cumpridos por este Exército, várias foram os estudos realizados e, por consequência, os pontos de vista acerca desta instituição. O papel do Exército na política e na sociedade brasileira torna-se imprescindível para a análise das ações do Exército e suas repercussões, além da organização e elaboração da Doutrina de Segurança Nacional.

Samuel Huntigton, um dos interpretes deste militarismo, não desenvolve a sua teoria especificamente sobre a sociedade brasileira. O seu estudo refere-se a sociedades subdesenvolvidas, principalmente, ao se levar em conta o aspecto político destas sociedades. Devido ao atraso político e às instituições fracas, o exército passaria a tomar um posicionamento mais contundente, advogando para si um papel de organizador do Estado.

Toda a análise parte do pressuposto de que as Instituições representativas da sociedade são ineficientes, arcaicas, não representativas, corruptas, enfim, não são funcionais, não conseguem cumprir o papel político que, teoricamente, deveriam cumprir. O fato de não cumprirem o seu papel, de não terem legitimidade, faz com que toda a sociedade passe a desacreditar nestas instituições e em suas funcionalidades.

A descrença da população nas Instituições políticas irá causar, segundo Huntigton, um fenômeno conhecido como o esvaziamento do poder. Ao perder a sua representatividade e legitimidade, tais instituições passam também a perder o seu poder frente a sociedade, o descrédito passa a ser tamanho que não se considera mais as Instituições como válidas e todo o poder atribuído a ela também se esvai, dissemina, gerando um pequeno caos político.

Nessa situação apresentada, o Exército passaria a ter um papel preponderante para a organização deste poder político e, em alguns casos, na revitalização das Instituições falidas. O fato de o Exército ter um destaque maior ocorre principalmente por dois motivos: o *ethos* militar e por ter controle sobre o aparato de repressão do país. A questão do *ethos* militar se liga principalmente a algumas características tradicionais do Exército, tal como o respeito à Hierarquia, à disciplina e à organização interna. Uma vez que o Exército já se apresentava como uma instituição organizada, com hierarquia e disciplina bem definidas, facilitava a sua atuação e a condição de incorporar o poder político e advogar para si a legitimidade necessária para assumir o poder do país. Além disto, o Exército mantém boa parte do aparato

de repressão do país, o que facilitaria a sua tomada do poder e a manutenção do mesmo. O poder das armas traz muitas garantias para esse tipo de organização:

O fato é que as intervenções militares são apenas uma manifestação específica de um fenômeno mais amplo nas sociedades sub-desenvolvidas: a politização geral das forças e instituições sociais.¹³

Sendo assim, devido a uma crise estrutural das instituições políticas de um país em processo de desenvolvimento, o Exército passa a absorver uma determinada posição política que não deveria pertencer a ele, a situação faria com que o Exército assumisse um certo posicionamento pretoriano nesse tipo de sociedade.

O problema de tal teoria é a sua pretensão de ser extremamente generalizante, não leva em consideração os processos de desenvolvimento locais. Ao se analisar o caso brasileiro, por exemplo, tal interpretação não levaria em consideração o próprio processo de organização e desenvolvimento de uma identidade do Exército local. O Exército apareceria como uma força já pronta que intervém em uma sociedade que buscava amadurecer-se politicamente, não leva em consideração o amadurecimento do Exército junto a própria sociedade, e toda a dialética contida nesse processo. Uma explicação mais abrangente e que contemple as peculiaridades da sociedade e Exército brasileiro faz-se necessário.

Características estas que podem facilmente ser encontradas nos estudos e pesquisas de Oliveiros Ferreira que, em seus trabalhos, busca a compreensão da identidade do Exército brasileiro e, principalmente, o modo como esse Exército passa a atuar na sociedade e política brasileira.

O grande questionamento que conduz a análise sobre Exército brasileiro seria com relação ao modo como esta instituição passaria a atuar na sociedade, em que bases, com que tipo de apoio, o modo peculiar como os militares encarariam a política, mas, de forma mais

¹³ HUNTINGTON, Samuel. Pretorianismo e decadência política. In: A ordem política nas sociedades em mudança. São Paulo: Forense Universitária. 1975. p. 201.

contundente, se seriam protagonistas ou coadjuvantes nas suas mais variadas ações e intervenções políticas? Seriam apenas objetos do mundo civil ou teriam autonomia em suas ações?

Para que tais perguntas sejam respondidas, deve-se levar em consideração a identidade que se formava dentro do Exército e como este *ethos* militar influiria decisivamente no modo como o Exército posicionar-se-ia frente à sociedade e à política. Tal princípio constitutivo representaria a alma da instituição, como bem frisa o autor:

Cada organização, complexa ou não, tem seus códigos de conduta, suas maneiras de estabelecer a relação entre os que mandam e os que devem obedecer e, especialmente, aquilo que chamaria de seu princípio constitutivo, isto é, como que um mandamento que inspira todas as condutas e seus membros e cuja violação implicará uma sanção.¹⁴

Sendo assim, alguns valores passam a ser considerados como invioláveis pelos militares, como verdadeiras instituições que de maneira alguma poderiam ser violadas ou questionadas. Manter a organização coesa seria respeitar tais valores. Com isso, palavras como hierarquia, disciplina, organização e honra tomam maior vulto e, portanto, um outro significado no intramuros da Instituição militar, não se tratava de simples conceitos, mas de objetivos condutores.

Ao se pensar, o Exército, então, logo nota tais valores aplicados ao dia a dia da própria instituição, porém, ao transportar todo este aparato ético e moral para o campo da política, também pôde-se notar que havia peculiaridades no modo de se encarar a política. Ao analisar a visão dos militares para a política, o primeiro ponto a ser ressaltado seria o modo como tais militares interpretavam as suas responsabilidades para com a Pátria e que significado o conceito de Pátria passaria a ter.

¹⁴ FERREIRA, Oliveiros. *Vida e morte do partido fardado*. São Paulo: SENAC. 2000. p 19.

A relação entre o militar e a Pátria e o conseqüente patriotismo advindo desta relação, proporciona uma diferente visão por parte dos militares da política, porém, diferente com relação a quem? Nesse ponto, surgiu a principal dicotomia na análise política militar: o mundo militar e o mundo civil. O militar teria uma obrigação moral e de sacrifício para com a Pátria ao passo que o civil não, logo o compromisso do militar seria mais profundo e legítimo se comparado com o civil. Nas palavras do próprio autor: “A idéia de Pátria e a obrigação moral de sacrificar-se em sua defesa fazem, porém, por absurdo ou tolo que pareça, o militar sentir-se diferente do civil.”¹⁵

Tal discussão fica ainda mais interessante ao adicionarmos um outro fator do pensamento político dos militares. Efetivamente, o que seria a Pátria? Segundo Oliveiros Ferreira, a interpretação de Pátria dos militares coincidiria com o Estado, a Pátria tomaria forma e representatividade na figura do Estado. Sendo assim, qualquer deturpação, ofensa ou ameaça ao Estado, estaria enfraquecendo a própria Pátria. Neste ponto, Oliveiros Ferreira é categórico:

É preciso acentuar outro aspecto da questão: o compromisso do militar é com a Pátria. Ora, ma medida em que a Pátria só pode existir quando se materializa no Estado, segue-se que seu compromisso é com o Estado, que ele diferencia do governo.¹⁶

Novamente a diferenciação entre civis e militares aflora-se: os militares estariam comprometidos com a manutenção da ordem e do *status quo*, o Estado, materialização da Pátria, deveria ser preservado a qualquer custo. Ao passo que os governos civis poderiam desrespeitar ou denegrir a imagem deste Estado, houve, com isso, a diferenciação do Estado (Pátria) e de governo (obra dos civis) e quando o governo civil oferecesse perigos reais à continuidade do Estado, alguma coisa deveria ser feita. Segundo o autor:

¹⁵ Idem p. 33.

¹⁶ Idem p. 38.

A identificação da Pátria com o Estado e Nação, e a do governo com as elites civis, leva os militares a ter uma curiosa percepção daquilo que os civis pensam da política e do mundo. Para eles, os civis têm uma visão mesquinha, imediatista demais, do processo social e político – processo este que, no entanto, deverá integrar o povo na Nação e essa na Pátria sob um Estado bem organizado.¹⁷

O posicionamento político dos militares, então, vai diferenciando e criando características próprias, segundo a sua própria visão de mundo e valores cultivados e, dentro desse processo, surgem também maneiras de agir politicamente com características próprias. Um certo modo de fazer política surgiria neste estabelecimento militar, modo este que estaria completamente concatenado com os valores militares.

Sendo assim, um Estado forte com capacidade de realização seria o ideal, um funcionamento quase que orgânico da política e dos aparatos deste Estado, centralização do poder e uma peculiar visão política conhecida sobre a teoria do amigo-inimigo¹⁸, em que não havia um espaço para a oposição e os opositores eram encarados como inimigos nos seus mais variados graus, a política seria uma certa modalidade de guerra:

O Partido Fardado não se caracteriza especificamente pela ditadura – que pode, sem dúvida, implantar no país. Ele se define antes pela sua particular maneira de ver a ação política, transferindo para ela a idéia da guerra em que só há “amigos e “inimigos”, e por afirmar-se o defensor dos valores que constroem a Pátria – que afirma serem menos prezados pelos políticos.¹⁹

Ao passo que as intervenções militares passaram a ocorrer no Brasil e que, efetivamente, o Exército influenciava e muito na política e sociedade do país, alguns questionamentos começam a surgir. Existiria ou não um projeto político por parte dos militares? Neste uma diferenciação tem de ser feita, ter uma visão sobre a política e também um modo de operação

¹⁷ Idem p. 38.

¹⁸ Sobre tal teoria ver: SCHIMIT, Carl. *O conceito do político*. Trad. Álvaro M. L. Valls. Petrópolis: Vozes. 1992.

¹⁹ Idem p. 89.

em ações políticas não corresponde a se ter um projeto de como o Estado deveria ser gerido e como o seu desenvolvimento deveria ser feito. São campos bem diferentes.

Nesse sentido, a Doutrina de Segurança Nacional passou a buscar um posicionamento político mais concreto e com propostas de como o Estado deveria ser gerido, essa busca passou a ser necessidade. Porém, tal doutrina conseguiria montar um projeto para o Brasil e, conseqüentemente, ter uma importância política tanto para o Exército como para a própria sociedade e seria possível governar com o modelo proposto pela doutrina. Oliveiros Ferreira descarta completamente essa possibilidade, apontando falhas e incongruências das mais variadas possíveis²⁰

Porém, a principal crítica com relação ao Exército e a criação de um modelo político por parte deste Exército não são as suas lacunas e problemas de formulação, até porque vários foram os projetos políticos lacunares e de pouca expressividade, mas, justamente, o do posicionamento do Exército em relação a sistema produtivo. Eles não exercem atividades produtivas, desqualificando-os enquanto formuladores de um projeto político e social. Nas palavras do autor:

A única organização que tem uma visão nacional – corporativa e fundada na honra, convém não esquecer – são as Forças Armadas. Jamais tiveram, porém – e não podem ter, pois não exercem atividades produtivas – uma noção clara do que fazer no terreno econômico e social.²¹

Sendo assim, segundo o autor, não há possibilidades de se imaginar uma política militar autônoma, devido ao seu próprio papel na sociedade. A Doutrina de Segurança Nacional, então, deveria ser completamente reexaminada e analisada, ou talvez, que houvesse uma atenção maior sobre o papel que os civis desempenhavam na elaboração da própria doutrina.

²⁰ Sobre a análise de Oliveiros Ferreira acerca da Doutrina de Segurança Nacional ver: FERREIRA, Oliveiros. *A Escola Superior de Guerra no quadro do pensamento político brasileiro*. In: CRIPPA, Adolpho (org.). *As idéias políticas no Brasil*. São Paulo: Convívio. 1979. vol III.

²¹ FERREIRA, Oliveiros. *Vida e morte do partido fardado*. São Paulo: SENAC. 2000. p. 124.

Um outro autor que discute a questão da identidade do Exército brasileiro e, em seus trabalhos, busca compreender como a identidade militar, ou nas palavras do próprio autor, como o “espírito militar” é formado. A análise de tal autor torna-se interessante pois o caminho que ele trilha para delinear a identidade militar, passa pela análise de símbolos constitutivos desta Instituição e modo como eles são utilizados, além de usar de métodos ligados a antropologia. Em seu recente trabalho Celso Castro faz uma análise das principais simbologias e rituais para a compreensão da alma do militar: a função que elas desempenham pra a unidade da Instituição e delimitação do papel que este militar deveria desempenhar na sociedade, segundo o autor:

Mais do que a reorganização de uma instituição fragmentada após décadas de clivagens organizacionais e ideológicas, o que ocorreu foi a invenção do Exército como uma instituição nacional, herdeira de uma tradição específica e com um papel desempenhar na construção da Nação brasileira.²²

Dentro dos vários símbolos e rituais utilizados pelo Exército o autor destaca alguns que seriam mais importantes e representativos para a constituição do espírito militar. O culto a Caxias que busca resgatar como o militar teria que portar-se, sempre fiel à Instituição; outro ponto de destaque é a reforma da Escola Militar em que se deixa bem claro que o cadete passava a participar de um mundo diferente, com novas perspectivas e obrigações, além disto, o recente culto à batalha de Guararapes, que representaria a nacionalidade (as três raças constitutivas do Brasil lutando em conjunto) e a própria formação do Exército.

O culto a Caxias vem a responder a um anseio do Exército de maior unidade e organização, em que não se aceitaria mais qualquer ato de insubordinação que ferisse a Instituição e tudo aquilo que ela representasse. A figura de Caxias estaria vinculada à disciplina, organização, honra, virtudes militares e à própria unidade militar. Além disto, era

²² CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2002. p. 12-13.

exaltada a ação de Caxias enquanto soldado, que teria sido exemplar, digna de ser símbolo para as novas gerações.

Tal culto veio à tona justamente quando o Exército encontrava-se um tanto quanto dividido, principalmente no aspecto político: havia uma politização enorme dentro da Instituição e havia o risco de uma divisão interna. Caxias representaria a legalidade e a obediência às autoridades e seria uma figura importante para manter a unidade militar nos mais variados momentos, principalmente nos de turbulência política:

Quando o soldado se sentir menosprezado por parte dos civis, ou quando a política vos quiser enlevar em suas tramas enganosas procurando vos fazer crer não ser perjúrio o quebramento dos deveres da disciplina e o insurgimento contra as autoridades, não vos esqueceis de que Caxias, espelho de lealdade, não obstante ter militado na política, foi constantemente o baluarte inexpugnável a legalidade.²³

O que se viu portanto foi a utilização da memória sobre Caxias para a unidade militar em momentos políticos mais conturbados, confundindo o posicionamento da própria Instituição com o aquele que Caxias representaria, segundo o autor:

A evocação a Caxias assumia conteúdos simétricos ao papel conservador e autoritário do Exército na política nacional, e os artigos, discursos e ordens do dia referentes ao Dia do Soldado freqüentemente traziam referências à situação política contemporânea.²⁴

Com relação a reforma da Escola Militar, passou-se a construir a idéia do papel que o Exército deveria ter na sociedade, como a espinha dorsal da nacionalidade, que a Nação estaria segura naquele local mais do que em qualquer outro. E isto não poderia passar despercebido nem para os novos cadetes que ali ingressavam, muito menos para os civis, pois deveria ficar claro que ali se constituía e formavam-se pessoas compromissadas com os rumos que o país tomaria. Como afirma o autor:

²³ Idem p. 21.

²⁴ Idem p. 27.

O Exército, enquanto ossatura da nacionalidade, teria um papel fundamental na fase de reeducação e renovação que se iniciava. A Escola Militar, onde seriam formadas as futuras gerações de oficiais, era vista como uma instituição seminal do novo Exército e, por extensão, da nova nação que se pretendia construir.²⁵

Com isso, foram criados símbolos e rituais para que ficasse claro que os cadetes passavam a participar de uma Instituição diferente de qualquer outra do mundo civil, e que portanto deveriam ter um posicionamento diferente para com o restante da sociedade. Além disto, tais símbolos também representavam que os cadetes faziam parte de uma Instituição antiga e por demais importante e, então, com tradições próprias que deveriam ser respeitadas e mantidas.

Com relação à Batalha de Guararapes foi criada a idéia de nacionalismo: uma batalha que representaria o espírito de nacionalidade e ao mesmo tempo também seria o marco simbólico da criação do Exército, sendo assim, tal batalha também uniria o Exército e a nacionalidade de maneira indissociável. Os dois nasceram juntos e conviveriam juntos para todo o sempre. Nas palavras do autor:

A idéia central da nova comemoração é que em Guararapes teriam nascido ao mesmo tempo a nacionalidade e o Exércitos brasileiros. A força simbólica do evento é reforçado pela presença conjunta das três raças vistas como constitutivas do povo brasileiro – o branco, o negro e o índio.²⁶

Portanto, a formação do espírito militar brasileiro passa por várias mudanças e tradições e o que vale ser ressaltado é a relação entre o período político que o Brasil passava e o papel que essas tradições desempenhavam em cada momento. Tal relação demonstra que o Exército e as suas ações, por mais que pareçam relacionar-se somente consigo próprio, tem uma íntima relação com a sociedade, principalmente, nas questões políticas.

²⁵ Idem p. 39.

²⁶ Idem p. 69.

Um outro autor que tratou da questão da identidade militar e o modo como esta identidade foi sendo construída através dos tempos, foi Edmundo Campos Coelho, que através do princípio organizacional liga a questão da identidade militar e o seu desenvolvimento com a questão da coesão interna apresentada pela Instituição, o que desembocaria em várias outras questões tal como o poder político e o posicionamento na sociedade.

A análise de Edmundo Campos Coelho torna-se interessante, pois ele trabalha a formação da identidade do Exército em relação às próprias mudanças que aconteciam na sociedade. A formação de tal identidade, portanto, acompanha o desenvolvimento da sociedade em que o Exército estava inserido e de acordo com tais mudanças, a instituição toma um contorno melhor definido. Além disto, na medida em que o Exército vai formando um corpo institucional mais coerente e conciso, também vai se definindo com maior clareza o papel político dessa instituição. Segundo o autor:

Além de tomar como medida o desenvolvimento da sociedade e da política para a definição da identidade do Exército, o autor também leva em consideração que a construção da identidade do Exército relaciona-se muito, não somente com o ponto de vista interno da organização, mas também com o que a sociedade pensa e atribui como sendo papel do Exército. Trata-se de uma relação dialética em que ambos têm uma função na formação da identidade e do papel a desempenhar pelo Exército.

Ao contrário da definição de conteúdo, a institucionalização do papel não resultará de uma decisão unilateral da organização militar. Genericamente, tais processos requerem o que se chamou de consenso sobre o domínio, ou seja, requerem a elaboração de um conjunto de expectativas – tanto para os membros da organização quanto para os não membros com os quais ela interage – a respeito do que a organização deve ou não fazer.²⁷

Ao analisar o relacionamento do Exército com a política e a sociedade e a sua crescente necessidade de maior organização interna e o próprio processo histórico em que tal

²⁷ Idem p. 153-154.

organização vem acontecendo, o Exército buscava cada vez mais dar sentido ao papel que passava a desempenhar na sociedade de ser um forte ator político, uma maior coesão era necessária. Nesse ponto, a Doutrina de Segurança Nacional passou a desempenhar uma teoria que buscava normatizar a sociedade e a política bem como o papel que o Exército deveria desempenhar em todo esse processo. Ela atuaria como uma via de mão dupla, por um lado teria uma interpretação da sociedade, principalmente no aspecto político, e por outro amadurecia a questão da identidade militar, deixava-a mais sólida, uma vez que buscava uma maior coesão interna para a Instituição. Segundo o próprio autor:

Em outros termos, a doutrina da Segurança Nacional incorpora uma teoria a respeito da natureza tanto da sociedade civil e da organização militar, quanto da natureza das relações entre ambas. E nesta teoria, o papel das Forças Armadas é claramente definido em conexão com a Segurança e com o Desenvolvimento.²⁸

Sendo assim, ao analisar o processo em que Exército, sociedade civil, identidade militar e poder político misturam-se e interagem-se, um ponto destaca-se no estudo de Edmundo Campos Coelho: o relacionamento entre identidade militar e a própria identidade do Estado brasileiro. As mais variadas vicissitudes do Estado também correspondiam a mudanças dentro da organização militar, a falta de uma identidade do estado brasileiro também corresponde a uma falta de identidade do Exército brasileiro. Ao não perceber um Estado forte capaz de gerir a sociedade e todos os seus problemas, o Exército passaria a ser uma entidade intervencionista e intimamente ligada aos acontecimentos da política. Nas palavras do autor:

A crise de identidade do Exército decorreria, assim, da crise de identidade do Estado, da ausência de uma instituição que por todos fosse aceita como incorporação da autoridade nacional.²⁹

²⁸ Idem p. 166.

²⁹ Idem p. 170.

Ainda sobre o assunto, Eliézer Rizzo de Oliveira, busca analisar qual o papel que o Exército deveria cumprir dentro da sociedade, levando em conta, principalmente, o aspecto político. Dentro de seu estudo, ele destacou três modelos de análise que são correntes nos trabalhos sobre militares e suas intervenções políticas, os modelos que eles obedeceriam.

O primeiro modelo a ser discutido pelo autor diz respeito ao posicionamento das Forças Armadas como um poder moderador, saneador. Com isso, sempre que a ordem jurídica e política estivesse em perigo, haveria uma intervenção do Exército para que a normalidade restabelecesse. O Exército seria uma garantia de uma continuidade da ordem. Tal teoria pode ser descartada, segundo o próprio autor:

Uma crítica direta que podemos apresentar a esse pensamento sobre o poder moderador é que ele parte de um princípio equivocado de que as Forças Armadas não fazem parte do Poder do Estado.³⁰

Um outro ponto de vista coloca as Forças Armadas como um instrumento nas mãos de alguma classe social. O Exército, então, passaria a defender os interesses de uma outra classe, fazendo com que os interesses dessa classe fossem interiorizados como os do próprio Exército. Tal interpretação não leva em conta a capacidade do Exército de ser um ator social com certa autonomia, apenas o analisa enquanto um instrumento nas mãos de outras classes e interesses sociais.

O terceiro ponto analisa o Exército como atores sociais em uma sociedade de classes, tendo os seus próprios interesses e aspirações dentro da sociedade e da política em que estavam inseridos. Tal teoria propõe que devido a complexidade da organização militar e pelo fato de ser uma organização que trabalha a psique e a perspectiva de vida de seus membros, ela formaria o campo de ação política de seus membros independente das classes que eles possam ter vindo.

³⁰ OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *Forças Armadas: pensamento e ação política*. In: ANTUNES, Ricardo; FERRANTE, Vera; MORAES, Reginaldo (orgs.) *Inteligência Brasileira*. São Paulo. Brasiliense. 1986. p 260.

Além disto, há a afirmação que uma Instituição como a militar somado ao seu papel na sociedade e o poder que ela possa vir a representar, somente poderia ser compreendida e ter um sentido dentro do mundo da política. A Instituição militar passaria a desenvolver interesses e poderia ser considerada como um agente político da sociedade, além de desenvolver características de natureza diretiva e intelectual. Nas palavras do próprio autor:

Esta situação estimula o desenvolvimento das funções de natureza diretiva, intelectual e política dos militares no Brasil. Então, para complicar um pouco mais o raciocínio, diria que, este aparelho complexo desenvolve interesses e consegue levá-los avante; ele é um agente de interesses institucionais que necessitam de um campo de interesses sociais para se definir.³¹

E dentro dessas características diretivas que foram se desenvolvendo aliadas à criação de um pensamento político das próprias Forças Armadas, surgiu a Doutrina de Segurança Nacional que pretendia ditar os moldes de como deveria ser conduzida a política e até a sociedade em alguns pontos: “A Doutrina de Segurança Nacional é muito mais que uma doutrina militar; ela é uma doutrina do social, é uma doutrina para o país ao qual ela propõe uma camisa de força.”³²

Sendo assim, ao analisarmos a Doutrina de Segurança Nacional e todas as suas possíveis vicissitudes se deve levar em consideração que há todo um *ethos* militar e várias interpretações por trás dessa doutrina, e que ela corresponde a um determinado momento da História militar brasileira.

A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL.

A Doutrina de Segurança Nacional é a representação mais completa do modo de pensar da ESG. Através dela, não só se compreende muito de suas interpretações acerca da

³¹ Idem p. 267.

³² Idem p. 273.

realidade e de como se deve tratar os mais variados aspectos da sociedade, como também exprime a forma como se deve trabalhar na ESG, os modelos a serem seguidos e as interpretações mais coniventes segundo o próprio pensamento da escola. Também não se trata de um conjunto de conceitos e determinações imutáveis. De acordo com a conjuntura do momento tanto quanto dos estudos que estão sendo realizados, a Doutrina de Segurança Nacional pode ser trabalhada e alterada em alguns pontos, porém, ela é, sob os mais variados aspectos, imprescindível e absoluta dentro da ESG, através dela que os cursos desenvolvem-se e o pensamento da ESG estrutura-se. De certa forma, para se traçar o perfil da ESG e interpretar o seu modo de pensamento, deve-se recorrer às formulações de sua doutrina. Segundo o, então, Tenente Coronel Idílio Sardedenberg:

A iniciativa da criação da Escola Superior de Guerra se alicerça em uma série de princípios, isto é, de conclusões que são aceitas como verdade. Sem a exata compreensão destas conclusões ou sem a aceitação como verdades fundamentais, não é possível traçar as linhas de desenvolvimento e de ação da Escola.³³

Para uma maior compreensão da Doutrina de Segurança Nacional, das suas idéias e algumas de suas interpretações sobre a realidade nacional deve-se aprofundar um pouco nos novos aspectos da guerra contemporânea nos quais as novas formulações e interpretações sobre a guerra, principalmente no que diz respeito à inserção do comunismo, ou seja, a guerra revolucionária, tanto quanto a idéia de guerra total ou geral, encontram-se presentes.

Segundo Clausewitz³⁴, a guerra não poderia existir por si mesma, como um fato único e acabado, efetivamente a guerra não seria um fato em si. Dessa maneira, o conflito beligerante deveria ter como um ponto de partida uma meta, um objetivo, e que tal guerra

³³ SARDENBERG, Adílio. *Princípios fundamentais da Escola Superior de Guerra*. 1949. In: MYIAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e Poder no Brasil*. Campinas: Papirus. 1995.

³⁴ *Apud*. COMBLIN, Pe. Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional. O poder militar na América Latina*. Trad. A. Veiga Fialho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1978.

obedecesse a esse objetivo e meta, um confronto. Pelo simples fato de se confrontar seria sob certo ponto de vista, um suicídio coletivo, uma simples mostra de superioridade irracional.

Com isso, fica claro, então, que a guerra é um prolongamento da política. Quando a política não mais consegue resolver seus problemas pelas vias diplomáticas, a guerra pode representar a solução. Sendo assim, os objetivos e metas de uma guerra são determinados pelo político. O político é que traça o que deve ser alcançado em um combate,

a guerra é, e deve ser, submissa a política, isto é, à fins nacionais que lhe impõe limites. (...) Numa guerra os Estados sempre querem algo preciso e determinado. A guerra deve ser submissa a política, e a História mostra que é.³⁵

Porém, com o advento da Segunda Grande Guerra, alguns conceitos de guerra passaram a ter outra conotação e tomaram formas mais abrangentes, com outros fins que não somente o político. Na perspectiva clauswitziana, a política deveria coordenar a guerra, e além disto, havia objetivos e metas, enfim, os motivos que levariam o Estado em questão para o conflito. A partir desse momento, passou-se a analisar a guerra como algo mais amplo e, conseqüentemente, com outras conotações que não só as políticas.

Nesse novo conceito de guerra, o conflito não significa somente derrotar o adversário e alcançar os seus objetivos, representa também a manutenção de toda uma nação, de suas instituições e tradições. Ao entrar em combate toda a sobrevivência e honra da nação, a superioridade é posta em questão, é com ela todos os preceitos e a dignidade da nação. Com isso, a questão da guerra ganhou novos contornos, pois, não somente disputava-se as batalhas, mas a honra e as instituições do próprio país. Sendo assim, toda a sociedade era posta a prova em um momento de guerra, disputava-se a sobrevivência de todos. A guerra passou a ser total:

³⁵ COMBLIN, Pe. Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional. O poder militar na América Latina*. Trad. A. Veiga Filho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1978. p. 34-35.

como numa cruzada leiga, a sobrevivência de certas crenças e de certas instituições é considerada como equivalente a sobrevivência do povo, o que torna a guerra absoluta. (...) Conseqüentemente, a guerra deve ser preparada por uma formação sistemática do povo. A guerra deve ser a ação total do povo inteiro. A guerra deve ser absoluta e desejada como tal.³⁶

Outro novo conceito de guerra que muito influenciou na formulação da Doutrina de Segurança Nacional é o conceito de guerra revolucionária, mais, especificamente, naquele momento, a guerra revolucionária comunista, a que segundo os pensadores da ESG seria mais perigosa e ardilosa

Com isso, a principal preocupação dos militares e formuladores da Doutrina de Segurança Nacional, era justamente com as estratégias que poderiam ser utilizadas para a tomada do poder por parte dos comunistas. Segundo os militares, o primeiro ponto a ser analisado, era que não se tratava de uma guerra convencional, ou seja, enquanto que em um conflito tradicional um Exército enfrentaria outro, nesse caso, a ameaça era interna, pessoas imbuídas da ideologia marxista dentro da própria população nacional é que levariam a frente a tomada pelo poder político.

Da mesma forma, não se tratava de uma guerra aberta e declarada. Ela poderia surgir em qualquer lugar e em qualquer momento e manifestar-se das mais variadas formas. Um simples conflito de idéias poderia ser sinal de um foco para a guerra revolucionária. O próprio conceito de guerra psicológica passou a ser trabalhado. Segundo os militares, a opinião pública passaria a ser manipulada pelos comunistas no sentido de que esta população passaria aceitar os preceitos comunistas como certos, e que deveriam ser aceitos:

com efeito, os conflitos sociais, as oposições políticas, as discussões de idéias, o não conformismo ideológico ou cultural são manifestações visíveis de uma guerra revolucionária onipresente.³⁷

³⁶ Idem. p. 36-37.

³⁷ Idem p. 49.

Dessa maneira, passa a acontecer uma inversão no exposto de que a política comandaria a guerra. Com esta nova visão de conflito, a guerra passou a comandar a política, pois, principalmente, nos sistemas de segurança nacional, pensava-se na política e na sociedade como algo que deve estar preparado para a guerra, ou melhor, em uma sociedade beligerante, em que todo e qualquer assunto deveria ser tratado sob o prisma da segurança e, portanto, da guerra. Todos os aspectos da sociedade eram considerados importantes para a segurança nacional e o conceito de guerra passa a coordenar as ações políticas:

E é por isso que, finalmente a guerra comanda a política e de certo modo a absorve e a faz desaparecer, como se pode verificar nos sistemas de segurança nacional. A rigidez dos sistemas políticos aplicados não é devida a circunstâncias acidentais: é devido ao conceito de guerra que está na base da estratégia.³⁸

Com isso, segundo os estudiosos da ESG, a Segurança Nacional deveria atuar como um aspecto político da sociedade, ou seja, as decisões não poderiam ser tomadas sem se levar em conta o conceito de segurança vigente naquele momento. Os mais variados domínios sociais estavam subordinados à segurança, base imprescindível para se manter a ordem e o *status quo*.

As novas modalidades de guerra que surgiram na época também levam a um tratamento da política de um modo específico. O pensamento doutrinário da ESG trabalha no sentido de identificar-se um mal e combatê-lo. Tudo poderia ser levado para a esfera do político e com isso ser tratado segundo a dicotomia entre amigo e inimigo, segundo Carl Schmitt:

É que o político tem os seus critérios próprios, que de maneira peculiar se tornam eficazes diante dos domínios diversos e relativamente independentes do pensamento e do agir humano, especialmente o moral, o estético e o econômico. O político precisa, pois situar-se em algumas distinções últimas, as quais pode reportar-se toda ação especificamente política. (...) A distinção especificamente

³⁸ Idem p. 38-39.

política a que podem reportar-se as ações e os motivos políticos é a discriminação entre amigo e inimigo.³⁹

A teoria do amigo e inimigo estaria ligada a política, justamente pela sua capacidade de designar o quão certos grupos encontram-se ligados ou desassociados, e da mesma maneira, o modo como esses grupos interagiriam entre si. Essa teoria, então, poderia ser associada à ligação entre grupos e às posteriores ações tomadas de acordo com o grau dessas ligações. O primeiro ponto a ser destacado é a análise da situação, como a conjuntura apresenta-se em um determinado momento, e como as relações políticas devem ser tratadas de acordo com esse momento. Como as forças políticas apresentam-se e articulam-se de modo a, justamente, definir-se de maneira concreta a questão do amigo e inimigo. De forma geral, portanto, a teoria do amigo inimigo apresenta-se como a consequência extrema de uma situação política:

A diferenciação entre amigo e inimigo tem o sentido de designar o grau de intensidade extrema de uma ligação ou separação, de uma associação ou dissociação, ela pode, teoria ou praticamente, subsistir sem a necessidade do emprego simultâneo das distinções morais, estéticas, econômicas, ou outras.⁴⁰

Portanto, o antagonismo máximo dentro da política seria a própria designação do conceito entre amigo e inimigo, chegar ao ponto em que a diplomacia não mais funcionaria, e a dissociação entre os grupos tornasse um conflito propriamente dito. A possibilidade de enfrentamento torna-se clara e as próprias ações políticas passam a contar e a prever esse tipo de enfrentamento. O conflito seria a última etapa desse processo, em que o agrupamento amigo inimigo passaria a concretizar-se em ações específicas de enfrentamento e, todo e qualquer movimento estaria ligado a essa polarização:

³⁹ SCHIMITT, Carl. *O Conceito do Político*. Petrópolis. Vozes. 1992. p 51.

⁴⁰ Idem p 52.

Todos os conceitos, representações e palavras políticas têm um sentido polêmico, visualizam um antagonismo concreto, estão ligados a uma situação concreta, cuja conseqüência extrema é um agrupamento amigo inimigo (manifestado na guerra ou revolução) e transformam-se em abstrações vazias e fantasmagóricas quando esta situação é esquecida.⁴¹

A manifestação do que seja o outro, o inimigo, é que também demonstra em que medida a oposição pode ser encarada e conseqüentemente que medidas seriam adotadas para que o inimigo fosse eliminado. Em que medida o próprio inimigo interferiria no andamento da sociedade e até na possibilidade dessa sociedade vir a deixar de existir caso o inimigo seja vitorioso em um confronto. Em última instância, ao aplicar-se e utilizar o agrupamento de amigo inimigo como conceito básico para a designação do que seja político, ou melhor, para o que se restringe na esfera do político se está também designando o que vem a ser o opositor:

O caso extremo de conflito só pode ser decidido pelo próprios interessados, a saber, cada um deles têm de decidir por si mesmo, se a alteridade do estrangeiro, no caso concreto do conflito presente, representa a negação da sua própria forma de existência, devendo portanto, ser repellido e combatido, para a preservação da própria de vida, segundo a sua modalidade de ser.⁴²

E neste tipo de situação, ao aplicar esse conceito de forma prática, pode-se incorrer em um problema grave que pode ser diagnosticado na doutrina esguiana, ao se ter o inimigo, o estrangeiro como um mal a ser combatido, como a própria negação da sociedade em que se espera preservar, as ações políticas podem tomar contornos em que o principal ponto a ser perseguido é a eliminação do outro e não a preservação das suas características. A política passa a existir como um dependente de algo a ser combatido, de alguma oposição que deve ser detida, deixa de existir um contorno próprio do que se pretende implantar, de uma idéia central, idealizadora, para formar-se um contorno do que seja contrário, efetivamente, não se sabe exatamente o que se quer, mas sabe-se o que se não quer. Para o espectro de uma formulação política e desenvolvimentista adotar esse tipo de posição pode ser fatal em longo

⁴¹ Idem p. 56.

⁴² Idem p. 52.

prazo, pois, na medida em que se sai vitorioso por um lado, por outro se perde a sua fundamentação existencial, a base em que se apoiava.

Dessa maneira, a doutrina da ESG reconhece o comunismo como o principal inimigo, mas no fundo, reconheceria outro, ao se elaborar uma doutrina em que a principal característica é a segurança. A pergunta imediata que se faz é: segurança contra quem? Devemos nos proteger contra o quê? Caso não haja uma resposta imediata ou adentra-se em um mundo paranóico ou gradativamente o seu poder de convencimento e em casos mais concretos, legitimidade e legalidade vão se perdendo. Não se trata portanto, de uma política anticomunista, mas sim, a aplicação prática do agrupamento amigo inimigo em seu extremo, segundo o próprio Oliveiros Ferreira:

Não se trata de uma política especificamente anticomunista; estamos diante da mais acabada, ainda que prenhe de contradições, teoria da defesa do *status quo* estatal – e grifaria estatal para com isso significar que se fosse outra a conjuntura internacional, outro seria o inimigo.⁴³

Ao levar em consideração o modo como se era encarada a política pela ESG, segundo a teoria do amigo inimigo, outros pontos tornam-se mais claros e outras características do pensamento político da ESG vem à tona. Como os antagonismos poderiam ser tratados não como uma consequência normal de um processo político e sim, como opositores que poderiam estar aliados a outras facções que seriam contrárias ao modelo da Segurança Nacional. O papel do político, do questionador, deixa de ser privilegiado. As barganhas e os trâmites do mundo político não seriam bem vistas. O Estado deveria funcionar como uma máquina bem equipada e em bom funcionamento. Todos deveriam ter seu papel e teriam que cumpri-lo da melhor maneira possível; a própria visão militar que preza em muito a hierarquia

⁴³ FERREIRA, Oliveiros. A Escola Superior de Guerra no quadro do pensamento político brasileiro. IN: CRIPPA, Adolpho (org.). *As idéias Políticas no Brasil*. São Paulo: Convívio. 1979. vol II. P. 283.

e a disciplina também colaboram para esse posicionamento frente ao papel de cada um no Estado.

Desta feita, a ESG passa desenvolver sua doutrina no sentido de aumentar a Segurança Nacional, ou melhor, aumentar o poder do Estado englobando o maior número de assuntos e responsabilidades e trazê-los para o escopo de atuação da Segurança:

do exposto observa-se, principalmente nos pós-64, a vinculação constante da Segurança Nacional com todos os setores da sociedade nos estudos realizados não só pelos militares, mas também com aqueles identificados com a ideologia castrense. Encontramos assim, referências a Segurança Nacional com a industrialização, a saúde, a evolução técnico – científica, a contribuição da veterinária, a família e seu reflexo na posição da juventude, etc.⁴⁴

A preocupação com a Segurança Nacional, aliada ao componente do desenvolvimento que se fazia urgente, e também, a necessidade de se ter bem claro qual o potencial nacional naquele momento, levou a ESG a formular um dos seus primeiros conceitos doutrinários e que perdurará nos manuais através das décadas, que é o conceito de Poder Nacional. Efetivamente, é uma forma de avaliar quais as condições em que se encontra a sociedade brasileira. Qual o seu real potencial para aquele momento em específico e qual o próximo passo que deveria ser dado no sentido de se melhorar e desenvolver. O Poder Nacional, então, passa a ser interpretado como uma idéia geral do que a nação possui e, partindo desse ponto, o que a nação poderia passar a ter em um próximo momento. Segundo a doutrina da ESG: “Poder Nacional é a expressão integrada dos meios de toda ordem de que dispõe a Nação para alcançar e manter, interna e externamente, os Objetivos Nacionais.”⁴⁵

Os indicadores do Poder Nacional representam as categorias em que se deve mensurá-lo, e modo de tratamento de tais categorias. Devido a grande variedade do que pode ser

⁴⁴ Idem p. 42.

⁴⁵ Escola Superior de Guerra. Doutrina Básica. 1979. p. 64.

considerado componente do Poder Nacional, alguns destes indicadores são apenas apreciáveis, ou seja, não há condições de medi-los de forma exata, quantitativamente.

Os indicadores podem ainda ser classificados em: de potencial, relativos ao Potencial Nacional ainda não transformado em poder; de conjuntura, visceralmente ligados aos aspectos da atualidade nacional; de tendência, de natureza prospectiva e antecipatória; de segurança, expressamente referida a este valor.⁴⁶

A forma de avaliação do Poder Nacional parte de suas possibilidades e o que se pretende alcançar, levando em consideração quais os motivos que podem ajudar a desenvolver tanto quanto aqueles que estariam atrasando o desenvolvimento nacional.

A avaliação do poder Nacional comporta metodologicamente o estudo de suas possibilidades (em relação aos objetivos considerados), o estudo de suas vulnerabilidades (em relação aos óbices admitidos) e a formulação de um juízo de valor sobre sua capacidade⁴⁷

Desta forma, o conceito de Poder Nacional passa a ser encarado como uma arma a ser utilizada, em outras palavras, é o potencial que o país tem para executar seus planos e objetivos. Seria uma forma de munição, de aparelhagem, efetivamente, do que se dispõe para a execução da Política Nacional. Portanto, é grande a importância do Poder Nacional, segundo os formuladores da doutrina esguiana, principalmente, porque, através dele, é que se pode formular até onde um objetivo pode chegar. Os limites da nação estão compreendidos no Poder Nacional. Devido a esse fato é que se percebe o motivo de tamanha preocupação com o Poder Nacional e em avaliá-lo e otimizá-lo ao máximo.

Da mesma maneira que o conceito de Poder Nacional passou a ser encarado como uma aparelhagem, ou melhor, do que se dispunha para a execução de um determinado objetivo, tal

⁴⁶ Idem p 73.

⁴⁷ Idem p 71.

como em uma situação de conflito, outros conceitos também passaram a ter um campo de abrangência maior do que a sua formulação original.

O conceito de estratégia que era estritamente ligada a questões militares, passou a ser aplicada nos mais variados campos de atuação. Novamente, tal como em uma situação de conflito, a forma de se alcançar os objetivos nacionais era estrategicamente elaborada, ou pelo menos, assim, deveria ser. A política Nacional deveria ser elaborada em termos estratégicos de forma a estabelecer um planejamento melhor do que se queria realizar, segundo a ESG:

Estratégia Nacional é a arte de se preparar e aplicar o Poder Nacional, considerando os óbices existentes ou potenciais, para alcançar e manter os objetivos estabelecidos pela Política Nacional.⁴⁸

O princípio norteador do Poder Nacional e da Estratégia Nacional dizem respeito, aos objetivos traçados pela Política Nacional. O principal objetivo delineado na doutrina esguiana é atingir um conceito quase utópico que eles denominam de Bem Comum, que abrangeria desde o bem estar individual até uma sociedade praticamente perfeita, porém, como a própria ESG de acordo com a sua doutrina afirma, a definição desse conceito e a sua realização já partiriam para o campo da filosofia e não mais da política:

em qualquer tempo e lugar, o objetivo-síntese da convivência humana deve ser o Bem Comum – conjunto de condições capazes de propiciar a todos uma vida digna. É um ideal que, além de abranger o bem estar individual, inspira um modelo de sociedade propícia à concretização das potencialidades humanas e à plena compreensão e prática dos valores espirituais. Trata-se de um valor máximo a ser perseguido, cujos amplos e esbatidos contornos não cabe a política, senão a Filosofia, precisar.⁴⁹

De forma mais concreta, os formuladores da Doutrina de Segurança Nacional estabeleceram que havia na realidade dois tipos de objetivos que deveriam ser trabalhados mais a fundo: os Objetivos Nacionais Permanentes (ONP), e os Objetivos Nacionais Atuais

⁴⁸ Idem p. 93.

⁴⁹ Idem p. 29.

(ONA). Os ONP referem-se a objetivos de longo prazo e a realizações que são consideradas vitais para a nação. A idéia de transformar o Brasil em uma potência internacional seria um bom exemplo. Os ONA, por sua vez, têm sua formulação ligada aos objetivos mais urgentes e conjunturais, de forma mais ampla podem ser considerados os vários degraus para atingir-se os ONP.

Sendo assim, os ONP e ONA em conjunto com a Política Nacional definem o que deve ser realizado. A Estratégia Nacional traça o modo como deve ser realizado e o Poder Nacional os recursos disponíveis para a realização de tais objetivos. Além dessas formulações, os estagiários e estudiosos ligados a ESG também dividiram o Poder Nacional em quatro grandes categorias, de forma a melhor racionalizar e organizar suas ações e estudos. As categorias são: poder econômico, político, psicossocial e militar.

A expressão política do poder nacional diz respeito às instituições políticas, forma de governo, tipos de governante, mudanças que deveriam ser realizadas, possíveis reformas, etc. As principais discussões nesse ponto referem-se a como o Brasil deveria, pelo menos no âmbito burocrático, portar-se de modo que o mesmo encontrasse com o seu destino histórico. Segundo sua própria doutrina:

Expressão Política do Poder Nacional é o conjunto de meios predominantemente políticos de que se dispõe a Nação para expressar a vontade do povo e em seu nome exercer as funções de direção, coordenação e arbitragem, com vistas a consecução e manutenção dos Objetivos Nacionais.⁵⁰

Outro ponto importante da expressão política é o papel que as elites devem ocupar dentro desse processo. Segundo a doutrina e o próprio pensamento da ESG, a sociedade tanto quanto as suas elites não estavam preparadas para gerir os seus próprios negócios, seria necessário que tais elites soubessem o seu papel e o seu posicionamento dentro da sociedade de modo a agirem de maneira correta e condizente com o seu papel histórico, o de dirigente

⁵⁰ Idem p 101.

político da sociedade. Interpretar os anseios e aspirações da Nação e realizá-los deveria ser um de seus objetivos,

auscultando o povo, as elites nacionais identificam seus anseios e aspirações. Possuindo um maior entendimento da realidade histórico-cultural e dos dados conjunturais, elas têm uma visão mais elaborada dos autênticos interesses nacionais. Cabe-lhes, assim, interpretar os anseios e aspirações difusas no meio ambiente, harmonizando-os de volta ao povo que, desse modo sensibilizado, poderá entender e adotar os novos padrões que lhe são propostos.⁵¹

Na expressão econômica, os principais temas a serem tratados relacionam-se a como fazer o crescimento econômico e como se relacionar com o mercado e investidores internacionais. Esse já é um ponto polêmico, pois a influência dos civis era muito grande e além disto nunca se viu, na prática, um projeto econômico bem abalizado e de sucesso duradouro por parte dos militares. Da mesma maneira, nota-se o caráter estatista da ESG, que compreende que o Estado deveria disciplinar e arregimentar a economia nacional:

Cada vez mais se reconhece, na medida adequada, a legítima necessidade de o Estado disciplinar o funcionamento das empresas, a fim de que o interesse coletivo seja preservado e que, em especial os grandes grupos econômicos, absorvidos muitas vezes exclusivamente pelos seus próprios desejos, não acabem por elidir os esforços de eliminação de conflitos sociais.⁵²

O setor psicossocial do poder nacional procura tratar questões com relação ao ensino, meios de comunicação, formas de se relacionar com as massas e da mesma maneira de instruí-las, relacionamento com o sindicalismo, forma de tratamento com os movimentos sociais. A principal preocupação nesse setor é com relação ao combate do comunismo, pelo menos no plano das idéias, o intuito era o de instruir e informar a população dos perigos comunistas. Da mesma maneira, preocupava-se por demais com a educação, tanto no plano do

⁵¹ GURGEL, José Alfredo Amaral. *Segurança e Democracia*. Rio de Janeiro: Bibliex. 1975. p. 95.

⁵² Idem p. 103.

que deveria ser ensinado quanto o fato de que a maioria dos opositores ao governo e simpatizantes do comunismo saiam das universidades.

Expressão Psicossocial do Poder Nacional é o conjunto de meios predominantemente psicológicos e sociais, de que dispõe a Nação para assegurar a plena realização da pessoa humana, com vistas a consecução e manutenção dos Objetivos Nacionais.⁵³

A expressão militar do poder nacional era a que os civis tinham menos contato e dizia respeito quase que unicamente aos militares. Desse modo, seus principais problemas eram a modernização dos contingentes e o modo como, militarmente falando, os novos desafios deveriam ser encarados. Dessa maneira, os estudos e discussões realizados pela ESG giram em torno dessas quatro grandes áreas e a partir delas é que se identificam as idéias e pensamentos políticos pregados pela ESG.

ELITES CIVIS NA DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL.

Ao iniciar a discussão sobre as elites e o papel que elas teriam no pensamento da ESG, representado na Doutrina de Segurança Nacional, deve-se reportar a própria constituição da escola, abordando um ponto muito discutido que é a participação de civis nos quadros da ESG. A presença de civis vai mais além do que a simples constatação de que especialistas, nas mais variadas áreas, eram necessários, ou seja, a participação dos civis não se restringe somente a uma função de estudo e de pesquisa sobre a sociedade brasileira.

O primeiro ponto a destacar-se na presença de civis na ESG, liga-se a um pensamento militar já de longa data de que, devido ao conturbado mundo político dos civis, em alguns momentos não se conseguia manter a ordem necessária para o bom andamento da sociedade. Alegava-se que os civis não tinham o controle absoluto de suas próprias responsabilidades, e

⁵³ Escola Superior de Guerra. Doutrina Básica. 1979. p. 143.

conseqüentemente, não tinham a competência necessária para resolver os seus próprios problemas. Vale lembrar que um dos motivos do golpe de 64 e o posterior governo de exceção, segundo os militares, era o caos político que se instalava e que não parecia ter fim:

Para o militar, quando há crise no sistema político ou no próprio sistema social, a culpa cabe às elites, que são “envilecidas”; depois, em virtude do processo de socialização a que são submetidos no seio de uma organização com as características de uma corporação, os militares têm uma concepção do mundo em que a sociedade se divide entre “nós”, os militares, e “eles”, os civis.⁵⁴

A crítica as elites políticas dirigentes era um dos pontos centrais no pensamento da ESG, não de forma explícita em muitas das vezes, mas a vontade de se conceber uma elite capaz de manter a ordem e o *status quo*. Realizar um plano de desenvolvimento para o Brasil, era uma das prioridades dessa instituição. Não se pensava no civil apenas como uma fonte de informação e de potencial de pesquisa, o que se realizava antes de tudo era um trabalho propriamente ideológico. Apesar de ajudarem no desenvolvimento da Doutrina de Segurança Nacional e de usarem o seu conhecimento para aprofundar o que era discutido, o que se pretendia, efetivamente, era a incorporação por parte dessas elites no modo de pensar esguiano, em outras palavras, tratava-se de uma instituição para a formação de quadros:

Desta forma, embora não possa ser dissociada de uma instituição (Forças Armadas) que funciona maciçamente através da repressão, a ESG desenvolve atividades claramente ideológicas, quer promovendo o treinamento técnico (que não pode ser tomado separadamente do preparo ideológico) de oficiais, quer articulando as elites civis e difundindo entre elas a Doutrina de Segurança Nacional.⁵⁵

A importância com relação aos civis, então, tomam outro rumo, não se tratam mais de simples estagiários, mas pessoas em treinamento; e treinamento este para que fossem capazes de desempenhar funções de direção no Estado. No entender da ESG, tais pessoas seriam as

⁵⁴ FERREIRA, Oliveiros S. *Vida e Morte do Partido Fardado*. São Paulo: Senac. 2000. p 37.

⁵⁵ OLIVEIRA, Eliêzer Rizzo de. *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes. 1976. p 25.

mais indicadas para ocupar altos cargos de administração pública, seria uma elite política que estava-se formando. Sendo assim, devido a essa importância dada aos civis, outro ponto destaca-se: quem eram esses civis e que cargos eles já ocupavam na administração pública naquele momento. Pode-se perceber que já havia um projeto de participação no governo quase que urgente:

Um dos cuidadosos critérios da ESG ao convidar seus futuros alunos – denominados estagiários – sempre foi de selecionar elementos que hierarquicamente já ocupavam cargos elevados. São esses candidatos que interessam à entidade: são eles que se encarregarão de propagar a doutrina pacientemente formulada no Forte de São João desde o início da década de 1950 e transportada para a prática governamental depois de 1964.⁵⁶

A ESG, então, trabalhava no sentido de ser uma Escola de pesquisa sobre os mais variados temas de interesse da sociedade, mas também, era uma Escola doutrinadora, sempre buscando aumentar suas influências através dos cursos que eram ministrados e das pessoas que freqüentavam esses cursos. Civis considerados aptos a funções de direção do Estado eram escolhidos para que tivessem contato e apreendessem o modo de se fazer política segundo a Doutrina de Segurança Nacional.

O papel que essas elites deveriam desempenhar, seria o de interpretes da sociedade, analisar o que seria ideal e necessário para a população naquele determinado momento e realizar tal projeto. Da mesma maneira, tal elite deveria fazer com que a população entendesse que as medidas que estariam sendo tomadas, eram as melhores opções naquele momento, pois, as elites buscariam o melhor para a sociedade e saberiam o que significaria esse melhor. Na concepção da ESG, havia uma elite despreparada, havia uma população mais despreparada ainda.

Entretanto, ao analisar mais pacientemente esse papel de interprete por parte das elites, percebe-se que, na verdade, trata-se de uma função de estabelecimento dos rumos da política

⁵⁶ MYIAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e Poder no Brasil*. Campinas: Papirus. 1995. p. 106.

segundo o seu próprio interesse, fazendo com que o restante da população perceba que o projeto que essa elite traçar é o caminho ideal. Não havia, efetivamente, uma leitura dos anseios da sociedade mas, de certa forma, uma imposição do que se considerava correto.

Segundo a própria doutrina da ESG:

Por outro lado, cumpre as elites não só o papel de interpretar os interesses e aspirações nacionais, para levá-los ao nível de formulação dos Objetivos Nacionais, como o papel inverso de, precisamente em razão de sua presumida capacidade superior, difundir no povo os altos valores da convivência social e uma melhor percepção de seus autênticos interesses e aspirações.⁵⁷

O elitismo presente na ESG também pode ser constatado segundo as pessoas que fazem os seus cursos, ou melhor, segundo as exigências que se faziam para que uma pessoa tornasse estagiário da ESG. Além de ser através de convites, o que já denota uma grande capacidade de escolha e de seleção, os critérios para que tal pessoa fosse convidada eram bastante cuidadosos, tanto para oficiais quanto para civis:

Como estagiários concorrerão a Escola:
Oficiais de comprovada experiência e aptidão, pertencentes as Forças Armadas (postos correspondentes a general de brigada, coronel e excepcionalmente tenente-coronel; cursos correspondentes aos de Estado Maior ou técnico);
Civis de notável competência a de atuação destacada na formulação ou execução da política nacional, principalmente a exterior.⁵⁸

O elitismo, portanto, faz parte do pensamento esguiano, o poder não seria algo para ter-se em mãos erradas ou despreparadas, deveria existir um núcleo da sociedade preparado para gerenciar o Estado e, conseqüentemente, saber lidar com o poder político, e utilizá-lo da melhor maneira possível, e utilizar tal poder político da melhor maneira possível seria utilizá-lo segundo a Doutrina de Segurança Nacional.

⁵⁷ Escola Superior de Guerra. Doutrina Básica. 1979. p 34

⁵⁸ FARIAS, Marechal Oswaldo Cordeiro de. Razões que levaram o governo a pensar na organização da Escola Superior de Guerra. IN: MYIAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e Poder no Brasil*. Papirus. Campinas.1995. p 227.

Há, então, uma proposta clara de cooptação dessas elites civis por parte da ESG, não se pensava em um sistema mais abrangente ou até mesmo democrático. Os civis que fariam parte da ESG deveriam passar por um forte crivo social, constituindo-se um sistema extremamente fechado. Não havia uma circulação de elites ou canais abertos para a participação de mais pessoas, havia uma seleção dos considerados mais aptos. Ao analisar o próprio modo de pensamento da ESG, percebe-se que apenas os civis com capacidade já demonstrada devido ao seu posicionamento na sociedade, poderiam fazer parte dos quadros da ESG.

O claro pensamento da ESG relacionado a um Estado forte já descarta qualquer possibilidade de maior força política para a sociedade. Logo, apenas alguns teriam discernimento e capacidade para exercer e escolher os melhores nomes para atuar junto ao governo. Portanto, poucos teriam capacidade para fazer parte do Estado. O fato da sua doutrina também possuir nítidos traços autoritários na maneira de fazer política, também demonstra que apenas alguns poucos eleitos saberiam como lidar com o poder que teriam em suas mãos, ou melhor, já de antemão, teria que ter a certeza de que tal pessoa seria capacitada suficientemente. A questão da teoria do Amigo/Inimigo aplicada ao modo de se fazer e interpretar a política, também deixa claro que um determinado grupo só poderia ser considerado apto se mantivesse um bom relacionamento com as idéias e propostas expostas na Doutrina de Segurança Nacional, ou seja, um outro fator que não, apenas, a capacidade também surge como condição para se formar um grupo mais coeso. Sendo assim, apenas pessoas consideradas aptas e competentes, além de concordar com os posicionamentos políticos da ESG é que poderiam fazer parte dos quadros da ESG.

Ao analisar as características acima com o já citado pressuposto que a grande maioria das elites civis dirigentes eram consideradas incompetentes por parte do pensamento militar, a idéia de se formar uma escola para estudar a sociedade brasileira em suas mais variadas

vertentes, atuaria também como uma maneira de formar um contingente civil capaz de conduzir a política brasileira. A formação de quadros e a construção de uma doutrina iam de encontro à necessidade de se formar pessoas aptas a governar.

Como o próprio documento oficial da idéias da ESG atesta, havia uma proposta de doutrinação por parte da ESG, de imputar-se uma maneira correta de fazer política e de proceder com a sociedade. A Escola Superior de Guerra com a sua Doutrina de Segurança Nacional seria uma interessante abordagem de como analisar a formação, inserção e uma possibilidade de circulação de elites dentro de um sistema político fechado ou não democrático.

Havia, portanto, uma seleção das elites civis e um posterior doutrinação dessas elites, tratava-se de um sistema de cooptação com base nas idéias propostas pela ESG e no *ethos* militar. Não apenas se buscava uma pessoa ou um grupo apto, mas mesmo aqueles tidos como aptos deveriam passar por um tipo de formação ou doutrinação para que o seu “potencial” pudesse ser aproveitado ao máximo. O sistema ligado a ESG pode ser descrito como de cooptação e aperfeiçoamento de elites.

CAPÍTULO II

POSTOS AVANÇADOS: ADESG E UMA MISSÃO A CUMPRIR

No seguinte capítulo o principal tema a ser discutido é o papel que a ADESG cumpre na divulgação e vascularização da Doutrina de Segurança Nacional, o modo como tal associação leva para os mais variados lugares as idéias da ESG e também atua na doutrinação e formação de quadros para a ação política. Além disto, foram analisados os principais temas abordados pelas monografias produzidas e a inserção destes temas na realidade local e nacional.

O primeiro ponto a ser tratado é com relação a própria história da ADESG e as funções que teria para a proliferação da DSN, em que se nota a sua função de posto avançado, indo onde a ESG não conseguiria chegar. Desta feita, se nota uma função de preencher as lacunas deixadas pela ESG em termos de alcance e divulgação.

Após esta primeira parte se analisou os temas que eram tratados pela ADESG: informação, segurança civil, formação, escolaridade, o papel da mulher na sociedade, o perigo comunista, a questão do moral nacional, formação política, estrutura de participação política, etc. A principal implicação deste levantamento foi perceber a abrangência e variação de temas que foram tratados, o que denota uma intenção de intervenção ampla.

Como desfecho deste capítulo analisou-se a força dos conceitos de Segurança e Desenvolvimento e a sua representatividade na DSN. Buscou-se mostrar que praticamente tudo era dependente destes dois conceitos, sendo que a Segurança ainda estaria em um primeiro plano. A segurança seria o principal objetivo principal de qualquer projeto relacionado a ESG.

HISTÓRICO DA ADESG

A Escola Superior de Guerra, criada em 1949, responde a um contexto histórico específico em que a guerra fria e as novas possibilidades de guerra mudavam a maneira de se encarar a questão da Segurança Nacional. Sendo assim, a recém criada ESG passou a ser uma das instituições que mais se dedicava ao estudo e aperfeiçoamento dos temas relacionados à Segurança Nacional. Segundo a ESG, era imperativo o aperfeiçoamento da segurança para a manutenção da própria sociedade brasileira.

Além da conjuntura internacional que levou a pensar-se num novo conceito de segurança, a ESG também preocupou-se com outra questão pertinente à sociedade brasileira: a necessidade do desenvolvimento e a vocação do Brasil para tornar-se grande. Outro ponto constantemente retomado pela ESG e que não se tratava de uma idéia propriamente sua, pois há muito circulava no meio militar, seria a mudança no modo de trabalhar das elites, ou seja, deveria formar elites dirigentes com maior discernimento das necessidades e anseios do Brasil:

A essência dos Princípios Fundamentais da Escola Superior de Guerra consiste em promover o desenvolvimento do País, baseado em fatores naturais e culturais, procurando incentivar nos executivos de todas as áreas o hábito salutar do trabalho em grupo, cujas decisões consensuais tenham a marca do bem-estar geral, em contraposição frontal ao individualismo.⁵⁹

A Escola Superior de Guerra passou, então, a adotar o *slogan*: Segurança e Desenvolvimento. Através desses dois conceitos conseguiria organizar uma sociedade mais harmônica e com capacidade para realizar o crescimento necessário para que o sonho do

⁵⁹ Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra. Resumo Histórico da ADESG. Representação de Ribeirão Preto. p. 05.

Brasil Potência se tornasse real, visando também a uma sociedade em que a ordem e a segurança fossem totalmente respeitadas:

A análise destes fatos fez surgir o novo conceito de Segurança Nacional e coube a ESG estudar e dar dimensão adequada, atual e contínua ao Desenvolvimento e Segurança da Nação, em seu aspecto interno e externo e, obviamente, a sua população de forma direta.⁶⁰

Porém, a ESG tendo sua sede no Rio de Janeiro não conseguiria por si só fazer com que o seu pensamento e sua doutrina fossem divulgadas de forma conveniente por todo o Brasil. Seu raio de ação era restrito para uma doutrina que se propunha nacional. Da mesma forma, pensava-se em uma maneira de manterem-se unidos os ex-estagiários, de modo que os ensinamentos da ESG não se perdessem. Assim, a criação da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra surgiu como algo natural e necessário:

Já em 1950, ano seguinte a sua criação, o pessoal em comissão e os estagiários pensaram em formar um órgão associativo que pudesse, além fronteiras da ESG, dar seguimento aos estudos, crescente vigor e continuado aperfeiçoamento à doutrina recém delineada, promovendo, também, a coesão indissolúvel dos estagiários egressos da Escola.⁶¹

A Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, como ela mesma se define, compreende uma instituição civil sem fins lucrativos e com duração ilimitada, com o intuito de reunir e vivificar a solidariedade de seus integrantes⁶². A sua criação, que data de uma reunião que se realizou no dia 7 de Dezembro de 1951, veio a solucionar aspectos internos e questões que diziam respeito a continuidade do pensamento da ESG. A confraternização e a união propostas no ato de sua criação seriam, acima de tudo, uma maneira de se manter vivo o pensamento esguiano e até expandi-lo. Sendo assim, alguns

⁶⁰ Idem p. 05.

⁶¹ Idem p. 05.

⁶² Artigo primeiro da fundação da ADESG de 7 de Dezembro de 1951. In: Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra. Resumo Histórico da ADESG. Representação de Ribeirão Preto. P. 07.

questionamentos são apontados e possibilidades de interpretação acerca da criação da ADESG se mostram pertinentes: qual seria a destinação dos ensinamentos da ESG? Como coordenar e reunir os ex-estagiários de forma que tudo aquilo que foi ensinado e compartilhado por eles simplesmente não se perdesse e se tornasse algo sem valor e inócuo? De que modo a doutrina da ESG poderia continuar viva e se disseminando para as mais variadas regiões?

Ao se pensar a ADESG alguns pontos se tornam preponderantes. O primeiro deles aponta para a própria função desta associação para a ESG. A Doutrina Básica da Escola Superior de Guerra se mostra abrangente e expansiva, sempre procurando relacionar e analisar as mais variadas possibilidades. O próprio objetivo principal da ESG, pensar a segurança nacional, aponta para isto, ou seja, para que o aparato de segurança seja completo e eficaz se necessita de uma maior compreensão do todo, e neste sentido, não se pode pensar o todo somente de maneira absoluta e irredutível, uma série de particularidades se mostra, e cada região deveria ser tratada de uma maneira diferente.

Porém, ao dizer-se que determinadas áreas merecem tratamentos próprios e condizentes com sua realidade não está afirmando que uma linha de raciocínio diferente deva ser assumida, a forma de pensamento da ESG é que seria aplicada sobre aquela determinada região. A ADESG poderia ser encarada, então, como uma vascularização da ESG, uma forma de expandir e dar prosseguimento para o que era ensinado e discutido na ESG:

Nunca se pode dissociar a história da ESG dos acontecimentos decorrentes da ação da ADESG, pois ambas se completam. Enquanto a ESG é geradora de idéias, a ADESG é difusora dos seus conceitos. Através de suas delegacias, sediadas em todas as capitais dos Estados e das representações localizadas em importantes municípios brasileiros, a ESG prolonga a sua tribuna e leva, ao vivo, pelos especialistas do Corpo Permanente, a sua mensagem atualizada.⁶³

⁶³ Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra. Resumo Histórico da ADESG. Representação de Ribeirão Preto. p. 08.

A maneira como a ADESG utilizava-se para propagar a doutrina da ESG era, justamente, através de cursos e palestras. As pessoas que fossem consideradas aptas para participarem da ADESG tomavam parte dos estudos. Tais cursos seguiam o modelo esguiano: formavam-se grupos e tais grupos através de estudos e discussões e, tendo como base a Doutrina da ESG, produziam monografias sobre os mais determinados assuntos. Os temas escolhidos para as monografias diziam respeito a educação, transportes, agricultura, cultura, política, defesa civil, economia, novos meios de obtenção de energia, enfim, a gama de estudos abordados era variada e muito abrangente.

Outra preocupação da ADESG era com relação às pessoas que faziam tais cursos e, principalmente, as que deveriam fazer. Tal como a sua matriz ideológica havia uma grande preocupação com a política e, de forma mais intensiva, quem deveria conduzir a política. O problema de formação de uma elite política dirigente, não seria apenas um problema nos mais altos escalões da política brasileira, mas também um problema regional e municipal, deveria ter uma elite capacitada nas mais variadas instâncias e graus da política brasileira. Como um dos próprios objetivos da ADESG atesta: “Ampliação da elite nacional consciente em ação ininterrupta em favor dos mais altos interesses da política de recuperação econômica e de desenvolvimento nacionais, com programas especificamente voltados para o social.”⁶⁴

Mas, da mesma maneira, não se pode pensar as elites regionais ou locais da mesma forma como se pensa as elites que estariam aptas para conduzir o país como um todo. A preparação, a visão, as medidas que deveriam ser tomadas comportam diferentes aspectos e um desenvolvimento histórico social peculiar que devem ser levadas em consideração. A Doutrina da ESG não poderia ser simplesmente aplicada de forma absoluta e direta. Ela deveria se adaptar ao meio em que está sendo aplicada. A metodologia empregada pela

⁶⁴ Idem p. 09.

ADESG poderia ser considerada como uma forma de interpretar as mais variadas regiões brasileiras, uma maneira de investigar *in loco* a realidade brasileira.

Portanto, fazendo-se parte de um plano maior e de um projeto mais amplo, a ADESG mostra-se como os braços da ESG, uma maneira de atuação e de expansão para a sua doutrina no intuito de disseminá-la nos mais longínquos lugares. A ADESG, então, se caracteriza-se como uma representante direta da doutrina da ESG. A metodologia a ser utilizada pelos estagiários liga-se completamente a ESG. Porém, um dos traços importantes a se considerar na ADESG era que, apesar de utilizar a doutrina esguiana como um grande guia e norteador dos trabalhos como um todo, havia uma certa liberdade, até pelo próprio regionalismo, no modo de condução das monografias. A doutrina tinha que se adaptar à realidade a qual ela estava sendo aplicada, ou seja, não havia uma criação por parte da ADESG de novos conceitos doutrinários, mas havia uma interpretação de alguns desses conceitos segundo o grau de desenvolvimento da região, suas principais atividades produtivas, óbices e antagonismos potenciais, aspectos referentes ao contingente populacional, enfim, uma série de situações e problemas deveriam ser tratadas de acordo com as suas especificidades pela doutrina de segurança nacional.

A ADESG representaria um laboratório, uma maneira de testar a eficiência da doutrina para uma realidade menos complexa e mais fácil de ser trabalhada por tratar-se de uma área de atuação menor. Além disto, ela também mostra-se como parte integrante de um processo maior de necessidade de mudança que a ESG tanto pregava, se houvesse um plano mais elaborado para o Brasil, por parte da ESG, as ADESGs teriam uma importante parte nesse processo. Sendo assim, haveria uma união de ambas as partes para busca de algo maior ou o que representava para estas duas instituições uma sociedade melhor:

Admitimos ser o modelo do bem comum de difícil obtenção numa estrutura de seres contingentes, existencialmente limitados, como são as sociedades humanas;

mas cremos não ser difícil todos concordarmos em que a procura de uma ordem adequada ao bem comum é o grande fator da dinâmica social.⁶⁵

A FORÇA DA NAÇÃO: REGIONALISMO E PODER NACIONAL

Ao trabalhar o pensamento político e a forma de encarar a sociedade por parte da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra culminando no modo como as elites locais dirigentes deveriam portar-se, vários pontos apresentam-se como relevantes para a formulação desse pensamento, e, na verdade, não somente temas ou conceitos eram relevantes, mas também a própria forma de se encarar o estudo de determinados temas tornava-se relevante para o desenvolvimento das monografias e trabalhos ligados a ADESG. Com isso, a elaboração das monografias e textos adesguianos, apesar de seus mais diferentes temas e assuntos, teriam uma abordagem em comum, uma metodologia, que lhe era peculiar. Levando-se em consideração que a ADESG seguia uma doutrina, tal afirmação poderia passar despercebida ou mesmo tratada como um fato dado, de pouco interesse, mas a forma como tal doutrina era aplicada na prática faz com que se tenha uma maior compreensão acerca de como a doutrina passada pela ESG era absorvida pelos estagiários da ADESG e como seria aplicada em estudos específicos.

Ao tratar-se da ADESG, a doutrina esguiana também passaria por outro crivo, teria uma outra conotação: a questão do regionalismo. A aplicação da doutrina, tendo-se em vista o âmbito nacional, compreenderia trabalhos mais abrangentes e com preocupação e soluções mais amplas, o regionalismo dos estudos mostrou-se pertinente por procurar desvendar uma realidade mais específica, com seus problemas e potencialidades trabalhados de forma mais concreta e clara. Além disto, a ADESG teria uma forma de interpretar temas que seriam tidos como os grandes problemas ou desafios para o Brasil dentro de seu escopo que seria mais

⁶⁵ Ciclo de Conferências ADESG. *A Política Social*. 1970 p 16.

restrito. Porém, tais temas deveriam ser tratados e trabalhados nas monografias de modo a construir um discurso em unidade com a ESG e sua doutrina, mas ao mesmo tempo, demonstrar as especificidades dos conceitos e temas propostos. Sendo assim, temas como segurança, desenvolvimento, educação, informações, visão geopolítica da potencialidade de cada região, moral da população e ordem seriam tratados sob um prisma mais geral, respeitando as concepções da ESG, mas para que tais conceitos fossem trabalhados, os dados, fontes e temas eram os regionais, de certa forma, como pequenos pontos que formariam um todo que seria o nacional.

A linha de orientação proposta pela ADESG passa, então, a ter contornos mais claros e precisos. Não se pode pensar tal instituição e seus preceitos de forma isolada e sem uma coordenação geral. Em se tratando dos temas para monografias e estudos e quanto a própria linha de ação da ADESG percebem-se alguns pólos aglutinadores, alguns pontos em que os temas ligam-se e passam-se a fazer sentido como um todo, não os pode tratar de forma isolada, fazendo com o que o tema tenha um fim em si mesmo. Eles se coordenam e seguem para um mesmo fim maior, atendendo a objetivos anteriores, segundo a doutrina da ESG.

Os grandes pólos aglutinadores seriam as quatro expressões do Poder Nacional: política, econômica, psicossocial e militar. Mas através da leitura das monografias e da própria doutrina básica percebe-se que existem temas maiores e mais abrangentes tal como a Segurança e o Desenvolvimento, em que temas por mais exóticos que pareçam acabam ligando-se e fazendo sentido como um todo. Os conceitos de Segurança e Desenvolvimento mostraram-se como os dois maiores pólos aglutinadores, praticamente todos os temas referem-se a uma maneira de contribuir para a manutenção da Segurança e de desenvolver o país. Apesar das expressões do poder nacional serem consideradas outras, elas confluem para se implementarem à Segurança e ao Desenvolvimento.

Sendo assim, o relacionamento entre ESG e ADESG torna-se mais complexo e da mesma maneira cria-se uma interdependência. Por um lado, a ADESG torna-se uma representante do pensamento da ESG, ganhando, principalmente, uma identidade e características segundo o pensamento esguiano, por outro lado, a ESG de forma mais direta, usa a ADESG para atingir um maior número de pessoas que seriam consideradas capazes de fazer parte de seus quadros. Soluciona o problema de como atuar com as elites locais e também passa a ter um lugar privilegiado de levantamento de dados e do potencial nacional. Neste caso, principalmente, o potencial humano, com capacidade para o gerenciamento e administração, enfim, de cumprir com o seu papel de elite dirigente.

A maioria das monografias e dos trabalhos que eram produzidos pela ADESG não somente tratava de um tema em específico, o trabalho não se restringia às medidas que deveriam ser tomadas frente a uma dada situação. Em praticamente todos os estudos havia um exaustivo levantamento de tudo aquilo que poderia ser relevante para a sua execução. Todos os acidentes naturais geográficos eram analisados, mesmo que tais dados não estivessem diretamente ligados ao que se estava pesquisando, um verdadeiro levantamento das potencialidades da região estava sendo realizado, tratava-se, enfim, de uma análise pormenorizada de todos os aspectos relevantes da região. Uma avaliação preliminar seria imprescindível para a elaboração de qualquer tipo de política ou projeto.

Na monografia intitulada *Avaliação da potencialidade agro-industrial da região de Ribeirão Preto face a disponibilidade energética e de fertilizantes*⁶⁶, tal procedimento é nítido. Primeiramente, faz-se um mapeamento e gráficos abrangendo os seguintes dados da região: demografia, educação, saúde, sistema viário e meios de comunicação. Ao adentrar no tema propriamente dito, a monografia apresenta médias mensais de temperatura, precipitação pluviométrica; resultados de balanços hídricos e seus excedentes e deficiências; tipos de solo

⁶⁶RODRIGUES, Roberto; BROCHETTO, Carlos Alberto; VASCONCELOS, Edney *et al.* Monografias ADESG. *Avaliação da potencialidade agro-industrial da região de Ribeirão Preto face a disponibilidade energética e de Fertilizantes. Ribeirão Preto.* 1975.

da região; distribuição das atividades agropecuárias e florestais; tipo de produção, quantidade e lugar da produção; rendimento potencial face a área economicamente ociosa; produção potencial total e infra-estrutura necessária para o implemento e cultivo de toda esta área. Além destes dados também mostrou a disponibilidade energética⁶⁷ para a região e também realiza um breve levantamento sobre o consumo dos produtos que eram produzidos e mercados em potencial apontando cidades consumidoras e o próprio número de consumidores que poderiam ser beneficiados. Porém, neste ponto uma das conclusões do grupo torna-se relevante e peculiar: “Não será um óbice, pelo menos a médio prazo, para um vasto programa agroindustrial.”⁶⁸ O que demonstra uma preocupação excessiva mais com os problemas potenciais do que com os pontos positivos para o desenvolvimento.

Mas a influência da geopolítica nas formulações e estratégias para a tomada de ações governamentais não se restringe apenas ao levantamento de dados com relação aos aspectos físicos e naturais de cada região. Vale lembrar que, antes de se pensar no desenvolvimento e na política que deveriam ser adotados, pensava-se a segurança, ou seja, nos meios que deveriam ser adotados para que toda a região estivesse segura. Dessa forma, o potencial de cada região deveria ser medido segundo as suas mais variadas possibilidades, tanto no sentido de manter-se a segurança quanto na perspectiva de se apontar caminhos, prioridades e deficiências de cada região. A ADESG, então, atuava no sentido de mapear e fazer o levantamento necessário para que soubesse em que ponto aquela determinada região podia contribuir para o crescimento do Estado brasileiro, manter a sua segurança e em que medida poderia ser deficitário a ponto de representar um perigo para o bom andamento das instituições e a manutenção da ordem.

⁶⁷ Neste ponto a disponibilidade energética dizia respeito à produção de energia elétrica, não se caracterizando um problema para a região. Portanto, não há contradição ao se afirmar que não havia problemas de disponibilidade energética ao se contrastar tal conclusão com a monografia: *A crise mundial de energia na problemática do desenvolvimento brasileiro. Fontes de energia em confronto, visando a aceleração do processo de desenvolvimento nacional*, que tratava exclusivamente da crise do petróleo.

⁶⁸ Idem p. 81.

A grande questão nesse ponto era a teoria vigente na época e adotada pela ESG e que ligava as questões espaciais e territoriais ao poder nacional, o que se pretendia, efetivamente, era calcular tal poder de modo a saber exatamente onde o país seria deficitário e em que patamar residiria um bom estágio de desenvolvimento. E, de acordo com o resultado, trabalhar e articular os próximos passos a serem galgados no intuito de construir e transformar o Brasil em uma potência internacional. A própria produção das monografias então, ao levantarem dados, seguia a idéia de se calcular o Poder Nacional. Segundo a própria doutrina da ESG:

A acepção que interessa é o enfoque do poder como um dado de fato, um instrumento de trabalho que deve ser compreendido para ser bem utilizado. A nível da nação (*sic*), esta acepção do Poder é denominado Poder Nacional. não se trata de poder como fenômeno. Trata-se do poder como instrumento, como meio de se atingirem os fins da nação.⁶⁹

Nesse sentido, destacam-se as monografias que se tratavam da temática da educação, principalmente aquelas que se restringem a analisar o funcionamento de instituições de terceiro grau na região. Primeiramente, faz-se um levantamento no que diz respeito ao número de alunos atendidos, que tipo de cursos eram proporcionados, quais eram públicas e quais eram privadas, enfim, todo uma idéia de que tipos de áreas eram abrangidas e que tipo de pessoas encontravam-se nestas instituições de ensino. A análise das universidades e instituições de ensino mostra que o potencial humano e técnico era muito privilegiado e que o conhecimento de uma determinada região também deveria comportar o seu potencial humano. Expandir o território e avaliar em que determinadas áreas poderiam ser úteis também diz respeito a vislumbrar as suas potencialidades humanas, não somente as físicas.

O pensamento geopolítico também se apresentava nas próprias propostas e soluções apontadas para determinados problemas, ou para melhor funcionamento de determinadas

⁶⁹ Escola Superior de Guerra. Doutrina Básica. 1979. p. 60.

estruturas. Ainda no tema da educação, a principal proposta apontava para a criação das chamadas universidades regionais. Tal projeto visava a dois objetivos principais: a descentralização dos institutos de terceiro grau, fazendo com que mais universidades alojassem-se no interior do país, o que traria mais pessoas capacitadas para essas regiões assim como desafogaria o sistema nas capitais e grandes metrópoles; também poderia se estruturar universidades mais condizentes com o potencial da região o que traria maior desenvolvimento e proximidade com o campo de atuação para os profissionais que lá estivessem. A idéia de expansão territorial e de desenvolvimento estava presente na execução dos trabalhos, segundo o trabalho da ADESG:

Como primeiro passo vigente neste sentido, salientamos a divisão do país em regiões geo-educacionais, dentro das quais logicamente, deverão compor-se os núcleos de ensino universitário, de modo a intervirem com eficácia no processo de desenvolvimento sócio-econômico de cada área (...) Assim, como conclusão lógica, somos levados a idéia de que as escolas existentes dentro de uma mesma região geo-econômica, geo-administrativa, hão de compor um novo campus, que propicie a instalação das chamadas Universidades Regionais.⁷⁰

Com isso, vários são os levantamentos de dados e obtenção de informações realizadas pelos grupos de trabalhos da ADESG tal como o trabalho intitulado *Extensão da bitola larga de Guatapará a Ribeirão Preto*⁷¹, que analisa não só a situação do sistema ferroviário da região quanto a própria capacidade nos outros meios de transporte, um mapeamento quase que total de todo o sistema de transportes da região, em que as possíveis dificuldades que seriam encontradas e também as probabilidades de desenvolvimento na área eram analisadas. As possibilidades de escoamento de produção, empresas de transporte que trabalhavam na época, todo um histórico da implantação e das ferrovias na região foi trabalhado, enfim, um conhecimento acerca da questão dos transportes foi trabalhada. Para além destes dados que

⁷⁰ ARANTES, Sebastião; RUSSO, William; DARUGE, Angélica *et al.* Monografias ADESG. *Institutos isolados, Federações de Ensino, Universidade Regional*. Ribeirão Preto. 1975. p. 09.

⁷¹ CHAVES, Carlos Lacerda; REGISTRO, Anivaldo; LIMA, Célio Ney *et al.* Monografias ADESG. *Extensão da bitola larga de Guatapará a Ribeirão Preto*. Ribeirão Preto. 1973.

eram levantados, o que caracteriza os trabalhos era a sua visão de certo modo empreendedora e visando a uma ação política no determinado tema em que era proposta:

Infelizmente não se observou um planejamento ferroviário de nível federal padronizando as ferrovias e criando normas para o seu desenvolvimento, o que se pode observar neste estudo. Notou-se que ainda atualmente inexiste uma harmonia no planejamento dos transportes, não se encontrando o entrosamento regional e de cúpula entre a ferrovia e a rodovia.⁷²

Não somente sobre as vias ferroviárias e rodoviárias foi desenvolvido um trabalho, também outros meios de transporte foram analisados além de tratar da questão do transporte público municipal através da monografia: *Transportes: meios existentes e estudos para melhoria dos sistemas viários da região. Pólos regionais e transportes urbanos*⁷³, nesse trabalho todos os meios de transporte da região foram levantados sistematicamente, as próprias empresas de transporte da região foram catalogadas.

Outro tema abordado em que novamente o potencial da região era discutido e analisado tratou-se da problemática da crise energética. *A crise mundial de energia na problemática do desenvolvimento brasileiro. Fontes de energia em confronto, visando a aceleração do processo de desenvolvimento nacional*⁷⁴, nesse trabalho, em específico, há um levantamento do modelo energético da época, o potencial hidrelétrico brasileiro e da região, possibilidades da aplicação de energia solar, modo de aproveitamento do xisto, biogás, cana-de-açúcar e outras maneiras de substituição do petróleo, em todos esses tópicos há a avaliação de como a região pode contribuir. O pensamento desenvolvido, além do levantamento de dados, orientava-se para o modo como tal material poderia ser utilizado, qual seria a sua

⁷² Idem p. 44.

⁷³ CARNEIRO, Gabriel Moraes; CARVALHO, Fábio de; LOPES, José Maria *et al.* Monografias ADESG. *Transportes – meios existentes e estudos para melhoria dos sistemas viários da região. Pólos regionais. Transportes urbanos.* Araraquara. 1974.

⁷⁴ POTIENS, Ademir; FREITAS, Carlos Augusto; SOARES, Sebastião Soriano *et al.* Monografias ADESG. *A crise mundial de energia na problemática do desenvolvimento brasileiro. Fontes de energia em confronto visando a aceleração do processo de desenvolvimento nacional.* Ribeirão Preto. 1979.

viabilidade e em que medida a sua exploração traria resultados concretos para a solução do problema da crise energética:

As outras fontes energéticas ora aplicáveis no território nacional, não estão em crise, e independe o seu desenvolvimento dos fatores políticos e econômicos, utilizados para criar a crise do petróleo; porém, é necessário esclarecer que a maioria destas fontes energéticas, está voltada para a produção de eletricidade, e o nosso grande problema no momento é o combustível líquido, por essa razão não há o que confrontá-las, pois o desenvolvimento nacional se depender delas, não sofrerá solução de continuidade.⁷⁵

Sendo assim, a questão energética vinculava-se a um problema de proporções nacionais, mas que era incorporado ao cotidiano das regiões e que a ESG, através da ADESG, procurava uma solução. Assim, a ligação entre ESG e ADESG fica mais nítida não somente na questão doutrinária, mas na própria proposição de temas e no esforço conjunto de se solucionar os problemas nacionais. A interdependência entre elas fica mais clara e a compreensão dos papéis que cada uma deveria cumprir também, tratava-se, então, de um sistema mais integrado em que ambas se beneficiavam.

Além da determinação de expansão territorial e do levantamento do potencial regional quanto as suas possibilidades de desenvolvimento, outro aspecto deve ser destacado nos trabalhos adesguianos, o levantamento quanto à capacidade tecnológica e material da região. Não só os dados referentes às possibilidades e potencialidades geográficas eram a preocupação da ADESG, também a própria capacidade operacional e a tecnologia utilizada na região apresentavam-se como algo de grande interesse por parte dos trabalhos dos estagiários. Deve-se ressaltar que esse levantamento também se confunde com a questão da segurança, pois a informação, a análise de todas as potencialidades e de tudo que compreendia a realidade da região, é primordial para a manutenção da ordem.

⁷⁵ Idem p 46.

Dessa maneira, alguns foram os trabalhos desenvolvidos que fazem este tipo de levantamento de dados, como por exemplo: *Incorporação do serviço telefônico municipal para atender ao plano nacional de comunicação*⁷⁶, que traz um levantamento técnico de toda a capacidade operacional da CETERP, também traz uma análise da tecnologia utilizada e quão defasada se encontrava esta tecnologia. Além disto, todo o aspecto legal e judicial foi levantado. Além do levantamento de todos estes dados e da análise com relação ao desenvolvimento e capacidade deste setor, não se pensava o sistema municipal de telefonia como algo isolado e que a sua desenvoltura futura traria benefícios somente para Ribeirão Preto, havia a idéia de um sistema telefônico nacional e integrado no qual a CETERP faria parte.

O pensamento, então, nas mais variadas propostas, não era apenas analisar o potencial da região, suas capacidades e problemas, mas também da implantação de um plano nacional integrado. Toda a metodologia e doutrina esguiana aponta para esta conclusão: havia uma análise regionalizada, articulada a propostas mais gerais e aglutinadoras: “A incorporação do serviço telefônico municipal para atender ao Plano Nacional de Comunicação vem ao encontro do Bem Comum.”⁷⁷

Ainda sobre o assunto:

Pela fundamentação acima exposta chegou-se à conclusão de que deverá haver a incorporação do serviço telefônico municipal para atender ao Plano Nacional de Comunicação, tendo em vista que o homem é a única e exclusiva preocupação da atual filosofia do governo.⁷⁸

O levantamento de dados e da potencialidade da região, portanto, era uma das estratégias da ADESG, tanto no sentido de se ter uma idéia do que cada região seria capaz, quanto às possíveis falhas que poderia haver e que a segurança deveria cuidar e se resguardar.

⁷⁶ORLANDI, Alcio; SILVA, Antônio; PALMA, Darcy Garcia *et al.* Monografias ADESG. *Incorporação do serviço telefônico municipal para atender ao Plano Nacional de Comunicação*. Ribeirão Preto. 1973.

⁷⁷Idem p 35.

⁷⁸Idem p 35.

De uma maneira geral, a própria idéia de ADESG, da fundamentação de uma instituição que fosse responsável pela propagação das idéias e dos ensinamentos da ESG, trata-se de um pensamento geo-estratégico. Espalhar pelo país associações que fossem capazes de incutir e fazer reverberar o pensamento político da ESG, seria muito importante, de forma mais precisa, seria uma necessidade que a ESG vislumbra. Os quadros políticos não eram considerados ultrapassados apenas nas administrações federais e de grandes porte, mas em todo o território nacional, sendo assim,

há a necessidade de se oferecer um treinamento específico para aqueles que pretendem ingressar na política brasileira; assegurando-lhe orientação certa dentro de princípios administrativos, sem entretanto, descuidar das idéias democráticas.⁷⁹

Um movimento nacional capaz de orientar as elites dirigentes e aqueles com poder político fazia-se necessário. A ESG propunha-se isso, porém não tinha condições por si só de espalhar o seu pensamento e práticas políticas. A criação da ADESG como verdadeiros tentáculos e ramificações do pensamento esguiano não só se fez necessária como aparece como óbvia, pois somente assim a ESG conseguiria atingir o seu objetivo de formação de uma maneira geral de uma elite política dirigente. Ao relacionar-se esses dados com a mentalidade geopolítica que era presente na ESG, pode-se ligar o próprio funcionamento das ADESGs e seus objetivos, com um pensamento geopolítico clássico, o de ocupação de espaços. Segundo Myiamoto Shiguenoli: “O Estado deve assumir uma política de poder, de expansão territorial. É essa política de poder que vai orientar as diretrizes governamentais na realização de seus objetivos.”⁸⁰

A ADESG, portanto, não só contribuiria com a aplicação de certos conceitos e teorias geopolíticas nas suas monografias e trabalhos, principalmente no sentido de se avaliar o Poder

⁷⁹ SANTOS, Ruy Escorel Ferreira; MELCHIOR, Enzo; MARTINS, Antônio *et al.* Monografias ADESG. *Seleção e formação das elites políticas dirigentes a nível municipal*. Ribeirão Preto. 1973. p. 14.

⁸⁰ MYIAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e Poder no Brasil*. Campinas: Papirus. 1995. p. 27.

Nacional, como também ela mesma significava uma certa aplicação desses conceitos e teorias. A sua presença nas mais variadas cidades com o intuito de se propagar os princípios da ESG, tratava-se, como exposto, em uma maneira de ocupar espaços, de expandir-se territorialmente.

Algumas dúvidas e questionamentos tornam-se presentes neste momento acerca da geopolítica empreendida pela ADESG. O simples levantamento de dados sobre a região não poderia corresponder à afirmação de um pensamento geopolítico, estaria mais ligado, especificamente a uma descrição geográfica, política e econômica. Mas ao trabalhar a questão do potencial regional naquilo que poderia representar desenvolvimento e o que se caracterizaria como um possível óbice, toma novos contornos. Percebe-se, portanto, que o pensamento em todo esse levantamento de dados era poder se obter uma noção do potencial nacional disponível. A própria quantificação, mesmo que de forma abstrata, do que se tinha em mãos para ser trabalhado, pode ser descrita de forma sucinta como o potencial nacional concreto da região.

Além disto, como se procurou demonstrar acima, os estudos eram empreendidos segundo um pensamento estratégico já delineado, os dados levantados não se constituíam como um fim em si mesmos. Eles faziam parte de um sistema mais complexo, no qual eram encarados como parte de um todo, de toda uma organização já pré-estabelecida, no qual deveriam se agrupar e cumprir o seu papel, como os próprios textos da ADESG demonstram:

Diante disso, e em qualquer caso, cumpre ampliar o conhecimento do Potencial Nacional, desde os tempos normais, para que ele, mediante adequada transformação em poder, possa atender as exigências da política de Segurança Nacional.⁸¹

⁸¹ Ciclo de Conferências ADESG. Logística e Mobilização Nacional. 1970. p 22.

O PRESENTE E O FUTURO: FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO

Outro tema importante, e que é recorrente nas monografias da ADESG, diz respeito à educação e ao processo de formação da população como um todo. A formação de quadros atenderia a vários interesses por parte da ADESG, com relação às próprias elites, como forma de desenvolvimento, como aparato de segurança, como formação de cidadãos e conseqüentemente de uma sociedade mais forte e capaz.

A educação, principalmente a universitária, passou a ser um ponto de extremo interesse por parte da ADESG. O pensamento desenvolvimentista trabalhado por esta instituição passava pelo aprimoramento e crescimento da potencialidade da população, ou pelo menos por parte dessa população, já que nem todos teriam o acesso a esse tipo de educação. A formação universitária seria imprescindível para o aprimoramento e crescimento de toda a região, vale lembrar também que a maioria daqueles que ingressavam na ADESG, pelo menos na representação de Ribeirão Preto, tinham o terceiro grau completo⁸².

A valorização do ensino superior responde a uma tendência própria do pensamento da ESG em aumentar a capacidade geral da população. Na verdade, o ensino superior seria tratado como uma das maneiras de modernizar, não somente esta região em questão, mas todo o país. A necessidade de expandir e formar pessoas mais capacitadas para os mais variados cargos e funções, não necessariamente cargos públicos, era um dos projetos da ADESG:

Já é tempo de descentralizarmos o processo de desenvolvimento cultural, concentrado nas grandes metrópoles. O desenvolvimento sócio econômico de várias regiões não pode prescindir dos benefícios de uma Universidade, colocada à disposição das necessidades desta mesma região. (...) Em países a se desenvolverem como o nosso, as Universidades deixam de ser efeitos para se constituírem em causa de mudança social acelerada.⁸³

⁸² Tal afirmação se baseia nos dados coletados na própria ADESG Ribeirão Preto e que serão devidamente trabalhados posteriormente nesta dissertação.

⁸³ ARANTES, Sebastião; RUSSO, William; DARUGE, Angélica *et al.* Monografias ADESG. *Institutos isolados, Federações de Ensino, Universidade Regional*. Ribeirão Preto. 1975. p. 16-17.

Da mesma maneira em que a universidade passou a ser tratada como centro de excelência para o desenvolvimento e para a modernização de que o país necessitava, também um pensamento elitista tomava vulto nessa instituição. Esse elitismo não dizia respeito somente ao fato de que aqueles que possuísem o terceiro grau completo seriam os mais aptos a gerenciarem o Estado. Havia a idéia de que existiam elites culturais atrasadas que não compreendiam o papel que a universidade deveria exercer naquele determinado momento, e que se tais elites estivessem interferindo no desenvolvimento de um ensino superior, conseqüentemente travando o próprio desenvolvimento brasileiro, também deveriam ser substituídas por pessoas mais aptas e que estivessem integradas com o momento histórico em que viviam: “Se as nossas elites culturais estão atrasadas em relação a verdadeira compreensão do que seja a Universidade, é preciso afastá-las do processo evolutivo.”⁸⁴

Além da preocupação com a formação de pessoas no ensino superior, também havia uma grande preocupação com outros níveis de ensino tanto quanto na melhoria desses estabelecimentos. A formação de uma população mais instruída era um dos objetivos e anseios da ADESG: uma educação mais forte que abrangesse os mais variados extratos sociais, seria imprescindível para o desenvolvimento da Pátria, tanto a segurança quanto a população não seriam enganadas por nenhuma ideologia alheia à vocação nacional, segundo a monografia realizada pelo grupo de trabalho IV do ano de 1975:

Através da educação, no mais amplo e pleno entendimento e abrangência, serão cultuados nossos vultos da História, nossos valores da literatura, da música e do teatro, desenvolvendo o gosto pelo que é nosso e, o que é mais importante, dando a nosso povo o poder de opção, de decisão, de discernimento, criando uma mentalidade mais brasileira. E essa mentalidade saberá aceitar aquilo que convém e rejeitar de plano tudo o que possa diminuir, menoscar ou mesmo amesquinhar nossa cultura, afastando as influências que se constituem no arremedo subserviente de padrões alienígenas, que apenas nos diminuem aos olhos do mundo.⁸⁵

⁸⁴ Idem p. 17.

⁸⁵ SPANÓ, Ângelo; SIMÕES, Antônio da Silva; RODRIGUES, Diva *et al.* Monografias ADESG. *Colonialismo cultural*. Ribeirão Preto. 1975. p. 33-34.

Com isso, a melhora do ensino correspondia não somente a um aspecto de educação, mas também a uma preocupação com relação à própria segurança da região e, de forma mais geral, da própria segurança do país, já demonstrando que a segurança não se tratava apenas de aspectos ligados mais diretamente à defesa física. O conceito de segurança da época pregava que deveria haver o cuidado em várias frentes, e a formação de uma nacionalidade e de uma identificação com determinados valores também seria importante para se manter a ordem, ou seja, o aprimoramento do “espírito” também se transformava em matéria de segurança. Sendo assim, sobre o papel que a escola e outros meios de comunicação deveriam exercer dentro do sistema de segurança da região incorporava a questão de “fortalecer o caráter nacional pelo cultivo aos valores espirituais, morais e cívicos da nacionalidade.”⁸⁶

A formação que era apresentada para a população de forma geral, que fatalmente não ingressaria na universidade deveria atuar de tal modo que, além de fornecer o estudo necessário para aquela faixa da população, no sentido de se profissionalizar a maioria da população ou mesmo alfabetizá-la, agisse no sentido de se formar verdadeiros cidadãos, conscientes de suas responsabilidades e deveres para com a Pátria. A formação teria que conter aspectos políticos, cívicos e morais, não um ensino puramente tecnicista, segundo a doutrina da ESG: “Entende-se por educação o processo de aperfeiçoamento do ser humano no sentido de se facultar a realização de suas potencialidades, bem como a transmissão e a assimilação de conhecimentos e valores culturais do grupo social.”⁸⁷

O aperfeiçoamento e formação da maioria da população também ia ao encontro dos anseios elitistas da ESG/ADESG, pois somente uma população com formação adequada nos mais variados campos, inclusive nas questões cívicas, políticas e dos valores nacionais teria condições de identificar aqueles pretendentes a cargos públicos mais concatenados com os anseios populacionais, em outras palavras, ao se ministrar cursos ou uma formação que

⁸⁶ Ciclo de conferências ADESG. *Segurança Interna*. 1970. p. 21.

⁸⁷ Escola Superior de Guerra. *Doutrina Básica*. 1979. 1979. p. 147.

trataria de questões políticas, se prepararia a população para eleger os candidatos que também apresentassem um discurso conivente com aquele que foi passado na escola:

Com base nos dados estudados é nos lícito concluir que parte da população estudada não se interessa pela política porque não está suficientemente politizada. Para um povo culto e politizado o discernimento é mais fácil e lógico; é mais prático e concordante.⁸⁸

Ao analisar o tratamento dado à questão da educação nos trabalhos da ADESG percebe que havia uma vocação para a modernização do país, trata-se de um anseio que perpassa várias monografias e projetos da ADESG. Independentemente dos projetos que eram apresentados, nota-se um caráter desenvolvimentista, ou seja, havia um certo atraso a ser compensado e que somente através de uma ação conjunta de toda a sociedade é que se poderia superar tal atraso e colocar o Brasil em uma condição mais favorável no cenário internacional. Uma certa compreensão da necessidade de colocar o Brasil nos eixos, da necessidade de desenvolvê-lo. Este é um dos principais temas trabalhados pela própria ADESG: o desenvolvimento do Brasil fazia-se necessário.

Porém, por trás desta proposta de desenvolvimento, nota-se, de forma mais efetiva, um voluntarismo, mais do que efetivamente um projeto concreto. A leitura das monografias indica que o problema nacional encontrava-se nos mais variados aspectos sociais, políticos e econômicos. A ADESG, através de seus escritos, não procurou ocultar esses fatos e deficiências da sociedade brasileira como um todo, entretanto, a vontade nacional de superação seria o principal ponto a ser trabalhado. Ao dizer que as elites eram consideradas atrasadas, praticamente dizia-se que elas não tinham a vontade necessária para os desafios que se apresentavam, não se aceitava um pragmatismo puro. Uma boa dose de ideologia era aplicada neste processo. Segundo um dos textos da ADESG:

⁸⁸ SANTARELLI, Francisco; MUNHOZ, Izidoro; MERLOS, Gildo *et al.* Monografias ADESG. *População: o que fazer para formar elites políticas e despertar interesse político nos não interessados*. Araraquara. 1974. p. 18.

Como suporte para o desenvolvimento, a política social precisa, sem demora, dirigir as suas linhas de ação para o campo das ciências morais, pois nação desenvolvida a de ser aquela cujos filhos possuam uma consciência ética capaz de fazê-los servir, a medida que se tornem tecnicamente esclarecidos e seguros, inspirados naquela empatia a que nos referimos há pouco.⁸⁹

A formação dava-se, então, em várias frentes, não somente no campo técnico em específico, mas também no moral. A nacionalidade, um espírito de comprometimento deveria existir não só nas elites, mas também na própria população. A formação de uma elite seria uma necessidade maior e mais urgente para aquele determinado momento, porém, toda a população deveria ter pelo menos uma breve noção dos preceitos de segurança, nacionalidade e do que seria considerado o bem comum, que era o objetivo maior a ser perseguido. Segundo a ADESG, a formação deveria atingir o próprio espírito da população:

Os princípios acima dão relevo ao conceito de educação como fator de formação do ser humano, compreendendo-o como um ser constituído de elemento espiritual e material: espírito e matéria.⁹⁰

A educação firmaria como um dos temas de maior relevância e interesse por parte da ADESG, pois a busca incessante de formação e melhoria da educação da população responderia a vários problemas e questões, atuaria em várias frentes, construiria um verdadeiro cidadão: uma pessoa capaz de compreender o seu papel na sociedade e com capacidade para que tal papel fosse cumprido de forma satisfatória.

Um outro tema extremamente valorizado pela ESG/ADESG e que, apesar de poder ser alocado em vários setores, neste caso, sua principal função também atrela-se à segurança é a questão das informações. Nada poderia ser feito, nenhuma medida poderia ser tomada sem que não tivesse levantado boa parte das informações relativas à medida que estava

⁸⁹ Ciclo de conferências ADESG. *A política Social*. 1970. p. 19.

⁹⁰ MARTINEZ, Alberto; SANTOS, Eurico dos; MENDONÇA, José Penteado *et al.* Monografias ADESG. *Levantamento das condições do município de Ribeirão Preto na área urbana quanto às condições de educação*. Ribeirão Preto. 1973. p. 02.

planejando. De forma mais específica, as informações no ramo da segurança cumpriam o papel de localizar os antagonismos na sociedade, segundo os próprios adesguianos:

As informações de Segurança Interna têm por finalidade identificar aqueles elementos que a caracterizam, isto é, os antagonismos e pressões de qualquer origem, forma ou natureza, capazes de atuar no âmbito interno do País, avaliando as respectivas intensidades e determinando seus modos de atuação, concordando, destarte, para que sejam adotadas medidas que se destinem a diferir, neutralizar ou anular tais elementos adversos.⁹¹

Porém, as informações, mesmo no sentido da segurança, não iriam se prender, somente, a questões de se evitar um possível antagonismo ou desordem que poderia estar sendo causada na sociedade. O seu caráter era bem mais abrangente. Identificava-se um problema para a segurança como em tudo, ou seja, todas as informações levantadas não diziam respeito, unicamente, ao assunto em que elas estavam se tratando. Elas se intercalavam e mesclavam nas suas mais variadas atribuições. Como um exemplo pode-se citar as informações levantadas para a execução da monografia que se trata do problema do menor abandonado na cidade de Ribeirão Preto⁹². Essas informações atuavam na área de segurança, pois o problema do menor abandonado era tratado como um possível distúrbio para a ordem e da mesma maneira atuava à frente da assistência social. Tais informações também eram importantes para os órgãos responsáveis pelo assunto, como para outras entidades assistenciais.

Pode-se citar o exemplo da monografia ligada a CETERP⁹³, ao mesmo tempo em que estava avaliando o potencial desta empresa de telecomunicações pensava-se nela dentro de um sistema maior que era o plano nacional de comunicação, que visava a uma maior

⁹¹ Ciclo de Conferências ADESG. *As Informações e a Segurança Nacional*. 1970. p. 15.

⁹² RANGEL, Celso Carvalho; FERREIRA, Alencar Flausino; MONTE, Gláucia Terezinha *et al.* Monografias ADESG. *Solução para o problema do menor abandonado*. Ribeirão Preto. 1973.

⁹³ ORLANDI, Alcio; SILVA, Antônio; PALMA, Darcy Garcia *et al.* Monografias ADESG. *Incorporação do serviço telefônico municipal para atender ao Plano Nacional de Comunicação*. Ribeirão Preto. 1973.

integração e conseqüentemente a um maior controle sobre esse setor, que era considerado de extrema importância para a Segurança Nacional.

Da mesma maneira, nada era desprezado pelo setor de informações, qualquer situação ou assunto poderia ser considerado de extrema importância. Na monografia que se dedica exclusivamente a questão da defesa civil da região de Ribeirão Preto⁹⁴, até um levantamento sobre vegetação local foi realizada, toda e qualquer situação era um problema para a segurança. Outros problemas relativos ao que poderia causar distúrbios a segurança foram tratados por esta monografia, tal como incêndios, rompimento de barragens, inundações, ou seja, inclusive desastres naturais eram cogitados como perigosos para a ordem, porém não necessariamente nas suas conseqüências imediatas, mas nas suas possíveis repercussões e falhas que poderiam ocorrer na segurança, fazendo com que se perdesse o controle e, por conseguinte, a ordem.

As informações seriam um dos pontos mais importantes a serem tratados. Ela poderia ser considerada como a munição para a qualquer ação a ser desempenhada, as informações seriam imprescindíveis, esta importância delegada a ela, inclusive, justificaria a sua abrangência:

Uma estratégia de segurança, ou uma estratégia de desenvolvimento, ou uma estratégia nacional, viáveis, ou em suma, a aplicação do Poder Nacional para a consecução dos Objetivos Nacionais, tudo isso depende – e, tudo indica, dependerá cada vez mais – de um prudente e incansável utilização desse recurso nacional que são as Informações.⁹⁵

Porém, a questão das informações e sua ligação com a ADESG e ESG poderia ter um campo de ação bem maior. Usando as monografias e os seus temas teria uma grande oportunidade de se obter várias informações para o que era considerado essencial. Ao analisa-

⁹⁴ Monografias ADESG. Grupo de Trabalho II. *Defesa Civil da Região*. Ribeirão Preto. 1975.

⁹⁵ NUNES, Dúlio Duarte; CUSTÓDIO, Evaldo José; MENDES, Geraldo da Silva *et al.* Monografias ADESG. *Defesa civil da região*. Ribeirão Preto. 1975. p. 24.

las, percebe-se que os dados levantados eram muitos e bem precisos, ou seja, havia uma preocupação excessiva no levantamento dessas informações e era um dos pontos de maior cuidado e afinho por parte dos estagiários. As informações seriam o primeiro passo no sentido de elaborar uma ação concreta, daí a sua importância:

O que importa assinalar, contudo, é o enorme significado em termos de economia e de eficiência, da seleção dos conhecimentos à luz dos critérios ditados pelas reais necessidades da ação. Servir de instrumento à ação quer dizer de fato que as informações são o agente por excelência da racionalização da ação, de uma ação racional, portanto.⁹⁶

Referindo-se ao sistema de informações militares, algumas questões permeiam, praticamente, todos os trabalhos realizados: quem é o cliente preferencial? Para quem ou para que órgão as informações seriam destinadas? Tais questões servem para ilustrar que o levantamento de informações nunca se dá de forma vazia, desinteressada. Em todo o levantamento há um objetivo final ou um órgão interessado em tais informações. A funcionalidade deste sistema se assemelha, de certa forma, a uma rede ou a um sistema de captação. Em um primeiro momento são levantadas as informações em seus variados tipos. Tudo que pudesse ser considerado importante ou relevante em determinada situação seria levantado. Após esse primeiro momento, no qual os mais variados tipos de informações eram capitados e reunidos, passa-se para um processo de seleção das informações, em que as realmente relevantes e com maior credibilidade seriam levadas para o já citado cliente preferencial. Desta maneira, não se tratava de um imenso levantamento e que tudo o que era produzido em termos de informações seria aproveitado. Vários eram os crivos para que fosse realizada uma seleção mais racional do material coletado, segundo, principalmente, a conjuntura do momento e os interesses deste cliente. Ao trabalhar com a questão da

⁹⁶ Idem p 11.

informação, portanto, está trabalhando com um grande número de pessoas e de um grande aparato técnico em muitas das vezes.

Neste caso, pode-se alegar que a ADESG é de uma organização civil, não necessariamente tendo ligações com esse tipo de prática militar, porém, vale lembrar que as raízes desta instituição encontram-se no mundo militar, e muitas das tradições e práticas desta associação podem ser ligadas e traçadas até aos militares; a própria obsessão por informações já demonstra isto.

De acordo com que acabou de ser mencionado algumas questões surgem: quem seria o cliente preferencial da ADESG? Qual o destino que as monografias tomavam? Qual o objetivo do levantamento destas questões? Após o término das monografias, a ADESG enviava o trabalho e os seus resultados para os órgãos responsáveis por aquele determinado assunto, por exemplo, trabalhos como *Levantamento das condições do município de Ribeirão Preto, na área urbana, quanto às condições de Educação*⁹⁷ ou *Novas formas de racionalização e eficiência da merenda escolar*⁹⁸ seriam encaminhadas para secretária de educação. Havia uma idéia de influenciar a administração pública ao enviar as monografias para órgãos capazes de atuação junto à sociedade, era uma das maneiras encontradas para tentar influenciar os órgãos públicos e a própria sociedade.

As monografias não eram enviadas apenas para tais órgãos. Isso seria apenas parte de seu objetivo final. A própria ESG seria um dos “clientes preferenciais” da ADESG. Uma das metas ao ser criada a ADESG era o de justamente expandir o pensamento da ESG e ter a real dimensão dos problemas nacionais tanto na questão do desenvolvimento quanto na segurança, que seriam os pontos principais, ou seja, a ADESG teria a incumbência de proporcionar a ESG este caráter regionalista e passar as informações relativas de determinadas regiões.

⁹⁷ MARTINEZ, Alberto; SANTOS, Eurico dos; MENDONÇA, José Penteado *et al.* Monografias ADESG. *Levantamento das condições do município de Ribeirão Preto na área urbana quanto às condições de educação*. Ribeirão Preto. 1973.

⁹⁸ PALERMO, Hélio; CORRÊA, João Roberto; CARVALHO, Adhemar; *et al.* Monografias ADESG. *Novas formas de racionalização e eficiência da merenda escolar*. Ribeirão Preto. 1973.

Nunca é demais insistir, portanto, que as informações seriam um dos pontos essenciais na metodologia utilizada pela ADESG.

A ESG funcionaria como um órgão central que aglutinaria tais informações e trabalharia da melhor maneira que lhe aprouvesse tais dados e levantamentos. Um outro ponto deixa mais claro e interessante a observação acima, o modo como uma das monografias inicia o seu texto: “*Coube-nos por determinação superior, a incumbência de estudar e relatar o tema proposto ...*”⁹⁹. Percebe-se que pelo menos alguns temas não seriam propostos segundo a necessidade da região ou pela própria ADESG, mas havia uma determinação superior, provavelmente por parte da ESG, com relação a alguns temas, que seriam de maior interesse para a própria ESG e aos seus objetivos. A indicação de temas e assuntos apontaria para certos focos de atuação das ADESGs que poderia corresponder a um foco de atuação da própria ESG. A escolha de temas, então, corresponderia a um tipo de informações que se buscava obter. Assim, as informações obtidas pela ADESG atuavam em vários níveis e esferas, e também para diferentes finalidades e objetivos.

Ao fazer o levantamento de dados e um breve serviço de informações, a ADESG atuaria, de certa forma, como um órgão de informações, não necessariamente como os criados pelos próprios militares e que faziam parte do aparato de repressão, mas um correspondente aos objetivos e diretrizes próprios e da ESG. Ao levar em consideração às palavras de Shiguenoli Myiamoto¹⁰⁰ de que havia por parte da ESG um projeto para o Brasil, a ADESG e este levantamento de dados e informações teriam um papel preponderante, bastante representativo para se ter uma idéia do que seria a realidade nacional e o que deveria ser mudado.

⁹⁹ SANTOS, Ruy Escorel Ferreira; MELCHIOR, Enzo; MARTINS, Antônio *et al.* Monografias ADESG. *Seleção e formação das elites políticas dirigentes as nível municipal*. Ribeirão Preto. 1973. p. 02.

¹⁰⁰ MYIAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e Autoritarismo: o caso brasileiro*. In: Revista de Cultura Vozes. 1984. no 10.

A AMEAÇA VERMELHA: O COMUNISMO E A SEGURANÇA NACIONAL

Um outro tema bastante abordado pelos trabalhos da ADESG e que, apesar de ser ligado exclusivamente ao tema da Segurança Nacional, merece ser trabalhado à parte, refere-se ao combate ao comunismo e toda a ameaça que ele representaria para a sociedade brasileira segundo a ESG/ADESG. O comunismo seria o grande inimigo a ser derrotado, e, principalmente, a ser temido. Muitos dos conceitos e medidas que deveriam ser tomadas para que a segurança nacional fosse mantida diziam respeito a uma situação, que naquele momento em específico poderia ser considerada, praticamente, como de beligerância. Em tudo se enxergava uma possibilidade de subversão e, conseqüentemente, de uma ação comunista. Como nos próprios textos da ADESG:

Compreende-se, assim, que a segurança interna é uma ação resposta a um processo subversivo, devendo ser conduzida em termos de aplicação global do Poder Nacional dentro de uma Estratégia Nacional específica, que, em última análise, vise à garantia da própria sobrevivência do país dentro dos postulados democráticos.¹⁰¹

Ainda sobre a capacidade do comunismo de destruição e desarticulação afirmava-se, categoricamente, que a subversão não seria supérflua ou agiria superficialmente, sem tanta contundência. Segundo os textos adesguianos toda a sociedade corria perigo enquanto o comunismo não fosse totalmente banido da sociedade:

O objetivo dessas ações de violência é a derrocada dos valores transcendentais da pessoa humana, conspurcando a sociedade e as nações e atingindo a própria essência do Estado, de modo que o enfraquecimento deste permita a implantação de uma nova ordem.¹⁰²

¹⁰¹ Ciclo de Conferências ADESG. *Segurança Interna*. 1970. p. 18.

¹⁰² Idem p. 19.

Como prega a própria ideologia da ESG, nenhum cidadão, independente de sua classe social ou econômica, poderia se afastar deste embate. Toda a população estaria conclamada para que a subversão e o espectro do comunismo fossem combatidos de qualquer maneira e em qualquer lugar, pois as ações comunistas visavam, não somente, ao poder político de forma direta, o processo revolucionário começaria, segundo a própria ESG/ADESG, a tentativa de conquistar o espírito da população. Primeiramente, a opinião pública deveria ser trabalhada no sentido de compreender e aceitar o comunismo como algo melhor. Essa seria a grande arma e conseqüentemente a maior ameaça que o comunismo representava.

Vale lembrar, então, que como foi exposta acima, a temática da educação também participaria do processo de contenção do comunismo, também faria parte do procedimento de segurança, pois a formação de cidadãos e de pessoas que estivessem coniventes com o nacionalismo que era proposto, não somente dizia respeito à exaltação da Pátria e de suas instituições e tradições, mas também a um processo que visava a rechaçar a ideologia comunista: “Na luta vencerá aquele que mais forte for em firmeza de convicções, armadura moral e capacidade material. A anestesia ideológica das consciências, respondamos com persuasão – única forma legítima de conquista de homens livres.”¹⁰³

A própria ADESG, além da realização de suas monografias que poderia ajudar no combate ao comunismo, também se propunha ao combate desse mal de forma mais direta:

A guisa de sugestão, cursos condensados a serem ministrados por elementos capazes, a nível de ADESG, por exemplo, poderiam ser levados a efeitos nas faculdades, abrindo-se um diálogo franco e leal com os estudantes, e impedindo-se desta forma, a ação de elementos subversivos.¹⁰⁴

¹⁰³ Ciclo de Conferências ADESG. *Aspectos da guerra Contemporânea*. 1970. p. 27.

¹⁰⁴ NUNES, Dúlio Duarte; CUSTÓDIO, Evaldo José; MENDES, Geraldo da Silva *et al.* Monografias ADESG. *Defesa civil da região*. Ribeirão Preto. 1975. p. 51.

O comunismo, portanto, seria algo com capacidade de destruição de toda a sociedade e que deveria ser combatido de forma incisiva e com força total, todo e qualquer esforço seria necessário para que a ideologia comunista e a sua subversão da ordem e dos bons costumes fossem erradicadas. Neste ponto, os trabalhos da ADESG que dizem respeito ao comunismo e a todo o seu perigo encontram-se em completo acordo com as idéias da ESG, inclusive no modo de encarar o perigo comunista, ou seja, segundo o conceito de amigo – inimigo. Para que a sociedade brasileira e suas “reais tradições e instituições” sobrevivessem, o comunismo deveria ser combatido e eliminado. Não se compreendia mais a possibilidade de convivência destes dois padrões: ou o comunismo ou as tradições brasileiras. As consequências da implantação de uma sociedade comunista atingiriam, de forma mais profunda, o próprio conceito de humano. Segundo a ADESG, a sociedade brasileira deveria sobrepor-se e erradicar qualquer foco ou possibilidade de sucesso do comunismo:

Esta conferência terá alcançado um de seus objetivos desde que demonstre que o problema da Guerra Revolucionária não é apenas militar, mas sobretudo humano, e que falhará inevitavelmente tudo quanto se lhe venha a fazer sem atentar para esta afirmação.

A ação política e a ação militar, construindo um conjunto coeso e integrado, deverão somar-se através da ação governamental, que nada mais será do que uma ação resposta firme e inteligente a Guerra Revolucionária.¹⁰⁵

A destruição do mal comunista, portanto, para a ESG/ADESG seria um dos objetivos que se propunha alcançar, e que tal combate não acontecia, simplesmente, na sua maneira mais direta, ou seja, uma ação militar contra insurgentes e revolucionários. O comunismo deveria ser combatido a todo custo. Ele seria a antítese da Pátria e de tudo o que fosse considerado correto e bom para a manutenção das tradições nacionais e da própria sociedade brasileira.

¹⁰⁵ Ciclo de Conferências ADESG. *Aspectos da Guerra Contemporânea*. 1970. p. 08.

O CIDADÃO DA PÁTRIA: MANUTENÇÃO DA ORDEM E ELEVAÇÃO DO MORAL NACIONAL

A ação contrária aos desígnios comunistas envolvia toda a população e dependia de um forte sentimento nacionalista, pois somente uma sociedade que reconhece e confere extremo valor às suas instituições e tradições, conseguiria espantar de vez o “espectro comunista” e todo o mal que ele poderia trazer. Aliás, a maioria dos trabalhos produzidos pela ADESG, principalmente aqueles que poderiam ser enquadrados, segundo a expressão psicossocial do poder nacional, expandem seus temas no sentido de formar na sociedade uma moral nacional mais forte, muito dos problemas seriam decorrência de baixo moral por parte da população.

A moral corresponderia à própria vontade de que a população teria para suplantiar os seus problemas, independente das dificuldades e obstáculos a que se opunham. A vontade de superá-los seria maior, caso a população estivesse com o moral elevado. A moral nacional não corresponderia simplesmente a um valor de uso no qual se notaria a perseverança da sociedade frente a um objetivo, era uma maneira de demonstrar-se, também, uma afinidade para com os símbolos nacionais, ou melhor, uma forte crença nos valores nacionais. A construção de uma sociedade mais completa e ciente de seus objetivos significaria uma sociedade mais forte na sua nacionalidade e nos valores de seu país configurando em uma sociedade de moral elevado.

A Moral Nacional, que seria uma expressão importante dentro do próprio sistema ESG/ADESG, torna-se um conceito de difícil conceituação, pois ele evoca, em um primeiro momento, a própria capacidade da população de aceitar os problemas da sociedade em que se vive, de reconhecer a necessidade de mudança e enfrentar os desafios desta mudança com a convicção de que teria forças para superar tais problemas e dificuldades. Mas, da mesma maneira não se pode exigir que tal conceito fosse interiorizado pela população de forma pura

e simples, como algo que já fosse dado. Deveria extrair este moral, esta convicção de que se superaria os mais variados obstáculos, de algum lugar, ou seja, tal moral teria que ser construída, não havia uma maneira de fazer surgir este sentimento de forma espontânea. Assim, todo um processo envolvendo uma série de fatores era ajustado de forma a construir esta moral, esta crença em algo maior que conduziria à vontade popular.

Mas para se conseguir formar este sentimento de confiança, além de um processo de construção e incentivo a moral, deveriam existir certas fontes de onde extrairiam esta força de superação. A formação do Moral Nacional necessitaria de uma base para se assentar, deveria fincar raízes em algo que fosse considerado maior e mais importante para todos, desta forma, o sentimento de nacionalidade era o principal ponto a ser trabalhado. Procurar mostrar todos os valores da nação como inquestionáveis e como símbolos máximos, que representariam o algo maior para que estava trabalhando e que mereceriam toda a determinação possível. Segundo a própria doutrina da ESG, o Moral Nacional seria a nacionalidade em favor de um sentimento de confiança e superação: “O Moral Nacional é um estado de espírito coletivo, num determinado momento, alicerçado nos valores de uma nação, e se traduz no grau de determinação com que ela persegue seus objetivos, a despeito de óbices de qualquer natureza.”¹⁰⁶

Muitos trabalhos produzidos pela ADESG não se tratavam de forma efetiva a questão da moral, não havia um grande “manual” de como se proceder para que a população passasse a se identificar com um nacionalismo e com todas as tradições da nação. Porém, havia um esforço contínuo no sentido de se construir este sentimento, e para que tal empreita obtivesse êxito, a moral e a construção de uma nacionalidade forte, capaz de incentivar os homens para que cada um cumprisse o seu papel na construção de algo maior, abordavam os mais variados temas que poderiam contribuir para que elevasse a Moral Nacional.

¹⁰⁶ Escola Superior de Guerra. Doutrina Básica. 1979. p 150.

A questão do Moral Nacional estaria muito ligada ao próprio funcionamento da sociedade. Se cada instituição, órgão público, empresa, trabalhador, dirigente político, dona de casa exercessem sua função de modo harmônico em que tudo funcionaria de forma organicamente estruturada, o Moral Nacional e, principalmente, a crença nesta moral cresceria e, conseqüentemente, teria uma condição ideal, não haveria dúvidas acerca da capacidade do país. Mas como tal condição ideal não se tratava da realidade, o Moral Nacional deveria ser construído partindo das relações mais simples, seria algo que deveria estar nas raízes da sociedade.

Sendo assim, a construção desta nacionalidade e deste moral deveria acontecer nas mais variadas instituições, cabendo a cada uma cumprir o seu papel no sentido de formar uma população mais forte, atuando de maneira a incrementar o Poder Nacional. Com isso, algumas instituições passam a ter maior vulto e destaque pelo fato de que atuariam de forma direta na construção e na vivificação do moral Nacional, eram elas: família, escola, meios de comunicação e as próprias Forças Armadas.

Ao trabalhar os textos da ADESG, em nenhum momento, houve qualquer hesitação em afirmar-se que a base de toda e qualquer sociedade seria a família. Através da família era que se conseguiria um primeiro passo no sentido de organizar toda a sociedade. O ambiente familiar seria um ambiente privilegiado. Ao tratar do problema do menor abandonado a ADESG deixa bem claro este ponto de vista:

Não minimizaremos o problema se nos ativermos tão somente ao do menor; teremos que ir além, até o núcleo ‘mater’ da sociedade: a família, para então atingirmos o homem como espécie, na busca da prevenção do problema a qual nos propusemos, pois o menor marginalizado é sempre efeito e nunca causa do mal.¹⁰⁷

¹⁰⁷ RANGEL, Celso Carvalho; FERREIRA, Alencar Flausino; MONTE, Gláucia Terezinha *et al.* Monografias ADESG. *Solução para o problema do menor abandonado*. Ribeirão Preto. 1973. p. 04.

Sendo assim, ao buscar a construção de um Moral Nacional, a família contribuiria de forma incisiva, seria a primeira “instituição” no processo de formação deste moral nacional. A ADESG, através de seus textos deixa bem claro este papel da família: assumir as suas responsabilidades, estruturar-se de forma a não só dar mais segurança e base à sociedade como um todo, como ajudar de forma contundente na criação de cidadãos e pessoas concatenadas com o destino da nação.

A família atuaria como uma instituição de ensino, em que os primeiros passos na inserção social seriam ensinados, o modo de se relacionar com a sociedade posteriormente estaria, em muito, alicerçada na maneira em que a pessoa foi tratada e educada pela sua família. A família seria, praticamente, um modelo, um exemplo que as crianças teriam em casa na maneira de se portar e de enfrentar os mais variados problemas. Sendo assim, o papel da família para a elevação do Moral Nacional atua em duas frentes: o primeiro ponto na própria educação da criança que teria os pais como modelo básico, uma família forte significaria pessoas mais capazes e preparadas para enfrentar os problemas da sociedade; como a família era considerada o principal núcleo da sociedade, uma família bem estruturada também significaria uma sociedade bem estruturada, e que de forma geral, também, contribuiria para o Moral Nacional. A formação da criança nos seus primeiros momentos seria, então, a principal contribuição que a família poderia dar:

Mais importante é o relacionamento entre os membros da família, principalmente entre pais e filhos, no tocante à personalidade em formação da criança. A família é o modelo principal, a base onde se deve alicerçar a formação daqueles que serão membros participantes da sociedade em que estão inseridos. A atmosfera do lar contribui de maneira decisiva na formação do caráter infantil.¹⁰⁸

¹⁰⁸ FERREIRA, Manoel Evaristo; ALVES, Vessia Rodrigues; STOLL, Luiz Roberto *et al.* Monografias ADESG. *Fortalecimento da família sob os aspectos: econômico, pedagógico, psicológico e sociológico*. Ribeirão Preto. 1975. p 13.

A preocupação com a estruturação da família era um objetivo quase que permanente, tanto que houve um trabalho relativo às “mulheres de nível sócio cultural baixos”, pois elas deveriam saber qual o seu papel não só no lar, mas também com relação a toda a nação. Efetivamente, esse trabalho deixou bem claro que todos deveriam cumprir sua parte para que o Brasil tornasse uma grande potência tanto na questão do desenvolvimento quanto na de segurança. A “missão” seria de todos, não se restringiria somente a um esforço estatal ou político. Isso se torna claro ao descrever o tratamento que estas mulheres deveriam receber:

A estas mulheres deveria o Estado, em seu próprio proveito, dar uma nova visão da sua tarefa, conscientizando-as da sua grande e importante missão, fornecendo a elas, no lar, em programas pré-estabelecidos e individualizados, aqueles conhecimentos necessários para o grande salto.¹⁰⁹

Com relação a formação do Moral Nacional, esta monografia deixa bem claro os próprios pontos em que as mulheres deveriam ser atuantes para elevá-lo e também para a construção de uma sociedade e país mais fortes:

“CIVISMO:
Noções de civismo.
Comparações precisas entre nosso país e outros países para despertar o civismo.
A importância das festas cívicas.
A convocação para o exército como dever do cidadão.
A ausência de sentimento cívico, como elemento prejudicial à Segurança e Desenvolvimento Nacional.”¹¹⁰

A família seria, portanto, de grande valia para a formação do Moral Nacional e conseqüentemente para a própria elevação do Poder Nacional. Segundo a ADESG, a família teria o seu grande papel na formação da cidadania da população, transformando o modo de se analisar o Estado e a própria sociedade, fazendo com que se encarasse os problemas da nação de maneira a se pensar que seriam seus próprios problemas. Ao fomentar o nacionalismo, o

¹⁰⁹ FERREIRA, Luiz Affonso; MARTINS, Eduardo Gomes, BERARDO, Euclides Celso *et al.* Monografias ADESG. *Novas formas de participação da mulher em atividades comunitárias*. Ribeirão Preto. 1973. p 21.

¹¹⁰ Idem. p. 23.

civismo e o moral nacional, está aumentando o grau de envolvimento da população com os problemas nacionais, e a sua vontade de superá-lo.

Um outro tema que novamente mostra-se presente nas monografias é a questão da educação e sua vocação para a formação não somente técnica mas também “espiritual”, ou seja, a formação da população para torná-los verdadeiros cidadãos conscientes de seu papel e responsabilidades para com o Estado. Dessa maneira, as principais propostas envolvem a criação de disciplinas capazes de transmitir para a população a importância de um sentimento de nacionalidade forte, de uma consciência cívica e também da importância da política e de saber discernir os bons dirigentes dos ruins. Tudo isso, sob a égide do bem comum, ou seja, tendo em vista a construção de um Brasil maior e melhor.

Com relação ao aspecto político, como fazer para que a população se interesse por política e, com isso, passe a se interessar mais pelos destinos da própria Nação, propôs-se que se implantassem escolas políticas. Instituições em que seu principal objetivo seria a formação política da população de modo a deixá-la mais preparada para decidir os rumos do país:

A escola política há que ser uma realidade num país como o Brasil. Para lutar contra o analfabetismo, criou-se o MOBRAL; para instituir a técnica, criaram-se os cursos técnicos (...) enfim, se reformulam posições e disposições; portanto, é muito lógico que, para a política, haja uma escola de política.¹¹¹

A função da escola também abarcaria a formação moral dos alunos, em que os problemas nacionais, a nacionalidade e o civismo seriam discutidos e fortalecidos na população, principalmente, a mais jovem. A implantação das disciplinas de Educação Moral e Cívica e Organização Social e Problemas do Brasil, segundo os estagiários da ADESG, já seria suficiente para a formação de uma população jovem mais interessada em política e com

¹¹¹ SANTARELLI, Francisco; MUNHOZ, Izidoro; MERLOS, Gildo *et al.* Monografias ADESG. *População: o que fazer para formar elites políticas e despertar interesse político nos não interessados*. Araraquara. 1974. p. 20.

um vivo sentimento nacionalista e cívico. Sendo assim, o poder dado a educação, neste tocante, era enorme:

Preparar as gerações em maturação para uma civilização em mudança, é tarefa da educação e a esta cabe a responsabilidade ímpar de desenvolver os meios e as potencialidades para obter êxito de sua ação. A educação não é conservadora em essência, mas deve usufruir da liberdade de que goza para prever a evolução e nela atuar convenientemente, para ofertar o modelo ideal de cultura ao nosso povo, através de todos os instrumentos ao seu alcance. Entendemos que a educação cabe o papel magno no concerto das medidas que se adotem para a defesa de nossas tradições de cultura e civilização.¹¹²

Os meios de comunicação também seriam um veículo para se fortalecer a Moral Nacional. Na verdade, a preocupação com meios de comunicação seria a de que, não necessariamente, poderia usá-los para a elevação do Moral Nacional, mas ele seria uma poderosa arma na destruição do mesmo, ou seja, a constante vigia de tais meios seria necessária pelo fato de que muitas informações seriam prejudiciais para o nacionalismo e civismo da população. A destruição de qualquer cultura tipicamente brasileira aconteceria caso vacilasse na defesa do que seria considerado nacional e ao atacar a cultura brasileira atacariam as próprias instituições brasileiras, culminando na derrocada da própria sociedade. Sendo assim, manter uma vigilância com relação aos meios de comunicação não corresponderia a se manter somente o Moral Nacional, mas segundo a ADESG manteria a própria sociedade:

Através de não importa que meios, essas ideologias se servem da imprensa, do rádio, da televisão para se lançarem ao ataque soez, sob a forma pedagógica de vestimentas ilusórias, urdindo tramas quês e alimentam da anarquia, da pobreza e das falhas que existem por todas as partes. Mas, servem-se apenas das colocações negativas, dos pontos fracos das estruturas, numa exploração desrespeitosa e sem ética nenhuma para com os esquemas de nossa política. Essas ideologias entram para minar e destruir principalmente a fê que nos foi legada pelas mais caras tradições, guardadas de maneira nobre e transmitidas no curso de gerações pela forma instrutiva e sadia da educação.¹¹³

¹¹² SPANÓ, Ângelo; SIMÕES, Antônio da Silva; RODRIGUES, Diva *et al.* Monografias ADESG. *Colonialismo cultural*. Ribeirão Preto. 1975. p 33..

¹¹³ Idem p 31.

De forma mais prática, a ADESG pregava o uso da censura prévia como um dos melhores modos de prevenir a inserção de “ideologias estranhas” na sociedade brasileira. Através dos crivos impostos pela censura teria uma programação tanto televisa quanto radiofônica, textos literários e da imprensa, espetáculos teatrais entre outros meios, mais isenta de perigos e degradações e até com um conteúdo interessante para aqueles que tivessem contato com essas manifestações. O que se nota, portanto, é que houve uma inversão de valores por parte do discurso adesguiano: a censura não só passava a ser considerada como algo correto, como também participaria na criação de uma vida cultural e de entretenimento mais vigorosa e saudável para a população brasileira, enfim, tratava-se de um bem que se estava realizando:

Acreditamos que nessa disposição avulta a responsabilidade da censura no sentido de se filtrar o fluxo da material, de toda natureza cultural, que se importa sob as mais diversas vestimentas: teatro, literatura, cinema, televisão, rádio, etc. O rigor do exercício da atividade do censor vai estabelecer o que interessa que se divulgue, o que pode ser veiculado sem riscos, eliminando-se a complacência, que uma vez existente provoca a distância a inocuidade das medidas de repressão.¹¹⁴

Com relação aos benefícios dos meios de comunicação para a formação de uma nacionalidade mais forte, os textos adesguianos apontam para a criação de programas educacionais, mais voltados para o público infantil que ajudaria a desenvolver crianças mais responsáveis, já tendo uma educação moral já iniciada. O uso de meios de comunicação para se propagandear e para formar o espírito da população não seria uma inovação ou uma idéia isolada, o próprio governo militar muito se utilizou desta técnica para angariar mais legitimidade em seus atos.¹¹⁵

¹¹⁴ Idem p. 32.

¹¹⁵ Sobre o assunto ver: FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo. Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro. FGV. 1997.

As Forças Armadas atuariam como um baluarte da nação, representariam um símbolo com o qual a sociedade deveria identificar-se, principalmente no que diz respeito às práticas e ações dos militares. Ao vislumbrar as Forças Armadas, o primeiro sentimento que elas passariam seria o de segurança para a população, porém, nesse sentido, um sentimento de segurança mais abrangente, na verdade uma fé inabalável nas tradições e instituições nacionais. As Forças Armadas deveriam representar o pilar da nacionalidade e do civismo fazendo com que a população se espelhasse e seguisse os seus atos.

As Forças Armadas contribuíam para a formação de Moral Nacional forte ao servirem como exemplo de civismo e nacionalismo para toda a população, a presença militar e o respeito para com a instituição militar seria de grande valia para o fortalecimento do Moral Nacional. De fato, as Forças Armadas seriam uma das instituições no conjunto do Estado em que a população deveria confiar, ou seja, as Forças Armadas fortes e presentes suscitariam maior confiança e conseqüente orgulho na população, e este orgulho se reverteria em Moral Nacional:

O mesmo ocorre em relação ao Moral Militar, função de situações conjunturais e reflexo do moral nacional.
Quando aplicada a Expressão Militar do Poder Nacional, o moral militar se faz sentir no espírito de sacrifício, na firmeza de ânimo e na determinação de cumprir a missão recebida.¹¹⁶

A sociedade como um todo teria que contribuir para a elevação do Moral Nacional, apesar de que a maior parte desse objetivo tenha que ser cumprido pelas instituições mais adequadas. Todo cidadão teria que cumprir o seu papel para fazer com que não só o Moral Nacional fosse elevado como também ele fosse percebido como algo cotidiano, que estivesse presente de maneira constante na vida da população, que estivesse a todo momento sendo demonstrado.

¹¹⁶ Escola Superior de Guerra. Doutrina Básica. 1979. p. 173.

Tal absorção do conceito de Moral Nacional deveria ocorrer desta forma pois, apesar de ser um conceito abstrato, de difícil quantificação, ele fazia parte do Poder Nacional, ou seja, o Moral da população faria parte na quantificação do Poder Nacional. Portanto, não se tratava apenas de alguma possível maquinação ideológica, mas de um componente importante para que o país pudesse ser considerado grande. Para que o Brasil se tornasse em uma grande potência, seria necessário uma população com o Moral Nacional elevado. Cada região teria uma avaliação quanto a esse conceito, no caso da região de Ribeirão Preto:

Moral: Excelente, considerando a atuação dos Tiros de Guerra, das diversas unidades, dos cultos aos heróis nacionais e o orgulho com que se celebram as homenagens aos remanescentes da Força Expedicionária Brasileira e a Revolução Constitucionalista de 9 de Julho.¹¹⁷

Mais uma vez reporta-se ao de conceito de Moral Nacional e sua necessidade para tornar o país uma grande potência, mostra que apesar da ADESG ser uma instituição civil, havia muita influência de uma certa visão militar da sociedade, ou melhor, uma visão beligerante da sociedade, em que certos pontos deveriam ser encarados tal como em uma guerra. A própria questão do Moral Nacional é emblemática neste ponto, tal como em uma corporação, a população deveria ter o seu moral elevado de modo a superar as dificuldades e desafios que a espera. Da mesma maneira um moral baixo significaria quase que uma derrota antecipada, em alguns momentos e em algumas idéias e conceitos havia uma visão beligerante e que deveria ser aplicada para a sociedade. A sociedade, então, deveria incorporar algumas práticas e tradições militares para o próprio bem da sociedade.

E um outro ponto era extremamente caro para os militares e a todas as instituições a eles ligados, a questão da Ordem, de maneira mais precisa, a manutenção da Ordem. Ao analisar que a manutenção da Ordem encontra-se, de maneira geral, no pensamento militar,

¹¹⁷ RAGAZZI, Walter José; CANAVÓ, Ary; LOPES, Ademar Birches *et al.* Monografias ADESG. *Vantagens econômicas e progresso para a região que a bitola larga da FEPASA trará, ligando Ribeirão Preto à São Paulo, via Guataporá*. Ribeirão Preto. 1975. p. 59.

logo concluí-se que estava presente nas formulações e conceitos da ESG, e por consequência estaria presente nos trabalhos produzidos pela ADESG. A manutenção da Ordem e do *status quo* seria quase que o fim último para os militares e todas as instituições que, por algum motivo, tivessem algum tipo de ligação com as tradições e o pensamento das Forças Armadas.

A manutenção da Ordem significaria defender as tradições nacionais de modo que nada as pudesse abalar ou causar qualquer tipo de dano e prejuízo. De forma geral, apresentase como um termo extremamente abstrato, seria por demais complicado definir o que representaria manter as tradições da sociedade brasileira, não deixar que o caos se abatesse sobre todos. Uma conceituação mais prática e palpável faz-se necessária. Tal como exposto no primeiro capítulo, na visão militar defender a Pátria seria fazer com que seu território e sua própria soberania não fossem atacados por invasores externos, deveriam manter as fronteiras em segurança de qualquer tipo de perigo. Porém, o maior perigo que se apresentava naquele momento, tratava-se de um inimigo que atacaria dentro das fronteiras com o intuito de desestabilizar a própria estrutura social vigente. Sendo assim, o conceito de segurança mudou e conseqüentemente o que seria a manutenção da ordem também, ao dizer que defendiam a Pátria e seus valores e tradições, estava afirmando categoricamente que estava defendendo todas as instituições que mantinham o aparato social em funcionamento, e na visão dos militares a principal instituição a ser mantida seria o próprio Estado. O Estado seria o epicentro de todas as ações, ter uma Pátria forte seria ter um Estado forte e atuante, ou seja, tudo aquilo que pudesse, de alguma forma, contribuir para que o Estado fosse enfraquecido ou que desestabilizasse o bom funcionamento da sociedade, culminando em prejuízo para as instituições deveria ser combatido com todas as forças. A manutenção da ordem e do *status quo*, portanto, seria a manutenção do Estado e de todas as instituições consideradas

necessárias para que a estrutura social e o seu funcionamento fossem considerados satisfatórios.

Desta maneira, o escopo de atuação para se manter a ordem era por demais amplo e abrangente. Tudo que pudesse representar uma fraqueza ou uma deficiência e que pudesse ser explorado no sentido de desestabilizar a ordem ou que desestabilizasse por si só, deveria, não apenas, ser combatido como também antevisto, de modo a evitar o problema antes que ele se tornasse de grandes proporções.

Nos trabalhos adesguianos, a luta pela manutenção da ordem dava-se, justamente, neste sentido. Tudo aquilo que poderia representar um problema grave, deveria ser analisado de modo a planejar um programa de combate ou um meio de prevenir as consequências mais graves destes problemas, ou seja, não devia analisar somente o que superficialmente se propunha às monografias, mas o que, efetivamente, certos temas representavam.

Ao tratar de uma questão, aparentemente, sem maior importância para segurança nacional ou para a manutenção da ordem como um projeto para que os estudantes, de preferência, os universitários, pudessem contribuir com o seu trabalho em projetos durante o período de férias, nota-se como a extensão da questão da manutenção da ordem mostra-se ampla. Num primeiro momento, afirma o perigo de movimentos estudantis sem uma coordenação mais séria:

O Brasil não foi exceção no que tange a essa agitação; nação jovem, tendo 60% de sua população situada na faixa etária de 1 a 20 anos, teve também a sua estabilidade alterada por movimentos estudantis que colocaram em jogo a estrutura do país e a sua democracia.¹¹⁸

Já em outro momento, prega que tal população estudantil não poderia ser deixada à deriva e que um bom direcionamento para esta vontade de participação dos estudantes seria

¹¹⁸ ZUCCOLOTTO, Laércio; BOTELHO, Antônio Carlos; CAMARGO, Augusto César *et al.* Monografias ADESG. *Estudo da viabilidade de aproveitamento de estudantes para a cooperação em Projetos municipais em período de férias*. Ribeirão Preto. 1973. p 05.

não só recomendável como quase uma necessidade. É interessante notar que na passagem que se segue há até um elogio de projeto governamental que procurava utilizar o conhecimento estudantil, proporcionando-lhe um bom direcionamento para a sua energia:

O projeto Rondon, idealizado nessa fase de agitação político-estudantil, procurou aproveitar o desejo de participação do estudante nas decisões nacionais, canalizando para isso sua potencialidade num trabalho construtivo e altruísta na consecução do bem comum.¹¹⁹

A maior preocupação não seria com um sentimento altruísta que deveria ser implantado ou a ajuda que tais estudantes poderiam proporcionar para a população de maneira geral, mas o problema e o golpe na estabilidade social que tais estudantes poderiam desferir. A manutenção da Ordem era a primeira preocupação, caso não recebessem o tratamento adequado, tais jovens poderiam transformar-se em grande problema para a sociedade, ou seja, tal monografia entre outros objetivos, em seu escopo, vislumbrava à manutenção da ordem e do *status quo*. Por trás de um objetivo mais direto e perceptível encontrava-se um anseio por parte da ADESG bem maior.

O mesmo pode ser conferido na monografia que dizia respeito ao problema do menor abandonado, além de várias proposições para solução, mesmo que parcial do problema, e do intuito do grupo de analisar as origens e causas de tal mal social, a preocupação com o perigo que este problema possa causar para a ordem de maneira geral, se mostrou-se nítido. A proliferação de jovens abandonados e marginalizados poderia causar um desequilíbrio para a sociedade e colocar a Ordem em risco. O combate de tal mal, desta forma, aconteceria em várias frentes, com auxílio do Estado, Igreja, instituições privadas e a própria sociedade. Porém, em nenhum momento, pode-se esquecer de que solucionar o problema do menor abandonado, seria um grande auxílio para se manter as estruturas sociais fortes e confiáveis:

¹¹⁹ Idem p 05.

Já dissemos anteriormente que a marginalização do jovem começa e desenvolve-se a partir do pauperismo e da desorganização social da família, donde se conclui que o problema está intimamente ligado com o sistema sócio econômico e para que ele não se agrave de forma incontrolável é necessário que a política social desenvolva idéias, critérios e juízos que possibilitem a promoção do homem pelo próprio homem e que as diferenças sociais não sejam tão sensíveis a ponto de se conflitarem.¹²⁰

A manutenção da ordem e do *status quo* também compreendia questões naturais, não necessariamente ligadas ao homem de maneira direta, ou seja, questões como incêndios, enchentes, epidemias e desastres naturais também entrariam na lista daquilo que poderia contribuir para que a ordem fosse abalada. Desta maneira, toda uma análise da probabilidade de tais desastres acontecerem, tanto quanto da capacidade de contê-las de modo satisfatório, foi levantado. A criminalidade, tráfico e possíveis perturbadores da ordem também passaram pelo crivo dos trabalhos da ADESG. a principal monografia que tratou destes casos corresponde a do grupo de trabalho II de 1975: *Defesa civil da região*.¹²¹

Sendo assim, manter a ordem e o bom funcionamento de tudo aquilo que fosse considerado correto na sociedade também era um dos maiores objetivos por parte da ADESG. A ordem não deveria ser somente mantida e restaurada em momentos de crise, mas deveria ser considerada como um símbolo, um eterno ideal que nunca deveria ser esquecido pela população. Portanto, além de mantida a Ordem deveria ser um fim em si mesma.

ADESG: ENTRE A SEGURANÇA E O DESENVOLVIMENTO

Nesse sentido, vale destacar os dois grandes pontos segundo os quais as mudanças a serem realizadas na sociedade deveriam seguir e ter como parâmetro: a Segurança e o Desenvolvimento. De forma geral, a segurança apresenta-se como ponto principal também

¹²⁰ RANGEL, Celso Carvalho; FERREIRA, Alencar Flausino; MONTE, Gláucia Terezinha *et al.* Monografias ADESG. *Solução para o problema do menor abandonado*. Ribeirão Preto. 1973. p. 37.

¹²¹ NUNES, Dúlio Duarte; CUSTÓDIO, Evaldo José; MENDES, Geraldo da Silva *et al.* Monografias ADESG. *Defesa civil da região*. Ribeirão Preto. 1975.

para a ADESG, mas cabe enfatizar que todos os problemas são abordados pelo prisma regional e local, enquanto, a ESG trabalhava seu conceito de segurança de forma mais geral e abrangente, pois compreendia a totalidade do território brasileiro. A ADESG apesar de seguir os passos e a doutrina desenvolvida pela ESG, faz a sua aplicação em termos territoriais mais restritos. Dessa forma produz uma análise mais concisa e prática de como deveria ser formulada e executada a segurança. De todo modo, permanecia, em ambas as abordagens, um conceito ampliado de segurança, abarcando um leque significativo de dimensões..

Em se tratando do conceito de desenvolvimento, prevalece a idéia de atraso e da necessidade de mudança, mas ao analisar de forma mais cuidadosa, pode-se perceber que o próprio conceito de desenvolvimento estava atrelado ao conceito de segurança, pois a ESG/ADESG buscavam o desenvolvimento necessário para que a sociedade se tornasse segura. Dessa forma, embora o desenvolvimento fosse delineado de forma mais abrangente, e com caráter mais isolado e independente, não poderia ser pensado sem se levar em consideração a segurança, em um caso hipotético, se o desenvolvimento ameaçasse a segurança ou as instituições que deveriam ser preservadas a todo custo, a opção recairia sobre segurança e manutenção de uma ordem já estabelecida, em detrimento de um desenvolvimento que envolvesse algum risco.

Ainda com relação ao desenvolvimento, a forma como se estruturavam os moldes e a maneira como o desenvolvimento deveria acontecer, também eram peculiares. O grande ponto de partida seria a avaliação de que havia um atraso muito grande em relação às outras nações e que deveria ser superado, e necessitava-se de avanços nas mais variadas áreas para que o Brasil pudesse se tornar uma grande potência. A grande meta seria elaborar um projeto amplo e abrangente que suprisse as necessidades e carências da sociedade como um todo e que vencesse o atraso que reinava há muito tempo.

Ao tratar de forma mais concreta os trabalhos da ADESG ligados à região de Ribeirão Preto, o desenvolvimento deveria acontecer em um primeiro momento nas questões materiais e técnicas. O próprio crescimento da produção e análise das principais potencialidades da região seria o principal objetivo. Sendo assim, algumas monografias apontavam para temas sobre agricultura da região, principais produtos e mercados de consumo, capacidade de crescimento deste setor além de outras áreas que poderiam ser consideradas como futuros pólos de consumo para a produção, ou seja, analisava-se a possibilidade de crescimento e onde tal crescimento deveria desembocar. Também revelava-se a preocupação por parte dos trabalhos acerca da questão do transporte e formas de escoamento de tudo o que seria produzido. A idéia geral, ao analisar os transportes, seria fazer com que a região em questão fosse mais integrada, capaz de manter um fluxo constante com as demais regiões vizinhas e conseqüentemente, com o restante do país. A integração do país era também um grande objetivo por parte da ESG/ADESG, pois não só contribuiria para o desenvolvimento como também tornaria a segurança mais rápida, prática e eficiente. Além desses motivos, destacava-se o apreço por uma unidade nacional forte nos seus mais variados aspectos, com destaque para a questão da nacionalidade e culto das tradições nacionais, mais uma vez uma marca característica do próprio *ethos* militar.

Ainda nos avanços e aprimoramentos técnicos que eram propostos, também pensava não de forma, apenas, regionalizada. Problemas que atingiam todo o país eram tratados pelas monografias buscando formas de contribuição para solucioná-los. Isto se torna nítido quando da crise do petróleo no final da década de 70, em que foi produzida uma monografia que tratava de possíveis fontes de energia complementares, modo de produção e viabilidade. O desenvolvimento da produção, da indústria, agricultura constituíam-se em temas freqüentemente tratados pelas monografias ADESG.

Porém, com relação ao desenvolvimento, um dos seus pontos mais importantes e mais explorados pelas monografias é a questão do desenvolvimento humano, sendo a educação a sua principal característica. O desenvolvimento intelectual, a formação de uma população com maior capacidade de atuação no mercado de trabalho tanto quanto mais instruídas e conscientes de seu papel na sociedade, era uma preocupação constante nos trabalhos adesguianos. O tema educação, de maneira geral, incluindo desde trabalhos sobre universidades a merenda escolar, foi o que mais rendeu monografias e trabalhos na representação de Ribeirão Preto¹²².

Outro interessante aspecto do desenvolvimento seria o que tratava das questões “morais e espirituais”. O atraso brasileiro e muito das deficiências brasileiras não seriam apenas de falta de algo mais palpável ou perceptível tal como emprego, educação, indústria, mão-de-obra qualificada. A baixa auto-estima da população e a descrença quanto aos rumos do país seriam problemas a serem superados e que deveriam ser tratados com o maior afinho possível. Um país e seu povo só conseguiriam desenvolver-se de forma plena e satisfatória se tivessem um moral elevado e a certeza de que os mais variados problemas seriam enfrentados e superados. O conceito de desenvolvimento passou a ser encarado, tal como o de segurança, de forma ampla e abrangente. Desenvolver incorporava desde as questões materiais, intelectuais e somados a um campo um tanto quanto abstrato que seria o do espírito nacional. Trabalhava-se com a idéia de formação e desenvolvimento em todos os aspectos possíveis, nada fugia ao escopo de ação a que se pretendia enquanto desenvolvimento. Os mais variados temas integravam-se:

Observa-se que, apesar das muitas dificuldades surgidas no desenvolvimento desse programa, a Campanha Nacional de Alimentação Escolar tende a despertar a

¹²² Dos 21 trabalhos realizados e analisados, pelo menos 7 tratavam da questão da educação, 4 aspectos políticos e formação política, 3 sobre transportes, 3 sobre a família, 1 defesa civil da região, 1 agricultura, 1 fontes energéticas e 1 telefonia.

formação de novos hábitos alimentares a assim concorrer para que a nova geração, mais sadia, possa participar do próprio progresso brasileiro.¹²³

Aglutinando todas essas tendências e maneiras de encarar a questão do desenvolvimento, um aspecto se sobressai e toma um maior vulto: o sonho do Brasil Potência. A elaboração de todo este projeto e a organização da sociedade visava, quase que unicamente, a transformar o Brasil de modo a elevá-lo à categoria de potência internacional, acreditava-se piamente que o destino do Brasil era ser grande e que se deveria trabalhar dentro desta prerrogativa, mas que havia entraves para tal crescimento e, então, superar esses entraves seria o motivo do desenvolvimento. Há, novamente, uma certa inversão de valores, desenvolver não seria somente mudar ou evoluir determinados pontos na sociedade, praticamente necessitava-se de empenho no sentido de se retirar os entraves que atrapalhavam o já “delineado” destino brasileiro, precisava mostrar à população a necessidade deste despertar. Daí, que vários trabalhos passam a idéia de que muito dos problemas nacionais não se restringiam apenas à estrutura sócio-econômica e ao próprio atraso brasileiro, mas sim a uma falta de crença no país e nas suas enormes possibilidades. Mais uma vez, pensava-se no combate a algum tipo de problema do que efetivamente criação e mudança. Segundo o próprio método de formulação de projetos por parte da ESG e conseqüentemente da ADESG:

O Desenvolvimento e a Segurança estão interligados. Há, entre eles, uma interdependência que varia conforme os óbices que, como vimos, se opõem a Política Nacional, para a conquista e manutenção dos Objetivos Nacionais. Todavia, a motivação para esse comportamento deve partir do pressuposto de que Desenvolvimento e Segurança são partes de um mesmo todo, que visa a um bem supremo: o Bem Comum para a sociedade nacional.¹²⁴

Ao delinear-se essa característica da doutrina, da linha de pensamento da ESG, pode-se perceber que, efetivamente, não se sabia o que construir de fato, sonhava-se com o Brasil

¹²³ PALERMO, Hélio; CORRÊA, João Roberto; CARVALHO, Adhemar; *et al.* Monografias ADESG. *Novas formas de racionalização e eficiência da merenda escolar*. Ribeirão Preto. 1973. p. 04.

¹²⁴ Ciclo de Conferências ADESG. *Política Nacional*. 1970. p. 27.

Potência, mas não se sabia, bem ao certo, como consubstanciá-lo, sabia-se o que se queria combater, mas não necessariamente o que se queria edificar. Neste sentido, o próprio desenvolvimento passa a suscitar certas questões, como pregar um desenvolvimento ou como propor um desenvolvimento se não se sabe ao certo onde se quer chegar? Como seria o modelo desse desenvolvimento?

Essas questões trazem à tona o conceito mais abrangente e importante para a ESG e ADESG: a Segurança Nacional. Se existe algum modelo mais palpável e que se teria uma maior preocupação e capacidade de se operar efetivamente, seria o delineamento do que se esperava com relação à Segurança Nacional. A Segurança Nacional dentro das atribuições que lhe foram apregoadas pode-se dizer que engloba o próprio conceito de desenvolvimento, que serviria como um aparato da Segurança:

Vimos que a Segurança Interna deve ter um sentido característico de prevenção antes que de punição. Assim, ela procura pôr em execução um elenco de medidas preventivas, destinadas a neutralizar as causas que possam favorecer os fatores adversos cuja ação ameaça a conquista e a salvaguarda dos Objetivos Nacionais. Concorre para tal desiderato uma adequada política de Desenvolvimento, desdobrada em íntima ligação com a política de Segurança, particularmente nas prioridades estabelecidas para as ações no campo psicossocial.¹²⁵

Desenvolver para se defender, mas com a medida de até onde se deva ir com o desenvolvimento, até que estágio ele não coloca em risco a própria Segurança Nacional. Em todos os aspectos a serem discutidos e estudados, a referência básica seria a segurança, se alguma medida colocasse em risco a segurança do país, ela nunca poderia ser adotada. O conceito de segurança seria a maior representação dos anseios da ESG/ADESG, seria o primeiro e último crivo pelo qual as monografias, os próprios projetos políticos elaborados e temas estudados deveriam passar.

¹²⁵ Ciclo de Conferências ADESG. *Segurança Interna*. 1970. p. 27.

A segurança como principal preocupação mostra-se em algumas monografias em que um tema aparentemente inofensivo tal como o estudo de uma maior racionalização com relação à eficiência e distribuição da merenda escolar, em um determinado momento foi posto como uma problemática que ajudaria, inclusive, na questão da Segurança Nacional:

A área da merenda, que reúne aspectos sanitários e educacionais da maior importância, possuindo até condicionamentos de segurança nacional, por se tratar de uma medida de valorização do homem brasileiro, deveria ter uma denominação mais consciente e penetrante, como Plano ou Sistema Integrado de Alimentação Nacional.¹²⁶

De certa forma, então, todos os assuntos e temas até aqui tratados afunilam-se, tornando-se, em determinado momento, temas e conceitos relativos à Segurança Nacional. Ao tratar-se do aspecto geopolítico da região, principalmente relacionado-o com o Poder Nacional a ser construído, também era uma maneira de saber o potencial da região para superar seus problemas e em que ponto ela poderia causar problemas para a Segurança Nacional; a questão das informações se aplica de forma direta na Segurança Nacional. O conhecimento e a investigação sobre o que poderia causar qualquer problema para a Segurança Nacional seria importante e vital. A educação e a formação da população como um todo permitiria um maior desenvolvimento e conseqüentemente, maior segurança, da mesma maneira preocupava-se muito com a educação e formação de cidadãos, ou seja, a formação das pessoas, em quesitos, como nacionalidade, tradições nacionais, culto aos heróis cívicos e grandes feitos do passado, enfim, formar pessoas para que estivessem concatenadas com o pensamento militar e de segurança; com relação ao moral nacional, elevar a capacidade na crença de um país melhor e com capacidade de superar os seus problemas, seria descartar o desânimo e o solo propício para a proliferação de ações consideradas subversivas e contrárias aos anseios da população. Dessa maneira, ao interpretar o conceito de Segurança Nacional a

¹²⁶ PALERMO, Hélio; CORRÊA, João Roberto; CARVALHO, Adhemar; *et al.* Monografias ADESG. *Novas formas de racionalização e eficiência da merenda escolar*. Ribeirão Preto. 1973. p. 19.

luz do que era considerado como Ordem e a importância de sua manutenção, talvez se possa afirmar que o fim último da segurança seria manter a Ordem de qualquer maneira, esse seria o grande objetivo da Segurança Nacional.

As monografias, então, que tratavam dos mais variados assuntos e temas e faziam propostas abrangentes, passam a ter um fio condutor, uma linha mestra. Apesar de que, aparentemente, algumas tratavam-se de temas sem maiores ligações com as outras, ou que pareceriam isolados, passam a participar de um emaranhado e de um sistema bem maior e mais complexo. Dentro do eixo Segurança e Desenvolvimento todas elas passavam a ter sentido, inclusive, enquanto um planejamento maior. Pela própria abrangência desses conceitos e pela ampla capacidade de que têm em aglutinar e dar forma como um plano integrado. Não se combatia o analfabetismo, simplesmente, para erradicá-lo, também pensava-se no desenvolvimento de uma população alfabetizada e que uma pessoa com um mínimo de formação que fosse já teria mais condições de identificar o que seria “bom para a Pátria” mantendo a ordem e colaborando com a segurança, portanto fazer com que a dona-de-casa, sem escolaridade, soubesse de seu papel social e o que deveria fazer para cumpri-lo, corresponderia entre outros objetivos ao de segurança nacional, pois tal dona-de-casa, com uma maior consciência, seria importante para a manutenção da segurança, por exemplo. Enfim, o binômio Segurança e Desenvolvimento também teria o papel de organizador e aglutinador das mais variadas propostas, praticamente tudo afunilaria de modo a contribuir para esses dois conceitos.

Os conceitos de Segurança Nacional e Desenvolvimento Nacional seriam a grande chave para a compreensão de quase todo o aparato dessas instituições. Definir, com precisão, suas bases e toda a estrutura por trás desses conceitos, praticamente, descortinaria o pensamento político da ESG/ADESG. Até que ponto prevalece a visão militar, ou até onde a influência civil chegaria; a própria capacidade de execução seria importante, pois não se

tratava de agremiações político partidárias de modo a influenciar diretamente algum governo, da mesma forma, apesar de manter uma postura e pensamento intervencionista, a ESG não detinha controle institucional de nenhuma corporação das Forças Armadas. Sendo assim, a questão de como a ESG/ADESG fazia se sentir presente e atuante também se coloca. Ela teria que procurar outros meios de inserção de suas idéias na sociedade e na administração pública que não os tradicionais.

A leitura das monografias cada vez mais deixa transparente que os trabalhos não se restringiram a tratar de temas políticos ou que poderiam ser resolvidos na esfera política ou estatal. Havia uma proposta mais geral, projetos cada vez mais ligados à sociedade e, principalmente, ao papel e posicionamento que esta sociedade deveria ter em relação aos problemas nacionais, a atuação deveria ocorrer em conjunto, toda a sociedade irmanada. A problemática da formação de uma elite civil dirigente deveria ser expandida, não se tratava somente de uma questão puramente de direção, mas a sociedade como um todo deveria passar por um processo de formação. O papel que cada pessoa deveria desempenhar e como deveria ser desempenhado, o próprio relacionamento que as pessoas deveriam ter com as questões públicas deveriam ser alteradas, de forma geral essa proposição de algo novo e de alterações significava, mais precisamente, a crítica ao modelo vigente na época. O modelo, a estrutura que necessitaria de mudanças, que precisariam de ocorrer em todos os âmbitos sociais, os problemas a serem enfrentados eram gerais e abrangentes. O projeto para o Brasil era maior e mais expansivo do que um projeto político estatal, e mesmo que não alicerçado com a realidade em muitos pontos, o binômio segurança e desenvolvimento era por demais abrangente e até ambicioso em determinados pontos.

Porém, em que base se assentaria este projeto mais abrangente, e principalmente, ao se usar termos tal como alteração, mudança, algo novo, o que realmente eles significariam do ponto de vista da ESG/ADESG? Apesar de grande influência civil, estas instituições têm suas

raízes no campo de pensamento militar, que por convicção assenta-se em um pensamento conservador orientado para a manutenção da ordem e do *status quo*. Enfim, o que seria a mudança e qual o papel a ser desempenhado pela ADESG? O projeto dessas instituições seria muito mais abrangente, todavia, muito mais complexo pelo seu próprio posicionamento no mundo civil e militar e pelo seu pensamento acerca da sociedade.

CAPÍTULO III

A PÁTRIA EM “NOSSAS MÃOS”: O PAPEL DAS ELITES CIVIS LOCAIS NO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

No presente capítulo será analisado qual o papel designado pela ESG para as elites civis, como deveria ser a sua atuação junto a sociedade e de que maneira tal elite seria mais efetiva e produtora.

Desta forma, em um primeiro momento se discute o conceito de política que era imposto pela ESG através da ADESG, ou seja, como as elites locais civis deveriam atuar politicamente. Questões como planejamento, tecnicização da política, estratégia política, o valor de um sistema de informações e concepções políticas esguianas foram tratadas.

Logo após, o principal ponto de análise gira em torno do que significaria o conceito de Aspiração Nacional e as suas implicações para o planejamento e condução de um projeto político além de fazer com que as elites locais civis saibam interpretar e aplicar de maneira correta tal conceito.

Em um terceiro momento se buscou traçar o perfil dos ex-estagiários da ADESG, de modo a elaborar que tipo de pessoa se encaixaria melhor no conceito de elite, em outras palavras, quem seria esta elite na sociedade, quais as profissões e ramos de atuação mais frequentes, idade média, escolaridade, participação social, etc.

ATUAÇÃO POLÍTICA EM TEMPOS DE SEGURANÇA NACIONAL

Um dos preceitos da Doutrina de Segurança Nacional diz respeito, exclusivamente, à crítica a que as elites civis dirigentes não tinham capacidade para desempenhar um papel digno na sociedade, ou seja, não tinham a competência necessária para governar e gerir a sua própria sociedade. Da mesma maneira tal incapacidade ligava-se a uma falta de preparo e de um entendimento maior do que seria o correto para o país e para a população. Não se tratava, portanto, de um processo irreversível em que toda a elite deveria ser alterada, mas que, pelo menos parte dela fosse substituída por um novo grupo de pessoas consideradas aptas, da mesma maneira todas essas pessoas deveriam compreender melhor e assimilar um novo modelo de gerenciamento do Estado, enfim, uma nova maneira de se fazer política no Brasil.

O ponto principal nesta acepção da Doutrina de Segurança Nacional seria, justamente, que essa determinada elite fosse treinada, ou que pelo menos, a metodologia apresentada pela ESG fosse conhecida e explicitada para ela. Um modelo tido como mais organizado e coerente de se fazer política deveria ser implantado no Brasil e a ESG seria uma das precursoras deste novo modelo. Logo, as pessoas que fossem consideradas aptas deveriam ser estagiárias da ESG de modo a conhecer e aplicar tais métodos para uma maior eficiência na condução da política brasileira. Segundo Eliézer Rizzo de Oliveira:

Desta forma, embora não possa ser dissociada de uma instituição (Forças Armadas) que funciona maciçamente através da repressão, a ESG desenvolve atividades claramente ideológicas, quer promovendo o treinamento técnico (que não pode ser tomado separadamente do preparo ideológico de oficiais), quer articulando elites civis e difundindo entre elas a Doutrina de Segurança Nacional.¹²⁷

A Escola Superior de Guerra atuaria como um órgão pesquisador e doutrinador, com vista a elaborar projetos que fossem capazes de solucionar os problemas relativos a Segurança

¹²⁷ OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes. 1976. p. 25.

e o Desenvolvimento nacional, além de aplicar uma metodologia de trabalho bem clara de como esses trabalhos deveriam ser executados. Ao se pensar a questão da política, também percebe-se que havia uma metodologia de condução dos assuntos políticos. Na verdade, a ESG procurou construir uma metodologia geral de como os mais variados setores da sociedade deveriam funcionar, havia uma esquematização visando a uma maior funcionalidade e coerência nas áreas em que tal metodologia deveria ser aplicada. Os próprios textos ligados a ESG atestam este ponto:

Doutrina de Segurança Nacional é considerada, nesta Escola, como um conjunto de conceitos básicos, de princípios gerais, de processos e normas de comportamento que permitem orientar os estudos, a formulação e o descobimento de uma Política de Segurança Nacional, visando a alcançar e manter seus propósitos, ajustados esses as reais possibilidades do Poder Nacional e a situação conjuntural.¹²⁸

Porém, algumas peculiaridades apresentam-se para a interpretação da formulação desta metodologia, principalmente quando aplicada a questões políticas. A negociação política nunca foi um dos pontos trabalhados pela Doutrina da ESG, ou melhor, trabalhar com idéias contrárias ou com algum tipo de oposição ao sistema que era proposto, não era percebido como uma maneira de desenvolver o debate político e democrático, não havia espaço para o confronto de idéias, mesmo que tal confronto pudesse levar a uma situação melhor. Esse tipo de oposição, mesmo que pacífica, só não era bem quista como também deveria ser abolida. Ela somente traria discórdia e atraso para o país. Idéias diferentes ou contrárias não contribuiriam para a harmonia política. A visão organicista da sociedade e da política não teria espaço para comportar algum tipo de debate de idéias e concepções ideológicas que não estivessem concatenadas com o projeto de desenvolvimento e progresso da sociedade brasileira. Sendo assim, não se tratava de uma visão política convencional em

¹²⁸ Ciclo de Conferências ADESG. Metodologia para o Estabelecimento da Política Nacional (Especificamente em Relação à Política de Segurança). 1970. p. 18.

que o debate e oposição eram compreendidos no processo, mas um tipo de visão política conservadora e fechada para discussões políticas.

Esta visão política antidemocrática correspondia à formulação e interpretação da política segundo um momento em que a Segurança Nacional deveria ser considerada como um guia para a sociedade, ou seja, oposição política não seria um grupo com idéias contrárias ou diferentes, mas sim, segundo a própria terminologia da ESG, um óbice a ser superado. Tudo aquilo que não fosse considerado como desejável para a política deveria ser eliminado, seria um entrave. O que se pretendia seria a implantação de um sistema em que cada parte cumpriria a sua função fazendo com que o todo funcionasse harmonicamente. Sendo assim, a ESG, através da Doutrina de Segurança Nacional propôs uma maneira de fazer política, orientada segundo às necessidades de uma política de Segurança Nacional.

Com isso, tal maneira de fazer política, ou melhor, de conduzir a política era também repassado para a ADESG. Não somente os altos escalões deveriam aprender como gerenciar o Estado, mas todos aqueles que fossem considerados aptos para o gerenciamento ou para ocupar determinados cargos nos mais diversos níveis administrativos. A Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra era também uma maneira de transmitir a metodologia para o estabelecimento de um procedimento adequado ao gerenciamento da política. Muitos dos textos direcionados para a ADESG e mais aqueles que eram produzidos por ela, diziam respeito ao modo como a política deveria ser tratada e nos mais variados lugares. Dever-se-ia implantar “cursos intensivos ou ciclos de estudo, para reciclagem dos elementos atuais da direção dos vários municípios regionais.”¹²⁹

Mas, ao esvaziar-se a política de todo o seu caráter de negociação e de debates de idéias, acontece uma alteração conceitual nesse termo, a política passaria a representar algo diferente ou pelo menos atenderia a certos objetivos novos. A política deveria passar por uma

¹²⁹ SANTOS, Ruy Escorel Ferreira; MELCHIOR, Enzo; MARTINS, Antônio *et al.* Monografias ADESG. *Seleção e formação das elites políticas dirigentes a nível municipal*. Ribeirão Preto. 1973. p. 16.

reformulação, uma explicitação do que seria considerado as suas novas diretrizes e o modo como ela deveria ser entendida.

Sendo assim, o que se queria implantar seria uma visão mais técnica da política, com uma maior operacionalidade e como um grande poder de atuação. Seria justamente lançar as bases para uma sociedade mais harmônica em que se teria um planejamento específico para as mais variadas áreas de atuação e uma capacidade de atuar nelas de forma coerente. O que a ESG propunha seria justamente a tecnicização da política, ou seja, a política seria algo metodologicamente estabelecido em seus termos de atuação, todo tipo de projeto político deveria ser minuciosamente planejado para que não houvesse qualquer possibilidade de falha, se buscava um sistema operacional, coerente e funcional para a política, não se discutiria idéias, mas funcionalidade. Com isso, procurava doutrinar uma certa elite dirigente no sentido de capacitá-la para o uso correto do poder político, que seria um poder aglutinador de todos os outros ou pelo menos com capacidade de organizar todos os outros. Logo, certas normas diretivas eram apresentadas e impostas:

Planejamento é o método que, implicando na antecipação ou previsão de acontecimentos futuros, partindo do conhecimento aprofundado da situação presente, propicia um esquema de ação efetiva para modelar o futuro, na medida das possibilidades e dos rumos que pareçam mais indicados.¹³⁰

Portanto, deveria trabalhar a organização de um planejamento político, de um conjunto de metas a serem alcançadas. Um dos primeiros pontos que teriam que ser bem explicitados, segundo esta metodologia para a ação política, seria com relação a designar e compreender o ponto a que deveria alcançar, ou seja, quais os objetivos para aquela determinada conjuntura. Uma análise pormenorizada deveria ser feita de modo a ter a exata medida de todos os problemas e obstáculos que poderia ter para a execução desses objetivos. Esta metodologia

¹³⁰ Ciclo de Conferências ADESG. Metodologia para o Estabelecimento da Política Nacional (Especificamente em Relação à Política de Segurança). 1970. p. 19.

para a aplicação do poder político de maneira correta e eficiente, então, está intimamente ligada à formulação de metas, análise da possibilidade de se atingir os objetivos e da manutenção deste estado alcançado:

Para se proceder a avaliação da conjuntura, a preocupação inicial consiste na tomada de consciência para, a mais clara possível, sobre quais são e onde se situam os interesses vitais da Nação, sobre os fatores adversos que obstaculizam a promoção daqueles interesses e, finalmente, a adoção de uma atitude dinâmica em busca do que se deve fazer para promover aqueles interesses.¹³¹

Para a execução destas metas ou objetivos seria apresentada para os estagiários da ADESG o modo como se proceder de maneira ideal na condução das políticas ligadas ao desenvolvimento da região. Um primeiro ponto a ser destacado seria o do papel que o Estado deveria desempenhar dentro dessa metodologia. O Estado seria o principal agente na execução dos objetivos traçados. Através dele é que teria o poder necessário para a tomada das mais variadas medidas a fim de incentivar o desenvolvimento e manter a segurança da região. Segundo o pensamento teórico da ESG, todo o Poder Nacional do país estaria de alguma forma representado na figura do Estado, fazer com que o país se desenvolva ou se torne mais seguro tornaria o Estado mais forte. A figura do Estado passaria a ser emblemática e central, ele seria o reflexo do Poder Nacional e da grandiosidade do país.

Desta forma, as pessoas ligadas ou com capacidade para a administração pública deveriam ter em mente o poder político que representa o Estado, através dele é que as formulações políticas seriam possíveis. Somente através do Estado se poderia ter condições para atuar na política, ou seja, agir politicamente. Ter força política seria ter controle sobre algum setor estatal. O Estado atuaria como um aglutinador de forças em potencial.

Além desses pontos, o Estado também atuaria no campo simbólico, pois representaria um poder organizador e de certa forma regulador da sociedade, sua força deveria atingir toda

¹³¹ Idem p. 20.

a população. A sociedade como um todo deveria vislumbrar no Estado uma Instituição a ser respeitada e preservada de qualquer tipo de ataque, deveria haver uma lealdade incondicional para com o Estado e toda a sua representatividade.

O Estado assumiria características de uma entidade maior o que faz com que a sociedade devesse compreendê-lo segundo dois pontos distintos: em um primeiro momento se deveria encará-lo como um órgão que promoveria a segurança e todo tipo de desenvolvimento, um aparato regulamentador da sociedade, praticamente tudo viria do poder e atuação do Estado, seria o princípio constitutivo da sociedade; e em uma segunda instância por tudo o que representa o Estado, a sua manutenção e obediência seriam prerrogativas para qualquer cidadão, o que significa que a maioria dos trâmites sociais viria dele, além de se ter que procurar elevar o poder deste Estado a qualquer custo e independente do esforço necessário, deveria haver uma completa doação por parte destes cidadãos para com este símbolo maior. O que se propunha então era, praticamente, uma “religião do Estado”, não desafiar e sempre lutar para o crescimento deste órgão que se confundiria e representaria a própria materialização da Pátria segundo o pensamento da ADESG.

Sendo assim, o Estado seria o principal agente político e também um dos principais instrumentos de segurança e desenvolvimento, deveria ser garantido e estar sempre presente na vida da sociedade, respeitar o Estado e seus órgãos de certa forma representaria o respeito à Pátria. Segundo os textos da ADESG:

Daí inferimos que os cidadãos obedecem ao Estado por que uma milenária experiência lhes ensinou como só no Estado e por meio do Estado se torna possível conseguir a proteção de seus interesses e a garantia de seu progresso (...) Garantir a sobrevivência do Estado e dos valores permanentes da sociedade são condições de Segurança. Opor-se aos detratores daquelas condições é uma ação de defesa.¹³²

¹³² Ciclo de conferências ADESG. Segurança Interna. 1970. p. 13.

O papel a ser desempenhado por esse gestor seria o de justamente conhecer o poder de atuação do Estado e de proceder corretamente no uso desse poder, sempre tendo em vista a realização dos objetivos para a região e o ideal máximo da Doutrina de Segurança Nacional que seria alcançar o bem comum. Porém, para a realização dessas metas, não se tratava apenas de usar o poder político e a influência do Estado de maneira subjetiva ou segundo os desígnios do estadista, métodos corretos deveriam ser seguidos para que tais objetivos fossem realizados e o poder estatal também crescesse, enfim, havia uma metodologia para a realização e a formação de um modo de fazer política, de proceder-se com o poder político.

Para a realização dos mais variados objetivos deveria organizar uma verdadeira formulação estratégica, analisar cuidadosamente todos os passos a serem seguidos de modo que não houvesse imprevistos ou sobressaltos no decorrer do processo de execução da estratégia adotada. O conceito de Estratégia Nacional formulado que se encontra na DSN e que foi repassado para a ADESG, parte do modo como os militares encaravam a estratégia, ou seja, de forma beligerante. Pensava-se na estratégia como em uma guerra, ou seja, determinados movimentos e ações específicas para que se conseguisse uma evolução e que estivesse mais próximo de uma vitória sobre o inimigo.

Todos os movimentos eram calculados de modo a se manter o máximo de segurança possível na operação da mesma maneira que se vislumbrava um avanço rumo a um posicionamento melhor. A estratégia seria um conceito básico para qualquer tipo de organização militar e também estaria presente em qualquer tipo de planejamento ligado às Forças armadas. Nada se poderia alcançar sem que se realizasse um estudo e uma formulação concreta da estratégia a ser adotada.

Tal como o conceito de segurança, o de estratégia também sofreria uma mudança, ou melhor, por uma ampliação, que também seria aplicado para as questões de política. Nesta formulação política em que a segurança deveria ser o primeiro ponto em qualquer tipo de

formulação, a estratégia surge com uma nova proposta. Não se tratava mais apenas daquele conceito militar ligado a ações bélicas, as elites deveriam aplicar a estratégia e a metodologia por ela imposta nos mais variados campos de atuação em que se estivessem envolvidos o cumprimento de objetivos e interesses gerais da sociedade. Além disto, passaria a interpretar certas áreas de interesse como áreas estratégicas, ou seja, como essenciais tanto para a Segurança como para o Desenvolvimento. Destacam-se neste sentido: a educação, a saúde e a comunicação. Com isso, um dos principais pontos em que a estratégia seria utilizada seria, justamente, na esfera política, que atuaria como uma esfera organizadora das mais variadas frentes. Sendo assim:

Surgiu, se assim podemos dizer, uma nova compreensão de estratégia nacional, mais ampla, mais abrangente, que passou a abrigar aquela de natureza militar, de menor envergadura, situada em nível inferior.¹³³

Dentro de um planejamento estatal, como conduzir as mais variadas esferas de atuação política, propôs-se, então, que todo tipo de ação que seria executada pelo Estado deveria partir de uma formulação estratégica clara, pleno controle sobre todos os passos. Uma organização forte e concisa era esperada e pregada pelos textos vinculados a ADESG. O estadista deveria saber como utilizar o poder político segundo os conceitos da Estratégia Nacional, de atuar de forma mais organizada e percebendo quais as áreas estratégicas que mais necessitariam de cuidado e de atenção. Deveria ter um plano geral de atuação em que a estratégia ocuparia um importante papel. O pensamento estratégico faria parte de um processo maior para um gerenciamento mais eficiente: “Mas o político, o dirigente do Estado, passa, também, a exercitar uma estratégia para atingir os fins que a política do estado considera necessário alcançar.”¹³⁴

¹³³ Ciclo de Conferências ADESG. Estratégia Nacional. 1970. p. 11.

¹³⁴ Idem p. 11.

Ao analisar a questão da estratégia e a função que esta estratégia desempenha para a formulação de políticas governamentais, um outro ponto toma vulto e mostra-se preponderante para uma maior compreensão do papel que deveria ser cumprido pela elite política. Ao construir e arquitetar uma estratégia para alcançar alguma meta, na verdade, está projetando um mecanismo para enfrentar algum tipo de problema. O Desenvolvimento estaria extremamente vinculado, não, necessariamente, com questões de um avanço técnico e material para a sociedade, mas com a superação de obstáculos, com a resolução de problemas que poderiam ser considerados como entraves para a sociedade, em outras palavras, o desenvolvimento estaria ligado a tudo aquilo que fortalecesse o Estado e o Poder Nacional, conseqüentemente implementando a Segurança Nacional. O Desenvolvimento deveria superar os problemas já existentes e antever possíveis focos de instabilidade de modo a combatê-los antes mesmo que eles viessem a surgir.

Novamente a concepção que se mostra preponderante seria a visão militar sobre o modo como tratar a sociedade e seus problemas. A Segurança, a manutenção da ordem e o estabelecimento de um estado ideal das coisas era o que deveria ser implantado e o que deveria ser compreendido por todos aqueles que fossem considerados aptos a exercerem qualquer cargo de direção, principalmente, se esse cargo pertencer à esfera pública. A formulação de alguma estratégia política ou de algum tipo de projeto, enfim, todo e qualquer tipo de ação feita pelo gestor deveria ter a Segurança como um fim último. A principal preocupação das elites deveria ser com a Segurança:

A acuidade do estadista, aliada a eficiência do sistema de informações de que se valer, dir-lhe-á onde auscultar, onde vislumbrar, ou onde apontar fatores adversos que sejam suficientemente valiosos na concepção de uma estratégia, por serem capazes de interferir no processo de desenvolvimento, de modo a afetar a segurança, direta ou indiretamente.¹³⁵

¹³⁵ Idem p. 18.

O que percebia-se, portanto, era que muitos dos conceitos militares e a preocupação em primeiro plano com a Segurança eram adotados e aplicados nessa metodologia: como a política deveria ser conduzida. O estadista, ou melhor, a elite política deveria ter isto em mente: seria atribuída uma função de coordenação, o gestor com habilidade para transformar a capacidade em ação prática, na própria definição da DSN, transformaria Potencial Nacional em Poder Nacional.

Mas, para o cumprimento de tal papel, não somente seriam propostas metas, objetivos e uma estratégia específica para ter êxito em sua empreita, deveria se efetivar o controle sobre os aparatos necessários para o bom funcionamento das políticas estatais. Sendo assim, um dos pontos fundamentais para uma organização e formulação de qualquer tipo de política seria o embasamento em um sólido sistema de informações.

As informações também atuariam em dois sentidos mais amplos: um a serviço da Defesa Nacional, que estaria diretamente relacionada em analisar e prever qualquer tipo de risco para a sociedade e para a manutenção da ordem, e em caso de uma situação beligerante em proporcionar informações para que pudesse superar o inimigo em questão; o outro ponto estaria relacionado à formulação de uma Estratégia de Desenvolvimento, de condução e avaliação da situação política e do potencial de crescimento para a região determinada, ou seja, estaria ligada a sua funcionalidade política.

As informações e todo o aparato ligado a elas, verdadeira estrutura de obtenção de tais informações, estaria ligada a alguns pontos caros para o pensamento militar: a eficiência e racionalidade. Não se poderia formular ou adotar qualquer tipo de ação política sem que tivesse realizado uma verdadeira devassa de modo a comprovar a efetividade que aquelas determinadas medidas iriam resultar. A eficiência de qualquer tipo de projeto deveria ser posta à prova, além, é claro, da necessidade daquele tipo de ação. Somente projetos que fossem realmente necessários tinham que sair do papel e tornarem-se realidade. Todo projeto e ação política deveria ter como foco principal o aumento do Potencial Nacional. Da mesma forma os mais variados objetivos deveriam ser alcançados com o menor dispêndio de forças

possível. O desperdício e as ações mal planejadas não mais poderiam fazer parte das administrações públicas. Sendo assim, a racionalidade na formulação e execução das ações políticas seria essencial para um bom desempenho e exequibilidade dos projetos. Com isso, “o que importa assinalar, contudo, é o enorme significado, em termos de economia e eficiência, da seleção dos conhecimentos à luz dos critérios ditados pelas reais necessidades da ação.”¹³⁶

O grande papel do gerenciador neste caso, seria o de ter pleno conhecimento das informações sobre determinado assunto e saber aplicá-las da melhor maneira possível. Novamente se destaca o valor do conhecimento técnico e da capacidade de discernimento. Agir sobre bases puramente racionais, diminuindo a margem de erro e de insucesso, ter em mente quase que parâmetros das ciências exatas, ou seja, saber equacionar os mais variados fatores para que se pudesse chegar ao resultado esperado. Não se aceitaria improvisações ou ações que não fossem amparadas por um bom sistema de informações, o gestor deveria ter um bom controle sobre todo o sistema. Segundo os textos adesguianos:

A chefia – e nesse aspecto não há uma diferença entre uma empresa e o Estado, nem entre os mais diversos níveis de liderança – o que importa, na hora da decisão, é a certeza de que as opções que se oferecem, embora não anulem o caso, são o resultado de informações e não de improvisações.¹³⁷

As informações, portanto, atuariam como o alicerce, a base para que qualquer decisão fosse tomada. Nada poderia ser feito sem que algum determinado trabalho de coleta e análise de informações fosse realizado. Deveria buscar uma maior racionalidade para a condução do aparato estatal nas suas mais variadas gradações. O administrador, a elite que estivesse na condução do Estado, em momento algum, poderia desfazer-se das informações e tudo que elas representariam para o gerenciamento público. Antever, prever, agir, elaborar, todos estes

¹³⁶ Ciclo de Conferências ADESG. As informações e a Segurança Nacional. 1970. p. 11.

¹³⁷ Idem p. 19.

termos estariam ligados ao sistema de informações. Novamente um conceito militar adentra a arena política, a necessidade de informações era algo pregado e disseminado como essencial segundo a metodologia para uma boa administração pública:

Uma Estratégia de Segurança, ou uma Estratégia de Desenvolvimento, ou uma Estratégia Nacional, viáveis, ou em suma, a aplicação do Poder Nacional para a consecução dos Objetivos Nacionais, tudo isso depende – e, tudo indica, dependerá cada vez mais – de uma prudente e incansável utilização desse recurso nacional que são as Informações.¹³⁸

O conjunto de informações era necessário para que as formulações políticas fossem elaboradas sem maiores problemas ou sobressaltos. Da mesma maneira teria que saber quais os meios passíveis de utilização para a execução dos projetos políticos, ou seja, deveria saber o potencial regional para a realização dos objetivos impostos. Sendo assim, entram em cena dois conceitos tipicamente militares, mas que em determinados momentos aplicam-se à política: a logística e a mobilização.

A logística seria a noção exata dos meios a que se tem acesso para suprir as exigências de projetos nas mais variadas áreas de atuação, trata-se de um empreendimento que visa a equacionar os recursos que se encontram disponíveis para o uso. A sua finalidade não acaba na questão de provisão, mas também na de previsão, uma vez que, segundo a ADESG, deveria ter-se em mente que tipo de riscos uma determinada conjuntura correria e a quantidade de recursos utilizáveis para conter esses possíveis riscos. Novamente se percebe a extrema influência que a questão da Segurança passou a desempenhar nas formulações políticas. Da mesma maneira a logística também trata da obtenção, distribuição e o controle desses meios, atuaria quase como em uma situação de guerra: “De caráter militar, trata de

¹³⁸ Idem p.21.

colocar a disposição das organizações e das operações militares o que for requerido para as ações impostas pela Segurança, a cargo da expressão militar.”¹³⁹

Aplicado para as questões administrativas tratava-se especificamente da capacidade operacional da organização política em questão, ou seja, até onde se poderia ir, dentro de uma estratégia pré-estabelecida, com um determinado projeto político, teria ou não as condições e os necessários meios para as ações que se planejava. Como o político, ou a elite política, nesta situação toma contornos cada vez mais nítidos de um técnico da política, de um gestor, a questão da logística mostra-se importante para construir com exatidão o que se tem e o que se pretende, sem, no entanto, tomar medidas precipitadas ou mal calculadas.

Da mesma forma que a logística teria como papel principal a provisão e previsão, a mobilização trata-se especificamente de tornar disponível e utilizável o potencial a que se tem respeito. A mobilização também procura tornar disponível tal potencial da maneira mais rápida possível, ou seja, procura elaborar mecanismos que tornem mais dinâmicos os processos para que tais recursos cheguem às mãos dos principais interessados. Trata-se de um conceito que prega a organização e a arregimentação de recursos da melhor e mais célere maneira possível. Tal conceito seria aplicado à política de maneira quase que idêntica a sua versão militar, apenas respeitando os diferentes recursos com que estaria tratando:

No que tange a expressão política, a Mobilização processa-se com o objetivo de assegurar os recursos de que a nação precisa para fazer a integração dos poderes governamentais, colocando-os em condições de satisfazer às exigências impostas por situações que comprometam ou possam comprometer a Segurança Nacional.¹⁴⁰

Para ser considerado um bom nome para ocupar um determinado cargo político, segundo o que se era repassado para a ADESG, a pessoa em questão não teria que ter características diplomáticas ou conciliadoras, o Estado não deveria perder tempo com

¹³⁹ Ciclo de Conferências ADESG. Logística e Mobilização Nacional. 1970 p. 18.

¹⁴⁰ Idem p. 29.

discussões e antagonismos internos, teria que ser um bom gestor, um grande administrador. A questão política estaria circunscrita a possibilidades técnicas, teria que organizar a política segundo pressupostos técnicos e racionais, o planejamento e antevisão estariam presentes a todo momento.

Desta forma, agir politicamente não se tratava de dialogar, dar ouvidos a diferentes vozes e interpretes dos problemas políticos e do que deveria ser feito; a metodologia de ação política já estava exposta, não se tratava de pauta para discussão, e sim para execução. Um bom gestor seria aquele que buscasse eficiência, que realizasse os “desígnios da Pátria” com retidão, o agir politicamente poderia ser considerado como uma técnica para identificação, análise, elaboração, execução e superação de problemas tidos como entrave para o crescimento do Poder Nacional. O gestor deveria estar pronto para agir de forma prática e sem questionamento, transportando para a terminologia militar, seria uma missão a ser cumprida.

Praticamente, realizaria uma organização política e estatal segundo o potencial que o país ou a região encontrava-se, que meios que ele dispunha para a utilização deste potencial e como atingir um potencial maior em um segundo momento. Neste entremeio, colocam-se as questões de objetivos, estratégias, informações, mobilização, logística e todo o aparato técnico que o gestor em questão deveria levar em consideração para a atuação política. Logo, a formulação de uma elite que deveria saber como agir politicamente, seria a doutrinação de uma elite técnica e que soubesse utilizar a metodologia apresentada para a condução da ação política. Pretendia-se a formação de gestores qualificados.

Porém, como pano de fundo, que estaria além da questão conjuntural e já se apresentaria como algo estrutural para a formulação não só política, mas de todo e qualquer tipo de atuação seria a Segurança Nacional, a manutenção da ordem. Nunca se deve perder de vista que a principal missão do Exército seria justamente o de manter a sociedade dentro de um conjunto de éticas, valores, normas, enfim, de um sistema que fosse considerados por eles

como correto; tal sistematização de como a sociedade deveria se portar pode ser considerado como ordem, estado ideal das coisas. Sendo assim, o gestor também teria que ter em mente do que se trata o conceito de ordem e trabalhar ao máximo para a sua manutenção. A sociedade civil deveria obedecer e manter esta ordem sem questionamento, seria o desejável; o gestor teria justamente que perceber qualquer possibilidade de instabilidade e anular o mais rápido possível.

Ao discutir a doutrinação de uma nova elite e de uma metodologia de trabalho para ser aplicado por ela, estaria discutindo-se de que meio uma nova elite poderia ajudar e qual a metodologia ideal para que ela fosse efetiva para a Segurança Nacional. A Segurança teria que ser o principal objetivo de qualquer elite política, teria que ser a sua preocupação primordial. Uma sociedade que fosse considerada segura, sem maiores possibilidades de antagonismos com maior potencial que o Estado, seria uma sociedade, praticamente, ideal.

Teria que se formar gestores que soubessem como proceder com a política segundo a Segurança Nacional, em outras palavras, como atuar politicamente em tempos de Segurança Nacional:

Um Bom planejamento, complementado por correta execução de medidas compreendidas no quadro da Segurança Interna, apoiado em uma estrutura funcional e convenientemente organizada, poderá constituir em fator de primeiro plano para superar aquelas crises políticas, econômicas e sociais e abrir caminho para o Desenvolvimento.¹⁴¹

O FARDO DA PÁTRIA: ELITE CIVIL E A COMPREENSÃO DAS ASPIRAÇÕES NACIONAIS

O modo como se deveria conduzir a política era uma aplicação de um modelo no que prevaleceria a visão tecnocrata. As elites teriam que ter uma capacidade organizacional e operacional de modo que pudessem conduzir qualquer administração e superar todos os

¹⁴¹ Ciclo de Conferências ADESG. Segurança Interna. 1970. p. 13.

problemas que possam estar contidos nessas administrações. Da mesma forma, tal metodologia impunha uma maneira específica para alcançar os objetivos já traçados ou as necessidades mais latentes da sociedade.

Nesse ponto cabe analisar o que seria a concepção de sociedade civil para os militares, como era encarado a questão da sociedade e em que moldes ela deveria ser tratada, ou melhor, como através da Doutrina de Segurança Nacional deveria se tratar a sociedade e seus anseios, o modo como deveria ser analisado os modelos para o Desenvolvimento e Segurança desta sociedade.

Todo o pensamento desenvolvido pela DSN tratou a sociedade civil como alienada com relação aos verdadeiros desígnios da Pátria e as suas mais fortes aspirações. A população, em geral, não estava capacitada para perceber os rumos e caminhos a serem trilhados. Além de alienada, havia um verdadeiro receio sobre o desempenho desta população em um momento de beligerância ou em que a ordem nacional estivesse posta em perigo. Desta forma a sociedade civil também passou a ser encarada como um problema de Segurança Nacional. Enfim, a sociedade civil deveria ser orientada e instruída sobre o seu verdadeiro papel para o crescimento e desenvolvimento da Pátria, por não estar capacitada para desempenhar o seu papel social. Os textos da ADESG deixam claro este posicionamento:

Pode acontecer, às vezes, que a nação ainda se tenha apercebido da conveniência e importância de certos interesses, a fim de transformá-los em suas próprias aspirações há mister, então, de um processo pedagógico, para que a comunidade nacional aceite tais interesses e compreenda a necessidade do seus atendimento.¹⁴²

A sociedade civil deveria ser preparada para que pudesse aceitar e compreender quais seriam as suas principais aspirações, não se tratava de um aspecto tão simples, a mentalidade

¹⁴² Ciclo de Conferências ADESG. Política Nacional. 1970. p. 16.

popular poderia estar confusa, principalmente, se estivesse “contaminada”¹⁴³ com algum tipo de estrangeirismo. Compreender as próprias aspirações não seria fácil, aliás, um bom tempo e uma preparação específica deveriam ser indispensáveis para se chegar a tal estado ideal de compreensão.

Da mesma maneira, tal treinamento teria que fincar as suas bases em questões muito mais ligadas ao civismo e a moral do que qualquer outro tipo de formação. A política, nessas situações, passa a ser tratada como um sentimento cívico que deveria estar contido e emanar de toda a população. A população deveria desenvolver uma forma de inserção social tal como a interpretação militar de se fazer parte de algo maior e mais digno, em alguns momentos faltava o sentimento de Pátria e um maior nacionalismo:

Como suporte para o desenvolvimento, a política social precisa, sem demora, dirigir suas linhas de ação para o campo das Ciências Morais, pois nação desenvolvida passa a ser aquela cujos filhos possuam uma consciência ética capaz de fazê-los servir, a medida em que se tornem tecnicamente esclarecidos e seguros, inspirados naquela empatia a que nos referimos há pouco.¹⁴⁴

A sociedade civil poderia ser considerada como infantil, praticamente sem condições de discernimento do que seria bom ou ruim, ela não teria capacidade de interpretação e, portanto, de reconhecer o que seria as verdadeiras Aspirações Nacionais, logo não teria capacidade, muito menos legitimidade em qualquer reivindicação e deveria ser conduzida no processo político de organização da sociedade. Entretanto, por menor que seja o seu efeito nas decisões políticas e desprezível enquanto fator político, a sociedade civil se apresenta como um fator de preocupação por parte da Segurança Nacional. A sociedade civil em um primeiro momento deveria ser doutrinada no sentido de se criar um sentimento patriótico genuíno e forte. Se não compreendesse quais os melhores rumos para a Pátria, que pelo menos soubesse

¹⁴³ Neste ponto vários foram os trabalhos a abordar esta questão, principalmente por estar intimamente ligada a possibilidade de alguma infiltração comunista ou pensamentos que pudessem prejudicar a manutenção da ordem na sociedade. Tal como explicitado no capítulo II.

¹⁴⁴ Ciclo de Conferências ADESG. Política Social. 1970. p. 19.

que havia pessoas capacitadas para isto e que, então, aceitasse as medidas governamentais sem restrições ou questionamentos. Da mesma maneira, uma população concatenada e conivente com o projeto político que deveria ser implantado representaria ganhos e um significativo aumento no Poder Nacional. Além disto, ao se lembrar que o principal “inimigo da civilização ocidental” seria a infiltração das idéias comunistas em populações desavisadas e susceptíveis a este tipo de perigo, a sociedade civil passaria a representar um problema em potencial, fazendo com que fosse constantemente vigiada. Havia um verdadeiro sentimento de paranóia para com a população civil e a possibilidade de qualquer movimento comunista que pudesse obter êxito. A sociedade civil seria um campo de atuação em que muito trabalho deveria ser feito e muito cuidado deveria ser tomado.

Esta concepção sobre a sociedade civil vem do próprio fato de se considerar as elites despreparadas. Em uma sociedade em que as próprias elites não eram consideradas aptas para o exercício do poder, pode-se imaginar a população que estaria representada por elas. A sociedade civil como um todo não era ideal para possuir o poder político. Porém, as elites que fossem consideradas com capacidade para absorver e desenvolver o conhecimento necessário para assumirem cargos públicos seria uma fração da população viável de se treinar e doutrinar. Dessa maneira, em um primeiro momento, as ações deveriam ser orientadas para as elites, de modo a instruí-las de modo adequado e, posteriormente, trabalhar com a população como um todo. A mudança e a implantação de uma nova visão não poderiam ser realizadas como um todo, mas sim, paulatinamente.

Sendo assim, uma das principais habilidades que as Elites deveriam desenvolver para que fossem consideradas mais completas seria a interpretação das Aspirações Nacionais. Segundo os cursos de doutrinação, as elites teriam que ter a capacidade para perceber e tornar realidade as necessidades mais urgentes do país, pois o crescimento nacional significaria o crescimento de todos. As Aspirações Nacionais seriam o ponto em que surgiriam as bases

para a construção dos mais variados Objetivos Nacionais, permanentes ou não. A capacidade de interpretação das Aspirações Nacionais seria essencial para se tornar um bom governante:

De acordo com o espírito e orientação da Escola Superior de Guerra (ESG) defini-se política como ciência e a arte de interpretar os interesses e aspirações da comunidade; definir em consequência os objetivos desta, promover a conquista e a manutenção desses objetivos.¹⁴⁵

O próprio termo interpretar não corresponde à acepção exata da palavra, as elites, efetivamente, não teriam que interpretar as Aspirações Nacionais. Na verdade, seria como se tais aspirações já existissem e que as elites somente tivessem que aprender a identificá-las e logo após torná-las realidade. A concepção seria puramente instrumental, as elites, realmente, seriam gestores, tecnicamente preparadas: identificar as aspirações e saber a metodologia correta de elaboração e aplicação de um projeto em prol delas. Em outras palavras, definir quais seriam as Aspirações Nacionais corresponderia de certa forma com o modo de pensar autoritário dos militares. Havia uma imposição para o bem, para aqueles que não soubessem interpretar qual a melhor trilha para alcançar o desenvolvimento da sociedade.

Mas o que seria interpretar as Aspirações Nacionais, que tipo de ação ou projeto esperaria segundo este tipo de interpretação? As elites se tornariam aptas a que tipo de compreensão, segundo qual embasamento ou modelo de sociedade que tais aspirações responderiam?

Ao concluir que as elites também eram consideradas incompetentes, logo não poderiam surgir dessa categoria social a resolução e a interpretação correta acerca das necessidades da sociedade. As elites estavam sendo reorientadas justamente no sentido de se capacitarem para essa nova empreita. Ora, a concepção de que tanto a população quanto as elites não se encontravam prontas para conduzir a sociedade civil vinha dos militares, e neste

¹⁴⁵ SANTOS, Ruy Escorel Ferreira; MELCHIOR, Enzo; MARTINS, Antônio *et al.* Monografias ADESG. *Seleção e formação das elites políticas dirigentes a nível municipal*. Ribeirão Preto. 1973.p 03.

caso, em específico da Doutrina de Segurança Nacional, portanto, é nela que se deve encontrar o embasamento para a compreensão do que seriam as Aspirações Nacionais.

O principal objetivo por parte da DSN e de toda a produção ligada a ela seria alcançar o bem comum. Todas as medidas de Desenvolvimento e Segurança visavam ao bem comum da sociedade, ou melhor dizendo, da Pátria. O papel das autoridades políticas nas suas mais variadas gradações e posicionamentos dentro do aparato administrativo seria o de justamente perseguir o bem comum como um fim último, não se poderia nunca desviar deste caminho, segundo texto da ADESG sobre o papel de um dirigente político: “A política social é uma forma operativa que dirige, suplementa e corrige as atividades dos membros de uma sociedade humana, enquanto dão a autoridade responsável o consentimento para a obtenção do bem comum.”¹⁴⁶

Mas a definição do que seria o termo bem comum mostra-se um tanto quanto ampla e de certa forma difícil de precisar. Efetivamente, não se encontra de forma prática o que seria o bem comum, o termo fica um tanto quanto solto, descolado da realidade, de pouca aplicabilidade. Transformar-se-ia em uma questão muito subjetiva, de interpretação variável. Sendo assim, deve-se reportar para o ponto crucial da teoria da DSN, ou seja, a questão da Segurança. Só se consegue imaginar o que seria o bem comum ao trabalhar o conceito de segurança, alcançar o bem comum poderia ser interpretado como atingir uma sociedade em que reinasse os preceitos da Segurança Nacional. As elites civis teriam que buscar ao máximo a obtenção de um estágio de segurança maior possível. Esse seria o grande papel das elites.

Sendo assim, o principal foco para a interpretação das Aspirações Nacionais não dizia respeito a algum tipo de desenvolvimento econômico específico ou a algum projeto mais amplo no campo civil, e sim a manutenção da ordem e a instalação da *Sociedade de Segurança Nacional*, ou seja, o Estado, o governo e a sociedade civil, cada qual com o seu

¹⁴⁶ Ciclo de Conferências ADESG. Política Social. 1970. p 15.

papel, deveriam construir uma sociedade voltada para os problemas da Segurança Nacional e na possibilidade de superá-los. Seria como se ter um parâmetro geral, uma concepção ideal a ser seguida. Apesar de seus conceitos confusos e muitas das vezes de difícil aplicação, a DSN propunha uma verdadeira regulamentação, com base nisto gerando uma visão de sociedade.

Ao analisar esse ponto de vista, as elites não deveriam se preocupar com a população ou tudo o que representasse a sociedade civil, e, sim, com a manutenção e preservação da Pátria e de tudo aquilo que fosse representativo dela. Manter os costumes e as tradições, além de aumentar o poder da Pátria seria o grande objetivo, tudo através da aplicação da Segurança Nacional. Segundo as monografias da ADESG: “esta consciência e somente ela, lhe daria a verdadeira medida de seu papel histórico, que, desvirtuado na prática, precisa e deve ser restaurado, a fim de permitir à nossa Pátria a conquista de seus mais altos destinos.”¹⁴⁷

Governar, administrar, estar a frente de qualquer cargo público, portanto, seria defender os interesses da Pátria, seria a sua missão no seu engrandecimento, e de forma alguma a elite em questão poderia falhar, daí um outro importante motivo para ela ter que passar por algum tipo de treinamento, para que se mostrasse a responsabilidade que se carregava ao ocupar determinados cargos. As elites deveriam compreender o seu papel à frente dos cargos públicos e a importância de cumpri-lo da melhor maneira possível, ainda segundo as monografias: “essa recomposição de forças, depende da elevação do nível moral, é a condição mesma de salvarmos da alternativa funesta contida no dilema formulado por Euclides da Cunha: ou progredimos ou pereceremos.”¹⁴⁸

Um dos principais motivos de diferenciação do pensamento dos militares para com a mentalidade civil, principalmente com relação aos governantes civis, seria a responsabilidade para com a Pátria. Os militares teriam um apreço especial com a Pátria, para tanto que se

¹⁴⁷ ANTONANGELO, Clodoaldo; DULTRA, Carlos Antônio; MARIANO, Enio *et al.* Monografias ADESG. *Municípios e administrações municipais – contribuição tributária dos municípios que compõem a região: para o Estado e União – Retornos – Aspectos das administrações municipais: programas, planejamentos e problemas típicos*. Araraquara. 1974. p. 08.

¹⁴⁸ Idem p. 09.

advogavam os seus únicos defensores dentro da sociedade, com estas novas resoluções, e a inserção da questão da segurança em todas as alçadas, todos deveriam cumprir o seu papel para a manutenção e engrandecimento da Pátria. Não se tratava mais de um assunto puramente militar, a preocupação com os rumos do desenvolvimento da Pátria teria que estar presente no pensamento de todos, principalmente nos da elite civil, pois devido aos cargos que desempenharia na sociedade, maiores seriam as responsabilidades para com todos.

Neste momento, percebe-se que a campanha pelo Brasil Grande ou Brasil Potência e a necessidade de se atingir este estágio não se tratava de apenas um apelo de *marketing*, mas realmente uma aspiração militar, efetivamente, acreditava-se em um futuro grandioso da Pátria e que muito trabalho deveria ser feito para que se atingisse este estágio. O Brasil deveria se tornar uma potência mundial, pelo menos esse era um pensamento recorrente dos militares, e que também estava presente nas formulações da ESG, o projeto do Brasil Potência estava vivo na concepção militar de sociedade.

O grande parâmetro de comparação de crescimento e desenvolvimento seria justamente dos países considerados como potências mundiais, o que justifica a grande participação e influência dos trabalhos de Golbery do Couto e Silva, que aplica de forma direta estudos geopolíticos como um componente de análise do potencial nacional e, conseqüentemente, que papel seria desempenhado pelo Brasil em um dado contexto mundial e o que deveria ser feito para que esse papel mudasse e a influência brasileira em questões internacionais também tornasse maior e mais efetiva. Em outros termos, buscava-se analisar uma maneira de tornar o Brasil uma potência internacional, que fosse reconhecida mundialmente e que tivesse um peso real nas decisões e na política internacional. O Brasil Potência seria ser grande frente aos grandes, estar em pé de igualdade com qualquer nação em momentos de negociações e formulações de políticas das mais variadas possíveis, ter a tão sonhada independência e autonomia.

Entretanto, para que se pudesse fazer grande em termos internacionais, primeiramente, teria que se alterar e desenvolver a realidade interna do Brasil, o que demandaria um esforço conjunto de todos os setores da população e oposições não seriam bem vindas. Mas ao analisar que a sociedade não se encontrava preparada para tal empreita, segundo o pensamento da ESG, nada mais justo do que buscar preparar essa população, e os primeiros a receberem essa preparação para compreenderem melhor os rumos que a Pátria deveria tomar, seriam as elites políticas, pois o seu posicionamento e força política na sociedade já faziam com que tivesse um papel de maior destaque e conseqüentemente um encargo maior.

O que se pretendia, então, era formar uma elite civil dirigente que estivesse em sintonia com o pensamento militar, ou seja, reconhecer na Pátria um bem maior a que todos estariam submetidos e ter a exaustiva preocupação em sua defesa. Desta forma, estaria dividindo o peso que era somente dos militares. O cuidado com a Pátria deveria ser uma missão para todos. Compreender as Aspirações Nacionais seria ter em mente o que a Pátria (Estado brasileiro) necessitava para que se mantivesse em segurança e tendo um poder cada vez maior. Em resumo, as elites civis dirigentes deveriam compartilhar os pensamentos militares mesmo aqueles pouco ligados à realidade, tal como o bem comum ou o projeto de Brasil Potência, deveriam adotar como missão primordial o engrandecimento da Pátria e, conseqüentemente, reconhecer o papel que deveriam cumprir nesta empreita:

elite política dirigente é constituída por um grupo de cidadãos vocacionados para a liderança com alguns padrões de formação, que concentra as suas energias na busca do bem comum, através de uma ação política, dentro dos princípios da legalidade.¹⁴⁹

¹⁴⁹ SANTOS, Ruy Escorel Ferreira; MELCHIOR, Enzo; MARTINS, Antônio *et al.* Monografias ADESG. *Seleção e formação das elites políticas dirigentes a nível municipal*. Ribeirão Preto. 1973.p 03.

OS ELEITOS, MAS NÃO PELO POVO: O PERFIL DOS PARTICIPANTES DOS CURSOS DA ADESG.

As elites civis teriam que possuir duas características básicas: a de gestor, capaz de utilizar os meios de atuação estatal de forma correta e segundo um bom planejamento; e também soubesse o valor que a Pátria significaria, portanto, soubessem interpretar o que seria melhor para o desenvolvimento da mesma. Mas, em momento algum, procurou-se demonstrar quais as características que tais pessoas deveriam possuir para serem consideradas aptas para tal tipo de função. Deve-se delinear qual o perfil considerado interessante pela ADESG, que tipos de pessoas deveriam fazer parte de seu quadro. Vale lembrar que a grande maioria daqueles que cursaram a ADESG eram convidados, caracterizando um sistema fechado, logo havia uma grande capacidade de intervenção e de escolha sobre quem deveria participar ou não. Mesmo aqueles que não eram convidados seriam avaliados para constatar se apresentavam o perfil desejado. Sendo assim, a análise que se segue procura delinear quem seriam os “eleitos” pela ADESG.

O primeiro ponto a ser analisado, e era muito caro para a ADESG, relaciona-se com a questão da educação, ou seja, o nível de escolaridade que os seus participantes deveriam ter. O grau de escolaridade do estagiário seria praticamente um dos primeiros pontos a serem analisados pela ADESG.

Para uma análise mais completa e também abrangendo a questão de uma possível circulação de elites, alguns pontos serão analisados não só segundo os estagiários da ADESG, mas também em comparação com os dados relativos à política e de quem participava desta elite em Ribeirão Preto. Sendo assim, este primeiro gráfico trata-se dos vereadores eleitos em Ribeirão Preto e o grau de escolaridade. Percebe-se que maior parte dos vereadores eleitos eram graduados em algum curso superior, embora representassem 46,9% de todos os eleitos, o que demonstra o volume daqueles que haviam cursado apenas o secundário e o primário não

poderia ser desprezado. Segundo pesquisa da própria ADESG, tal fato também continuaria nas eleições até a década de setenta do século passado¹⁵⁰. Porém, ainda persistindo um bom percentual de pessoas que não havia cursado alguma instituição de ensino superior.

Quadro 1

Vereadores eleitos por períodos e por nível de escolaridade (Condensada).¹⁵¹

Período	Primário	Secundário	Técnico	Superior	Total
1910-1928	20	12	0	38	70
	28,6 %	17,1%	0,0%	54,3%	40,0%
1910-1916	16	5	0	9	30
	53,3%	16,7%	0,0%	20,0%	17,1%
1919-1928	4	7	0	29	40
	10,0%	17,5%	0,0%	72,5%	22,9%
1936	3	0	1	9	13
	23,1%	0,0%	7,7%	69,2%	7,4%
1947-1959	31	19	7	35	92
	33,7%	20,7%	7,6%	38,0%	52,6%
Total	54	31	8	82	175
	30,9%	17,7%	4,6%	46,9%	100,0%

Praticamente, todos os estagiários da ADESG possuíam terceiro grau completo, o que implicaria o fato de ter cursado uma universidade seria como uma variante imprescindível para fazer parte da ADESG. O perfil ideal para que se pudesse ser considerado apto para exercer qualquer tipo de atividade administrativa em órgãos públicos seria daqueles com um mais alto nível de escolaridade possível. Mesmo as pessoas que exercessem funções diferentes daquelas para quais eram formadas seriam preferidas às outras. Realmente, um maior nível de escolaridade era exigido.

¹⁵⁰ SANTOS, Ruy Escorel Ferreira; MELCHIOR, Enzo; MARTINS, Antônio *et al.* Monografias ADESG. *Seleção e formação das elites políticas dirigentes a nível municipal*. Ribeirão Preto. 1973.

¹⁵¹ Dados retirados da obra: WALKER, Thomas. *Dos coronéis a metrópole: fios e tramas da sociedade e da política em Ribeirão Preto no século XX*. Ribeirão Preto: Palavra Mágica. 2000. p 128.

Quadro 2

Escolaridade do estagiário da ADESG

		Frequência	Percentual
Válidos	2º grau completo	5	3,0
	Superior	161	96,4
	Total	166	99,4
NC		1	,6
Total		167	100,0

Fontes: Fichas nominiais dos Estagiários da ADESG

Um outro ponto que muito pode informar sobre as preferências da ADESG diz respeito à ocupação profissional de cada um, qual a sua função na sociedade. Esse se torna mais ilustrativo, pois não só pode analisar sobre possíveis ocupações mais afeitas à administração, como também com relação a pessoas que ocupariam postos chaves na sociedade, não, necessariamente na política.

As principais profissões arroladas nessa parte do levantamento dizem respeito, em um primeiro momento, àquelas ligadas à agricultura e aos ofícios do campo, porém, paulatinamente, há uma mudança nessa configuração, até pelo próprio desenvolvimento da cidade, oferecendo mais oportunidades e diversificando as possibilidades de crescimento e atuação profissional. Mas, percebe-se que a mudança ocorrida no quadro dos vereadores tende a se ligar às novas profissões de destaque que surgiam na cidade. No último período analisado (quadro 3) se aliarmos os profissionais liberais com as pessoas ligadas ao comércio e à indústria chega-se a um percentual exato de 50% dos eleitos, trata-se de um número bastante expressivo. Sendo assim, nota-se um deslocamento gradual das funções ligadas ao campo para as urbanas.

Quadro 3: Vereadores eleitos por período e por ocupação profissional (condensada).¹⁵²

¹⁵² Dados retirados da obra: WALKER, Thomas. Dos coronéis a metrópole: fios e tramas da sociedade e da política em Ribeirão Preto no século XX. Ribeirão Preto: Palavra Mágica. 2000. p. 128.

Analizando as fichas nominais relativas à ocupação profissional (quadro 4) dos estagiários da ADESG, percebe-se que também havia um grande predomínio das ocupações relativas ao ambiente urbano, principalmente dos considerados profissionais liberais, que eram maioria também nos quadros da ADESG. Uma outra correlação interessante é que o número e a influência de advogados tanto no número de eleitos (33 de 177)¹⁵³, quanto nos estagiários da ADESG (39 de 167), continuava alto.

A própria explicação para tal ocorrência pode estar ligada a este fato, pois devido a uma grande participação de advogados na administração local, seriam contemplados em maior número relativo. Neste ponto, portanto, há uma certa similitude entre os que estavam sendo eleitos e os que eram selecionados pela ADESG.

Mas uma série de outras características surgem no sentido de proporcionar novos traços para a nossa análise. Com relação às pessoas ligadas à educação ou profissões ao ensino se nota um grande percentual de estagiários da ADESG (28 de 167, um total de 16,8%), o que implica uma busca por inserção no ensino local. Os dados mostram que havia uma procura por este tipo de profissional, vale lembrar também que dos 28 supracitados, 18 eram professores universitários, o que demonstra uma maior preocupação com o ensino de terceiro grau. Se correlacionar tais dados quantitativos com os qualitativos, pode-se chegar a conclusões mais profundas: muitas monografias produzidas diziam respeito a aspectos educacionais, e em especial duas delas, dedicavam-se à análise de institutos de ensino de terceiro grau e propunham uma reavaliação desse tipo de ensino e algumas alterações em sua estrutura, tratam-se de fatos correlatos.

Além, é claro, de trabalhar diretamente com as profissões tidas como formadoras de opinião, que poderiam atuar em determinadas faixas populacionais consideradas importantes

¹⁵³ Idem p. 130.

para a ADESG, como os estudantes universitários da região, poderia ser uma possibilidade de expandir as premissas de pensamento da ESG através da ADESG.

Quadro 4

Profissão dos estagiários da ADESG

	Frequência	Percentual
Médico	14	8,4
Professor universitário	18	10,8
Advogado	39	23,4
Dentista	12	7,2
Engenheiro Civil	5	3,0
Delegado Policial	5	3,0
Comandante da Polícia Militar	1	,6
Cafeicultor	2	1,2
Oficial Militar	4	2,4
Engenheiro Agrônomo	5	3,0
Enfermeira	3	1,8
Administrador Escolar	2	1,2
Procurador	1	,6
Funcionário Público	13	7,8
Professor(1o e 2o)	8	4,8
Economista	5	3,0
Gerente bancário	4	2,4
Administrador de Empresas	2	1,2
Chefe de Gabinete	1	,6
Comerciante	8	4,8
Agropecuaria	3	1,8
Psicólogo	1	,6
Industrial	1	,6
Engenheiro Elétrico	2	1,2
Administrador de Empresas	5	3,0
Jornalista	1	,6
Técnico Administrativo	1	,6
Contador	1	,6
Total	167	100,0

Fonte: Fichas nominais dos estagiários da ADESG.

Outro ponto a ser destacado seria com relação à área de saúde. Muitos dos estagiários estariam diretamente ligados a essa área, participando, efetivamente, na sua estrutura e em qualquer possibilidade de mudança, dos 167 estagiários, 30 estariam ligados à área de saúde, perfazendo praticamente 18% do total, e ainda lembrando que muitos dos professores universitários listados também participavam da área de saúde. Tal fato pode ser explicado pela própria presença da Universidade do Estado de São Paulo (USP) e de outras universidades que ofereciam cursos ligados à saúde, porém, não se pode desprezar tal número, principalmente, se correlacionarmos com o fato de que a ADESG considerava a saúde como um área de Estratégia Nacional e a falta de um bom serviço de saúde para a população como possível fator de desequilíbrio para Segurança. Dessa forma, apesar da clara influência da presença das universidades na cidade, havia também um interesse em se fazer presente nessa área considerada de suma importância para o Desenvolvimento e, principalmente, para a Segurança.

Um outro importante fator a ser analisado seria com relação à participação política dos estagiários da ADESG. A presença de membros da ADESG na administração pública seria de grande valia para a própria implantação da metodologia que era repassada pela ADESG. Percebe-se que se tratava de um baixo percentual relativo à participação política dos estagiários, mas vale lembrar que o que foi convencionado como participação política seria estar ocupando algum cargo eletivo ou de confiança em Ribeirão Preto ou alguma cidade próxima da região.

Quadro 5

Participação política

Data das turmas da ADESG		Frequência	Percentual
1973	Sim	6	9,1
	Não	60	90,9
	Total	66	100,0
1975	Não	58	100,0
1979	Sim	2	4,7
	Não	41	95,3
	Total	43	100,0

Fontes: Fichas nominais dos estagiários da ADESG.

Porém, ao analisar o número de pessoas que estariam ligadas a postos administrativos, tal concepção muda completamente. Vinte e quatro pessoas que estariam ligadas à administração pública de alguma maneira, pelo cruzamento de dados apenas duas pessoas das oito que tinham participação política, estariam ligadas a essas profissões ligadas à administração, logo se tem um número de 30 pessoas, ou 18% do total. Sendo assim, o que se pode aferir desses dados é que também havia uma procura por pessoas ligadas à administração pública, porém, não necessariamente que essas estariam cumprindo algum tipo de cargo eletivo, a grande maioria trataria de profissões mais ligadas a aspectos técnicos. Novamente, os dados quantitativos auxiliam na compreensão dos quantitativos. A preferência por pessoas que tivessem uma maior capacidade nas questões técnico-administrativas nunca foi ocultada pelos representantes da ADESG, aliás, como visto anteriormente, à preparação do estagiário para administração teria que seguir um caminho que levasse a formação de um gestor, uma pessoa que estaria muito mais preocupada com as questões estratégicas e práticas de como conduzir a política. A escolha das pessoas para fazerem parte dos quadros da ADESG, em momento algum poderia ser considerada leviana ou sem algum, propósito mais específico e relevante.

Dessa forma, este agrupamento de pessoas já passa a possuir algum contorno mais nítido para a nossa análise. Ao considerar as pessoas ligadas à educação, àquelas com intima

participação na área de saúde, o grupo de advogados e aqueles que tinham uma participação na política, acrescidos de um, pois havia um político que não estaria compreendido em nenhum grupo acima, chega-se a 119 pessoas ou 71,2% dos estagiários. Um número bastante expressivo, não apenas por si só, mas para demonstrar o caráter de escolha e de como essa escolha seria efetuada. Havia toda uma lógica, não apenas na questão de serem mais aptos ou não para exercerem cargos administrativos, mas também de se inserirem diretamente na sociedade em lugares estratégicos, em postos chaves, procurando inserir a sua doutrina, o seu modo de pensar.

Outro interessante ponto a ser analisado diz respeito à participação feminina nos trabalhos e cursos da ADESG. O que se pode notar é que se tratava de uma participação muito reduzida e pouco expressiva. Transparece a idéia de que os homens seriam mais aptos para exercer os cargos públicos, pelo menos segundo a opinião da ADESG.

Quadro 6

Gênero dos Estagiários da ADESG

	Freqüência	Percentual
Masculino	157	94,0
Feminino	10	6,0
Total	167	100,0

Fichas Nominais dos Estagiários da ADESG

Apenas 6% dos estagiários eram mulheres, mas o interessante da análise é que em uma das monografias que analisava fatores políticos da sociedade de Ribeirão Preto, os estagiários propunham que uma maior inserção das mulheres na política seria interessante e desejável: “o

grupo considera recomendável que se incentive o interesse e a participação feminina na vida política.”¹⁵⁴

Mas, como a própria ADESG coloca-se como uma escola de política que visa à formação de quadros para a administração, o fato de poucas mulheres serem convidadas já denota uma predileção e, conseqüentemente, a afirmação de que os homens seriam mais aptos para desempenhar as funções administrativas. Nesse tocante, houve até uma certa contradição entre o que era pregado na teoria e o que acontecia na prática. Sob este ponto de vista, o universo das funções diretivas, principalmente, as públicas deveriam ser quase que absolutamente masculinas. Apesar que se deve levar em consideração que na maioria das profissões e áreas de atuação econômicas e políticas da época o número de mulheres era reduzido, ou seja, tal dado apesar de significativo e importante para se montar um perfil dos egressos da ADESG deve ser relativizado.

A faixa etária giraria em torno de 42 anos de idade, o que também era um traço considerado importante para a ADESG, segundo seus estudos nem uma gerontocracia deveria ser imperativa nem tampouco um governo de jovens despreparados, se deveria buscar um meio termo salutar, em que todos saíam ganhando. Com relação a uma média de 40 anos de idade, a ADESG afirma: “parece ao grupo ser saudável esta característica que evita desequilíbrio e predominância, quer puerocrática, quer gerontocrática.”¹⁵⁵

Havia, portanto, por parte da ADESG a definição de um determinado perfil que seria considerado ideal para que fizesse parte dos quadros de estagiário. E este perfil corresponderia a uma série de fatores e variantes aglomerados. Em um primeiro momento, pensa em uma pessoa utópica, capaz de contemplar tantos os desígnios de um grande gestor e administrador ideal, da mesma maneira que se procura formar alguém que deveria ter o mesmo sentimento patriótico que o próprio militar, basta uma breve análise sobre a

¹⁵⁴ SANTOS, Ruy Escorel Ferreira; MELCHIOR, Enzo; MARTINS, Antônio *et al.* Monografias ADESG. *Seleção e formação das elites políticas dirigentes a nível municipal*. Ribeirão Preto. 1973. p. 16.

¹⁵⁵ Idem p. 16.

bibliografia sobre o assunto e perceberá que, devido ao próprio processo de condicionamento e vivência de grupo¹⁵⁶, que isto não seria possível, pelo menos não na intensidade desejada.

Mas, da mesma forma, através dos dados quantitativos consegue-se delimitar o perfil que seria considerado como interessante e desejável por parte dessa instituição. Há um duplo processo em que se pode traçar um perfil mais utópico e distante da realidade e um outro, que poderia ser considerado mais palpável relacionado as pessoas de fato que participaram da ADESG.

A formação de uma elite política que soubesse de seus encargos e que metas e objetivos deveriam cumprir, além de estarem de acordo com um pensamento e concepção de sociedade mais abrangente, nesse caso, o militar, seria de extrema importância e necessidade, deveria levar para o mundo civil as formulações consideradas como ideais, e as elites políticas consideradas aptas seriam a principal ponte. Nesse tocante, também se nota o importante papel desempenhado pela ADESG em todo este processo, uma vez que tal associação estaria responsável pelo doutrinamento das elites locais que também desempenhariam um papel preponderante, de levar aos mais variados lugares a forma de pensamento da ESG tanto quanto à metodologia política a ser aplicada. Não se tratava, então, de um aspecto isolado ou de pouca importância, a formação de elites políticas que fossem capazes de desempenhar o que era esperado delas, seria não apenas importante, mas também faria parte de um projeto mais amplo e que envolveria todo o Brasil, o que se propunha seria a própria superação do Brasil de seu caráter subdesenvolvido e atrasado. As elites políticas participariam de um projeto de mudança no qual o Brasil teria que atingir o máximo de sua potencialidade, era chegado o momento de superação de desenvolvimento, não se poderia mais pensar o Brasil de forma acanhada e mesquinha, segundo a ESG. Nas palavras de José Alfredo Gurgel:

¹⁵⁶ Sobre o assunto ver: GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva. 1987.

Era, enfim, chegada a hora da renovação, o momento de planejar ativa e deliberadamente, para libertar de vez as energias criadoras que também possuíamos, a exemplo de outras áreas do mundo, como única forma de romper as amarras que prendiam nosso país aos percalços do subdesenvolvimento.¹⁵⁷

Neste momento, o doutrinação de elites políticas nacionais e locais encaixa-se em um projeto bem mais amplo. Queria tornar-se o Brasil uma potência mundial, mas o primeiro passo seria reformular e adaptar as instituições políticas brasileiras, que não estariam prontas para a responsabilidade desse projeto. Tal pensamento pode ser captado na DSN, e para organizar as instituições políticas, nada mais coerente do que reciclar os homens responsáveis por elas, ou seja, as elites políticas. A importância das elites fica clara nas palavras de Shiguenoli Myamoto:

Uma vez que não havia um consenso no estamento militar não se pôde pois, viabilizar o projeto que deveria ser então realizado pela sociedade civil. Aqui, é que se torna importante a propagação da doutrina, porque atinge justamente a elite civil que se encarregará de fazer com que o projeto de grandeza nacional seja executado.¹⁵⁸

Seria o papel da ESG, ADESG e seus estagiários aplicarem e divulgarem as teses e teorias sobre o Brasil Grande. Neles residiria o papel de propagadores e executores dessa concepção de política desenvolvida pela ESG. Eles seriam os grandes nomes para a implantação de uma sociedade mais harmônica, desenvolvimentista e, principalmente, arregimentada sob o signo da Segurança Nacional. Segundo Shiguenoli Myamoto:

De crucial importância nestes anos foi a divulgação dos ideais militares de um Brasil Potência feita pelos estagiários (civis e militares) que freqüentaram os cursos regulares ministrados pela ESG a uma elite nacional (...) Esta elite, por outro lado, se encarregou de propagar a doutrina esguiana através dos cursos promovidos pelas secções regionais, as ADESGs, desde 1951.¹⁵⁹

¹⁵⁷ GURGEL, José Alfredo Amaral. *Segurança e Democracia*. Rio de Janeiro. Bibliex. 1975. p 30.

¹⁵⁸ MYIAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e Poder no Brasil*. Campinas. Papyrus. 1995. p 124.

¹⁵⁹ MYIAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e Autoritarismo: o caso brasileiro*. In: Revista de Cultura Vozes. 1984. n ° 10. p 38.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Escola Superior de Guerra, em seus trabalhos e cursos, buscou implementar um projeto para o Brasil, a formulação e idealização de uma sociedade considerada como correta e dentro de parâmetros pré-estabelecidos pela sua própria doutrina. O Brasil não mais poderia viver no atraso, segundo a ESG, as forças libertadoras do desenvolvimento deveriam fincar raízes no Brasil em todos os aspectos: sociais, políticos econômicos e culturais.

A implantação de um projeto deste porte não poderia ocorrer de forma desorganizada ou sem um planejamento profundo e coerente, não se tratava de mais um projeto econômico ou político implantado por governos civis, mas, de uma formulação que pregava antes de tudo o engrandecimento da Pátria, ou seja, o mais importante valor para os militares. Este projeto revelaria de forma clara a vontade e os anseios militares de sobrepujar a condição de subdesenvolvimento nacional e transformar a Pátria brasileira em uma grande potência de influência internacional, o sonho do Brasil Potência.

Ora, ao analisar a ESG como uma instituição que teria uma preocupação para com o futuro do Brasil, e, principalmente, proporia um projeto para que esse futuro grandioso, apregoado por ela, se tornasse realidade, pode-se dizer, portanto, que a ESG faria parte da chamada Inteligência brasileira. Um projeto nacional que rediscutisse as bases em que a sociedade e suas instituições se assentavam e sua implementação era um dos objetivos da ESG, deveria haver mudanças.

Neste projeto, proposto pela ESG, o principal conceito é a Segurança Nacional, que atuaria em todas as áreas, qualquer projeto deveria ter a segurança como a sua preocupação primordial. Neste sentido, apesar de usar conceitos como bem comum e desenvolvimento,

efetivamente se estava falando em segurança. O incremento do Poder Nacional seria, justamente, aumentar a Segurança Nacional. Com isso, a ESG passou a engendrar um projeto nacional que funcionaria como uma instrumentalização da sociedade, ou seja, já se teria uma metodologia de ação para que se alcançasse o patamar de potência internacional, somente se teria que fazer com que a população compreendesse esta metodologia e a aplicasse de forma correta.

O primeiro segmento social que deveria ser preparado para compreender os desígnios da Pátria e aplicar a metodologia elaborada pela ESG, seria, justamente, as elites políticas. Consideradas incompetentes pela DSN, porém, de grande valia para a alteração do quadro social, o seu doutrinação seria essencial para a efetividade do projeto nacional da ESG. Se o segmento social que dominava as administrações públicas fosse conivente e passasse a atuar segundo os preceitos da ESG, uma visão homogênea, que levaria o Brasil a uma condição de destaque, estaria sendo implantada na administração pública. Levando em consideração a forte característica estatal da ESG, se as instâncias estatais atuassem segundo as suas teorias e métodos, logo a sociedade, como um todo, também estaria doutrinada.

Sendo assim, um dos aspectos abordados pela DSN como de grande importância para Segurança e Desenvolvimento e relaciona aos aspectos políticos e os novos moldes em que ele deveria se assentar. Segundo a doutrina seria de grande risco para o Estado e para a sociedade que políticos corruptos, incompetentes ou influenciados por idéias estrangeiras estivessem à frente do poder e da administração pública. Elites políticas atrasadas e ineficientes deveriam ser substituídas e uma nova elite que estivesse mais ligada as novas propostas de desenvolvimento nacional. Neste sentido, a própria ESG atuaria no intuito de formar novas elites e capacitá-las para os novos desafios e o posicionamento político que deveria ser implantado no Brasil, ou seja, também seria uma instituição formadora de quadros para a administração e gestão política.

Porém, a ESG se destinaria ao doutrinamento das altas elites brasileiras: políticos e técnicos ligados a administração pública em esfera nacional; militares de alta patente, sendo a patente de coronel como gradação mínima e pessoas de grande destaque social, tal como grande empresários. O caráter elitista fica mais nítido quando tal informação se liga com o fato de que a participação era condicionada a convites ou a uma minuciosa análise anterior.

Neste contexto em que a Segurança era a principal preocupação e todos os projetos não poderiam se restringir a pequenos círculos, teriam que ter uma projeção nacional, é criado, em 1951, a Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra. Uma associação que, segundo a sua carta de criação, serviria para que os ex-estagiários da ESG pudessem estar continuamente em contato entre si e com as novas propostas da ESG, além de possibilitar que as idéias e projetos da ESG pudessem atingir os mais variados lugares.

Um outro papel atribuído a ADESG se aplicaria ao doutrinamento e formação de quadros para a administração pública, ou seja, as elites políticas locais também não estariam preparadas para cumprir o seu papel na sociedade e da mesma forma seriam incapazes e ineficientes. A ADESG teria que fazer com que tais elites compreendessem a responsabilidade que lhes cabia e que soubessem como proceder a frente de um órgão estatal, como dirigi-lo com eficiência.

Mas a formação de quadros e o doutrinamento das elites não seria uma ação isolada, ou melhor, tanto a ESG quanto a ADESG não tinham o intuito de capacitar as elites para a administração e o gerenciamento político pelo simples fato de se doutrinarem alguém com métodos que seriam mais adequados para a condução da política, todo o esforço neste sentido se enquadraria em um projeto maior e mais ambicioso.

Efetivamente se queria implantar uma maneira de conduzir os assuntos políticos que fosse conivente com pensamento expresso pela DSN, respeitando ao máximo a questão da Segurança Nacional, fazer com que a Segurança fosse um objetivo maior por parte das elites e

da população seria implantar uma sociedade praticamente ideal. A metodologia que deveria ser apreendida e empregada pelas elites se pautaria pela busca de Segurança e de todas as suas benéfices, seria o principal conceito a ser seguido.

Mas mesmo a Segurança sendo o principal conceito e que dela partiria praticamente todas as prerrogativas para a DSN, ainda sim ela atuaria como uma metodologia para se chegar ao objetivo primordial da ESG: o Brasil Potência. O sonho e projeto de tornar o Brasil uma potência respeitável e influente internacionalmente seria uma obsessão por parte da ESG e também de boa parte dos militares. O próprio caráter modernizador ligado ao Exército trabalha com a perspectiva de um grande crescimento e valorização internacional daquilo que os militares mais prezam, ou seja, a Pátria. Doutrinar as elites no modo como conduzir a polícia se aplicaria a um projeto muito mais grandioso.

Desta maneira o posicionamento do Exército quanto ao seu papel com relação sociedade e política se altera completamente, a função de manter segurança e a ordem se modificaram de tal forma que um projeto para a sociedade estava sendo discutido e de certa forma estava-se tentando implantá-lo. O Exército passaria de um observador privilegiado com características intervencionistas para realmente tomar as rédeas da sociedade. E neste intuito, a ESG, através da DSN, buscou ser o órgão militar a pensar a nova base desta sociedade, portanto, questões relativas a economia, política, aspectos sociais, militares, educação e saúde deveriam ser pensados segundo o ponto de vista desta instituição. Estava se abrindo as possibilidades para a implantação de uma *Sociedade de Segurança Nacional*, pois com a afirmação deste conceitos, teorias e projetos se alcançaria o *status* de potência mundial.

Sendo assim, o posicionamento da ADESG e do modo como as elites deveriam encarar a política se encaixa em uma outra perspectiva de análise, não mais separada de um conjunto como um elemento aleatório. O fato de se ter ADESGs nos mais variados lugares do Brasil não se restringe apenas a levar o pensamento da ESG, mas de levar o pensamento do

Brasil Grande e do modo como se deveria fazer para alcançar tal patamar de desenvolvimento. Pois o Brasil Potência na seria um anseio da ESG ou ADESG, mas o de todo brasileiro, ou pelo menos deste modo é que deveria ser encarado, a ADESG teria como função levar aos mais longínquos lugares e mostrar para a população local as verdadeiras aspirações nacionais, o que seria correto para a Pátria brasileira. Sendo assim, a ADESG cumpriria uma importante missão de atuar como postos avançados em uma batalha que estaria sendo travada para a conscientização nacional de construir uma nova realidade para o Brasil.

A análise sobre o papel das elites locais também toma novos contornos. Ao se trabalhar com a idéia de que as elites eram incompetentes e necessitavam passar por um processo de doutrinação, seria considerar a grande massa, o restante da população, como infantil, sem condições de definir os seus próprios rumos e o que seria bom para a sociedade. Com isso, a doutrinação das elites políticas locais atuaria no sentido de se construir uma ponte com a população para que, a longo prazo, ela também pudesse se adequar a realidade que estava sendo construída, seria um primeiro passo.

Portanto, o modo de encarar a política pregado pela ESG e que era repassado a estas elites locais pela ADESG se constituiu na formação de um gestor extremamente técnico, que trabalhe exaustivamente na questão do planejamento e execução, dentro de um sistema arquitetado para que não comportasse qualquer tipo de discussão de idéias ou antagonismos que pudessem comprometer a eficiência e rapidez de atuação, ou seja, se pensava em termos práticos em que deveria prevalecer a racionalidade. E por outro lado, tais elites também deveriam aprender a tratar dos problemas administrativos com o maior patriotismo possível, ou melhor, eles deveriam encarar o Estado ou Pátria tal como os militares encaram, com a maior entrega e dedicação possível, pois somente desta maneira é que se conseguiria interpretar quais seriam os verdadeiros anseios nacionais para transformá-los em projetos efetivos. A “missão” da ADESG e das elites políticas locais seria, então, justamente, de

cumprir uma função na implantação das bases para uma *Sociedade de Segurança Nacional*, conseqüentemente, guiando a Pátria para o seu já preconizado futuro de potência mundial.

O projeto idealizado pela Escola Superior de Guerra seria abrangente e amplo e buscaria a solução de antigos problemas brasileiros para que pudesse ocorrer o seu desenvolvimento. Desta maneira, pode-se pensar a ESG como um órgão ligado a Inteligência brasileira. A ESG se enquadraria dentro de um círculo de intelectuais e instituições que discutiam as raízes do subdesenvolvimento brasileiro e as formas de se superar estas deficiências sociais do Brasil.

Porém, a ESG, enquanto uma instituição que pensaria o Brasil e as suas possibilidades de crescimento, seria peculiar, pois se pensaria um projeto de desenvolvimento que fosse calcado pela Segurança, todas as suas propostas teriam que se visar em primeiro lugar a manutenção da ordem; deve-se levar em consideração o *ethos* militar para a análise deste projeto político-social; o posicionamento da ESG dentro do sistema militar; o papel desempenhado pelos pensadores que se constituíram as principais influências da ESG; a forma de inserção da ESG na sociedade, que também se difere bastante dos métodos usuais. Como se pensaria em um sistema social em deveria ocorrer uma modernização conservadora, que ligaria os intelectuais conservadores, o caráter modernizador do Exército e a visão de que tudo poderia ser resolvido com a dedicação total a “Pátria”? Enfim, como se daria a ligação de um projeto de Segurança, praticamente internacional (*War Colege*), em contato com o enraizado problema de subdesenvolvimento brasileiro? Novas possibilidades e relações deveriam ser construídas.

Sendo assim, a Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra contribuiria no sentido de implantar as bases para esta mudança, principalmente preparando as elites políticas locais para que compreendessem como deveria ser tratado os assuntos políticos. Dentro desta mudança arquitetada pela ESG, a ADESG faria parte deste projeto de alteração

da sociedade brasileira, novos modelos e uma nova visão social deveriam ser implantados para o próprio bem do Brasil, para que se alcançasse a tão sonhada autonomia e o *status* de potência.

FONTES UTILIZADAS

ALMEIDA, Celso Furlan de Almeida; MERCADANTE, Carlos Maurício Dias; BITTAR, Ceme Viana *et al.* Monografias ADESG. *Erradicar o analfabetismo em “X” anos*. Ribeirão Preto. 1973.

ANTONANGELO, Clodoaldo; DULTRA, Carlos Antônio; MARIANO, Enio *et al.* Monografias ADESG. *Municípios e administrações municipais – contribuição tributária dos municípios que compõem a região: para o Estado e União – Retornos – Aspectos das administrações municipais: programas, planejamentos e problemas típicos*. Araraquara. 1974.

ARANTES, Sebastião; RUSSO, William; DARUGE, Angélica *et al.* Monografias ADESG. *Institutos isolados, Federações de Ensino, Universidade Regional*. Ribeirão Preto. 1975.

CARNEIRO, Gabriel Moraes; CARVALHO, Fábio de; LOPES, José Maria *et al.* Monografias ADESG. *Transportes – meios existentes e estudos para melhoria dos sistemas viários da região. Pólos regionais. Transportes urbanos*. Araraquara. 1974.

CHAVES, Carlos Lacerda; REGISTRO, Anivaldo; LIMA, Célio Ney *et al.* Monografias ADESG. *Extensão da bitola larga de Guataporã a Ribeirão Preto*. Ribeirão Preto. 1973.

CIONE, Ruben; VUGMAN, Gitel; CERIBELLI, Jesus Roberto *et al.* Monografias ADESG. *Institutos isolados, Federações de Ensino, Universidade Regional*. Ribeirão Preto. 1973.

FERREIRA, Luiz Affonso; MARTINS, Eduardo Gomes, BERARDO, Euclides Celso *et al.* Monografias ADESG. *Novas formas de participação da mulher em atividades comunitárias*. Ribeirão Preto. 1973.

FERREIRA, Manoel Evaristo; ALVES, Vessia Rodrigues; STOLL, Luiz Roberto *et al.* Monografias ADESG. *Fortalecimento da família sob os aspectos: econômico, pedagógico, psicológico e sociológico*. Ribeirão Preto. 1975.

MARTINEZ, Alberto; SANTOS, Eurico dos; MENDONÇA, José Penteado *et al.* Monografias ADESG. *Levantamento das condições do município de Ribeirão Preto na área urbana quanto às condições de educação*. Ribeirão Preto. 1973.

MATTAR, Ney; BALLABEN, Gilberto; BORGES, Luiz Carlos *et al.* Monografias ADESG. *Voto Distrital*. Ribeirão Preto. 1975.

NUNES, Dúlio Duarte; CUSTÓDIO, Evaldo José; MENDES, Geraldo da Silva *et al.* Monografias ADESG. *Defesa civil da região*. Ribeirão Preto. 1975.

ORLANDI, Alcio; SILVA, Antônio; PALMA, Darcy Garcia *et al.* Monografias ADESG. *Incorporação do serviço telefônico municipal para atender ao Plano Nacional de Comunicação*. Ribeirão Preto. 1973.

PALERMO, Hélio; CORRÊA, João Roberto; CARVALHO, Adhemar; *et al.* Monografias ADESG. *Novas formas de racionalização e eficiência da merenda escolar*. Ribeirão Preto. 1973.

POTIENS, Ademir; FREITAS, Carlos Augusto; SOARES, Sebastião Soriano *et al.* Monografias ADESG. *A crise mundial de energia na problemática do desenvolvimento brasileiro. Fontes de energia em confronto visando a aceleração do processo de desenvolvimento nacional*. Ribeirão Preto. 1979.

RAGAZZI, Walter José; CANAVÓ, Ary; LOPES, Ademar Birches *et al.* Monografias ADESG. *Vantagens econômicas e progresso para a região que a bitola larga da FEPASA trará, ligando Ribeirão Preto à São Paulo, via Guataporã*. Ribeirão Preto. 1975.

RANGEL, Celso Carvalho; FERREIRA, Alencar Flausino; MONTE, Gláucia Terezinha *et al.* Monografias ADESG. *Solução para o problema do menor abandonado*. Ribeirão Preto. 1973.

RODRIGUES, Roberto; BROCHETTO, Carlos Alberto; VASCONCELOS, Edney *et al.* Monografias ADESG. *Avaliação da potencialidade agro-industrial da região de Ribeirão Preto face a disponibilidade energética e de Fertilizantes*. Ribeirão Preto. 1975.

SANTARELLI, Francisco; MUNHOZ, Izidoro; MERLOS, Gildo *et al.* Monografias ADESG. *População: o que fazer para formar elites políticas e despertar interesse político nos não interessados*. Araraquara. 1974.

SANTOS, Ruy Escorel Ferreira; MELCHIOR, Enzo; MARTINS, Antônio *et al.* Monografias ADESG. *Seleção e formação das elites políticas dirigentes as nível municipal*. Ribeirão Preto. 1973.

SPANÓ, Ângelo; SIMÕES, Antônio da Silva; RODRIGUES, Diva *et al.* Monografias ADESG. *Colonialismo cultural*. Ribeirão Preto. 1975.

ZUCCOLOTTO, Laércio; BOTELHO, Antônio Carlos; CAMARGO, Augusto César *et al.* Monografias ADESG. *Estudo da viabilidade de aproveitamento de estudantes para a cooperação em Projetos municipais em período de férias*. Ribeirão Preto. 1973.

Ciclo de conferências ADESG. A Política Social. 1970

Ciclo de conferências ADESG. As Informações e a segurança Nacional. 1970.

Ciclo de conferências ADESG. Aspectos da Guerra Contemporânea: Guerra Revolucionária. 1970

Ciclo de conferências ADESG. Estratégia Nacional. 1970.

Ciclo de conferências ADESG. Logística e Mobilização nacional. 1970.

Ciclo de conferências ADESG. Metodologia para o Estabelecimento da Política nacional (Especificamente em Relação à Política de Segurança). 1970.

Ciclo de conferências ADESG. Política Nacional. 1970.

Ciclo de conferências ADESG. Segurança Interna. 1970.

Fontes quantitativas:

Fichas nominais dos estagiários da ADESG Ribeirão Preto.

BIBLIOGRAFIA

- ARRUDA, Antônio de. *ESG: História de sua doutrina*. São Paulo. GRD. 1980.
- BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília. Editora Universidade de Brasília. 1986.
- BOTTOMORE, T. B. *As elites e a sociedade*. Rio de Janeiro. Zahar Editores. 1974.
- COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.
- CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2002.
- _____. *O espírito militar. Um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio Janeiro: Jorge Hazar, 1990.
- CASTRO, Celso & D'ARAUJO, Maria C. (orgs.). *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.
- _____. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura. Brasil 1964-1985*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- CHAGAS, Carlos. *A guerra das estrelas 1964-1984*. [S. l.]: L & MP, 1984.
- COMBLIM, Josefh. *A ideologia da segurança nacional. O poder na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- COLLIER, David (org). *O novo autoritarismo na América Latina*. Paz e Terra. 1982.
- CRIPPA, Adolpho (org.). *As idéias políticas no Brasil*. São Paulo. Convívio. 1979. vol. II.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política e golpe de classe*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.
- D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio; CASTRO, Celso. (Org.) *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

- _____. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- _____. *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- DEBERT, Guita Grin. *A política do significado no início dos anos 60: o nacionalismo no Instituto de Estudos Brasileiros (ISEB) e na Escola Superior de Guerra (ESG)*.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro. FGV. 1996.
- FERREIRA, Oliveira S. *Vida e Morte do Partido Fardado*. São Paulo. Ed. SENAC. 2000.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo. Perspectiva. 1987.
- GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- _____. *Os cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 3.
- GRYNSZPAN, Mário. *Ciência, política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites*. Rio de Janeiro. FGV. 1999.
- GRUPPI, Luciano. *O conceito de Hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- GURGEL, José Alfredo Amaral. *Segurança e Democracia*. Bibliex. Rio de Janeiro. 1975.
- HUNTINGTON, Samuel P. *A ordem política nas sociedades em mudança*. São Paulo: Forense Universitária, 1975.
- MAIRA, Luís; SOUZA, et. al. *América Latina: Novas estratégias de dominação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.
- MARTINS FILHO, João Roberto. *O palácio e a caserna. A dinâmica militar das crises políticas na ditadura. (1964- 1969)*. São Carlos, SP: UFSCar, 1995.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo. Ed. Loyolo. 2002.
- MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília. Ed. Universidade de Brasília. 1982.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*. São Paulo. Perspectiva. Fapesp. 2002.
- MIYAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e Poder no Brasil*. Papirus. Campinas. 1995.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *As forças armadas política e ideologia no Brasil 1964- 1969*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1976.

PIVA, Guilherme. *Ladrilheiros e Semeadores. A modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920 – 1940)*. São Paulo. Editora 34. 2000.

SCHIMITT, Carl. *O conceito do Político*. Petrópolis. Vozes. 1992.

SORJ, Bernardo; ALMEIDA, Maria Hermília T. de. (Orgs.). *Sociedade e política no Brasil pós 64*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SOUZA, Amaury de (org.). *Sociologia Política*. Rio de Janeiro. JZE. 1966.

STEPAN, Alfred. *Os militares na política. As mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1975.

_____. *Os militares: da abertura à Nova República*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1986.

KLEIN, Lúcia; FIGUEIREDO, Marcus. *Legitimidade e coação no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

WALKER, Thomas. *Dos coronéis a metrópole. Fios e tramas da sociedade e da política em Ribeirão Preto no século XX*. Ribeirão Preto. Palavra Mágica. 2000.

Dissertações e Teses.

FREITAS, Lena C. B. F. de. *As elites brasileiras e a Escola Superior de Guerra*. Universidade de São Paulo. Tese de doutorado. 1985.

SOARES, Samuel Alves. *Militares e pensamento político: análises de monografias da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (1985-1993)*. São Paulo. Dissertação de Mestrado (USP). 1994.

Artigos

MIYAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e Autoritarismo: o caso brasileiro*. In: Revista de Cultura Vozes. 1984. n 10.